



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

LEDA MARIA PEREIRA MONTEIRO

A GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ:
uma investigação sobre a sensibilização e capacitação
dos servidores técnico-administrativos

Belém
2018

LEDA MARIA PEREIRA MONTEIRO

A GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ:
uma investigação sobre a sensibilização e capacitação
dos servidores técnico-administrativos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – Mestrado Profissional em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro

Belém
2018

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Central da UFPA**

M775g Monteiro, Leda Maria Pereira.
A Governança socioambiental da Universidade Federal do Pará: uma investigação sobre a sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos / Leda Maria Pereira Monteiro. – 2018
118 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Adagenor Lobato Ribeiro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

1. Gestão ambiental - Pará. 2. Educação Ambiental – servidores públicos. 3. Administração Pública – participação do cidadão. I. Ribeiro, Adagenor Lobato, orient. II. Título.

CDD: 23. ed. 363.70098115



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

LEDA MARIA PEREIRA MONTEIRO

A GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ:
uma investigação sobre a sensibilização e capacitação
dos servidores técnico-administrativos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – Mestrado Profissional em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Julgado em: ___/___/_____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro
Presidente - PPGGP/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Nelson José de Souza Júnior
Examinador Externo - PROEX/UFPA

Prof.^a Dr.^a Ponciana Freire de Aguiar
Examinadora Interna - PPGGP/UFPA

RESUMO

Este estudo objetivou investigar se a governança da Universidade Federal do Pará, *Campus* Guamá-Belém, sobre as suas ações socioambientais está sendo efetiva em promover a sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos para a adoção de práticas sustentáveis na realização das suas atividades rotineiras na instituição. A investigação está fundamentada nas temáticas sustentáveis da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), assim como em critérios e mecanismos de boa governança corporativa apresentados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Decreto 9.203/17 que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A pesquisa tem natureza quantitativa e qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, além da pesquisa de campo, tendo como instrumento para a coleta de dados um questionário estruturado com perguntas fechadas e respostas na escala intervalar de Likert. O resultado do estudo apresentou um cenário favorável quanto à sensibilização e capacitação dos servidores para a adoção de práticas sustentáveis na realização das atividades cotidianas na instituição. Quanto à percepção dos servidores sobre a governança socioambiental da UFPA, os resultados mostraram que há necessidade de melhorias na gestão, para que se possa estabelecer uma cultura organizacional sustentável na universidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Governança. Universidade Federal do Pará. Administração Pública.

ABSTRACT

This thesis aimed to investigate whether the governance of the Federal University of Pará, at Guamá Campus in Belém city, on its socio-environmental actions is being effective in promoting the awareness and training of technical-administrative servants to adopt sustainable practices in carrying out their routine activities in the institution. The research is based on the sustainable themes of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P), as well as criteria and mechanisms of good corporate governance presented by the Court of Audit of the Union (TCU) and Decree 9.203 / 17 which deals with the governance policy of the federal public administration, autarchic and foundational. The research has a quantitative and qualitative nature, carried out through bibliographical and documentary research, besides field research, having as a data collection tool a structured questionnaire with closed questions and answers on the Likert interval scale. The result of the study presented a favorable scenario regarding the sensitization and qualification of the servers for the adoption of sustainable practices in the accomplishment of the daily activities in the institution. Regarding the perception of the employees about the socio-environmental governance of UFPA, the results showed that there is a need for management improvements, so that a sustainable organizational culture can be established in the university.

Keywords: Sustainability. Public Administration's Environmental Agenda-A3P. Governance. Federal University of Pará. Public Administration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Equilíbrio dinâmico da Sustentabilidade	23
Quadro 1	- Princípio dos 5 R's	35
Quadro 2	- Iniciativas para a Sensibilização e Capacitação dos Servidores	39
Quadro 3	- Indicadores – Sensibilização e Capacitação dos Servidores	39
Figura 2	- Perspectivas da governança no setor público e sua integração	42
Quadro 4	- Práticas socioambientais sugeridas pela A3P.....	50
Quadro 5	- Princípios de boa governança corporativa.....	51
Figura 3	- Imagem aérea da Universidade Federal do Pará	53
Figura 4	- Mapa Estratégico da UFPA 2016-2025	55
Quadro 6	- Objetivos estratégicos da UFPA.....	55
Quadro 7	- Relação das práticas socioambientais da UFPA comparadas às práticas sustentáveis da A3P	61
Gráfico 1	- Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Classificação do Cargo	64
Gráfico 2	- Percentual de Servidores Técnico-Administrativos que exercem Cargo de Direção (CD) ou Função Gratificada (FG)	64
Gráfico 3	- Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Unidade de Lotação	65
Gráfico 4	- Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Sexo	65
Gráfico 5	- Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Faixa de Idade (em anos)	66
Gráfico 6	- Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Estado Civil	66
Gráfico 7	- Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Escolaridade Completa	67
Gráfico 8	- Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Tempo de Serviço na Instituição	67
Gráfico 9	- Costuma separar os resíduos sólidos por tipologia (papel, plástico, vidro etc.) ao descartá-los?.....	69

Gráfico 10 - Preocupa-se em descartar ou armazenar corretamente os resíduos considerados perigosos?	69
Gráfico 11 - Já solicitou ou sugeriu a compra de materiais de expediente reciclados para a sua unidade de trabalho?	70
Gráfico 12 - Costuma destinar por iniciativa própria resíduos para o processo de reciclagem?	70
Gráfico 13 - Substituí copos descartáveis por outros recipientes com materiais de uso mais contínuo?	71
Gráfico 14 - Preocupa-se em utilizar o mesmo copo descartável por maior tempo possível?.....	72
Gráfico 15 - Prioriza a tramitação de documentos por meio eletrônico em vez de papel impresso?	73
Gráfico 16 - Costuma imprimir documentos na frente e no verso da folha sempre que possível?.....	73
Gráfico 17 - Costuma reutilizar a folha de papel que foi impressa de forma errada, ou documento que não tem mais validade?.....	74
Gráfico 18 - Costuma utilizar <i>toners</i> e cartuchos da impressora o máximo possível?.....	75
Gráfico 19 - Já destinou ou sugeriu a destinação de <i>toners</i> e cartuchos vazios para recargas?.....	75
Gráfico 20 - Costuma desligar as luzes e equipamentos eletrônicos quando sabe que irá se ausentar por longo período do seu local de trabalho no horário de expediente?.....	76
Gráfico 21 - Já procurou verificar se as lâmpadas do seu local de trabalho são do tipo “econômica”?.....	77
Gráfico 22 - Costuma aproveitar a luz natural no seu ambiente de trabalho sempre que possível?.....	77
Gráfico 23 - Costuma comunicar aos seus superiores caso perceba alguma torneira com defeito ou vazando água?.....	78
Gráfico 24 - Ao ir ao banheiro, preocupa-se em utilizar a quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento (duas quantidades de água) sempre que possível?.....	79

Gráfico 25 - Informa-se sobre qual a melhor maneira de realizar suas atividades organizacionais para evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição?.....	80
Gráfico 26 - Costuma participar de cursos de capacitação voltados para o tema “sustentabilidade” na instituição?.....	80
Gráfico 27 - Tem interesse e busca informações de como participar das programações da instituição voltadas para o tema “sustentabilidade”?.....	81
Gráfico 28 - Já sugeriu, na sua unidade de trabalho, alguma programação (projetos, palestras, oficinas) voltada para o tema “sustentabilidade”?.....	81
Gráfico 29 - Percebo que as ações socioambientais promovidas pela instituição me estimulam a adotar práticas mais sustentáveis na realização das minhas atividades diárias na instituição.....	83
Gráfico 30 - Percebo que minhas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição	83
Gráfico 31 - Recebo incentivo e orientação de minhas chefias para participar das programações socioambientais da instituição.....	84
Gráfico 32 - Percebo em minhas chefias atitudes e práticas sustentáveis na realização das suas atividades diárias na instituição	85
Gráfico 33 - Minhas chefias promovem eventos sobre o tema “sustentabilidade” em minha unidade de trabalho	85
Gráfico 34 - Recebo da instituição cartilhas educativas ou informativos sobre sustentabilidade	86
Gráfico 35 - Sou informado(a) sobre os objetivos e metas da instituição relacionados à sustentabilidade, assim como os resultados alcançados.....	87
Gráfico 36 - Minha unidade de trabalho adota políticas de controle e avaliação para uso de recursos materiais e naturais	88
Gráfico 37 - Costumo responder pesquisas institucionais verificando meu interesse em participar de cursos e programações sobre sustentabilidade na instituição	89
Gráfico 38 - Costumo ser convidado(a) a contribuir para minha unidade de trabalho apresentando possíveis soluções para evitar desperdícios materiais e naturais	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Exerce Cargo de Direção ou Função Gratificada” com variáveis da Parte 1 do questionário.....	108
Tabela 2 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Exerce Cargo de Direção ou Função Gratificada” com variáveis da Parte 2 do questionário.....	109
Tabela 3 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Sexo” com variáveis da Parte 1 do questionário	110
Tabela 4 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Sexo” com variáveis da Parte 2 do questionário	111
Tabela 5 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Tempo de Serviço na Instituição” com variáveis da Parte 1 do questionário	112
Tabela 6 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Tempo de Serviço na Instituição” com variáveis da Parte 2 do questionário	113
Tabela 7 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Unidade de Lotação” com variáveis da Parte 1 do questionário	114
Tabela 8 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Unidade de Lotação” com variáveis da Parte 2 do questionário	115
Tabela 9 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Escolaridade Completa” com variáveis da Parte 1 do questionário	115
Tabela 10 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Estado Civil” com variáveis da Parte 1 do questionário	116
Tabela 11 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Estado Civil” com variáveis da Parte 2 do questionário	117

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
ANAO	Australian National Audit Office
CAPACIT	Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento
CMA	Coordenação de Meio Ambiente
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OECD	Organisation for Economic Co-operation Development
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PROGEP	Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal
RIO – 92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SOS	Serviço de Orientação Socioambiental
TCU	Tribunal de Contas da União
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Questão de pesquisa	15
1.2	Objetivos	17
1.2.1	Objetivo geral	17
1.2.2	Objetivos específicos	17
1.3	Justificativa	18
2	O DESENVOLVIMENTO SOB A PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL	20
2.1	O Desenvolvimento e a Sustentabilidade	20
2.2	Responsabilidade Socioambiental Corporativa	23
2.3	Gestão Ambiental nas Organizações	24
2.4	A Educação Ambiental e o papel das universidades	28
2.5	Políticas de Sustentabilidade nos Órgãos Públicos no Brasil	32
2.5.1	Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	34
2.5.2	Pesquisas em universidades sobre a sensibilização e capacitação dos servidores	40
2.6	Governança nas Instituições Públicas	41
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.1	Fundamentação metodológica e tipo de pesquisa	45
3.1.1	Caracterização da pesquisa	45
3.2	População e amostra	46
3.3	Levantamento dos dados	47
3.3.1	Pesquisa bibliográfica e documental	47
3.3.2	Pesquisa de campo e instrumento de coleta de dados	48
3.4	Tratamento e análise dos dados	51
4	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	53
4.1	A Universidade Federal do Pará e a Governança Socioambiental	53
4.1.1	Ambiente da pesquisa – a Universidade Federal do Pará	53
4.1.2	A governança da UFPA sobre suas ações socioambientais	56
5	RESULTADOS	60
5.1	A Universidade Federal do Pará e o atendimento às temáticas sustentáveis da A3P	60

5.2	Análise Descritiva	63
5.2.1	Caracterização da amostra	63
5.2.2	Análise da sensibilização e capacitação dos servidores – frequência das iniciativas no ambiente de trabalho	68
5.2.2.1	Temática: Coleta Seletiva e Reciclagem	68
5.2.2.2	Temática: Redução de consumo de copos plásticos descartáveis	71
5.2.2.3	Temática: Redução do consumo de papel	73
5.2.2.4	Temática: Redução do consumo de <i>toners</i> e cartuchos para impressoras	75
5.2.2.5	Temática: Redução do consumo de energia elétrica	76
5.2.2.6	Temática: Redução do consumo de água	78
5.2.2.7	Temática: Iniciativa do servidor para capacitação	80
5.2.3	Análise da percepção dos servidores sobre a governança socioambiental da UFPA	82
5.2.3.1	Temática: Capacidade de resposta da instituição	82
5.2.3.2	Temática: Liderança e Motivação	84
5.2.3.3	Temática: Comunicação e transparência	86
5.2.3.4	Temática: Controle e Avaliação	88
5.2.3.5	Temática: Participação dos servidores	89
5.4	Propostas de melhorias para sensibilização e capacitação dos servidores....	90
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	99
	APÊNDICES	104
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA SERVIDORES	105
	APÊNDICE B - Teste Qui-quadrado de Independência.....	107

1 INTRODUÇÃO

Após décadas de produção e consumismo desenfreados, principalmente a partir do século XVIII, período em que se iniciou a era da chamada Revolução Industrial (DIAS, 2017; BARBIERI, 2011; BOFF, 2017), o mundo finalmente parece ter despertado para a problemática ambiental. A consciência ambiental no âmbito mundial é considerada recente, foi na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada na cidade de Estocolmo em 1972, que a dimensão “meio ambiente” passou a compor a agenda internacional tornando-se centro de debates em eventos no mundo inteiro (SACHS, 2009; LEFF, 2014; DIAS, 2017). Além do que, foi a partir deste evento que ocorreu a aproximação da dimensão ambiental à dimensão social, o que resultou no vínculo da questão ambiental ao movimento da responsabilidade social (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016).

No contexto das organizações no cenário socioambiental, as iniciativas privadas aparecem no centro das atenções devido a sua natureza lucrativa, a busca pelo lucro econômico não leva em consideração que os recursos naturais em sua maioria são esgotáveis, o que traz sérias consequências para o planeta. Porém, essa cobrança direcionada à iniciativa privada não abstém as organizações públicas da responsabilidade em conservar o meio ambiente (FREITAS; BORGERT; PFITSCHER, 2011), ao contrário, exige destas práticas socioambientais exemplares em decorrência do seu compromisso em promover qualidade de vida para a sociedade e o alcance da boa governança¹ institucional.

Algumas organizações públicas merecem destaque nesse novo cenário de conquista de uma forte governança socioambiental, as quais se enquadram as universidades, que por representarem instituições responsáveis pela produção de conhecimento, carregam a função de transformar realidades em prol do alcance da sustentabilidade (SANTOS; SATO, 2006; FREITAS, 2007; VIEGAS, 2014; VIEGAS et al. 2015). Elas devem participar ativamente do processo de educação para a sustentabilidade, definida como um processo que conduz ao aprendizado de novas práticas culturais que possam ser desenvolvidas no cotidiano de cada indivíduo (PHILIPPI JÚNIOR; SAMPAIO; FERNANDES, 2012; GADOTTI 2000 apud VIEGAS, 2014).

Considerando a grande responsabilidade que as organizações públicas adquiriram em promover a institucionalização de práticas sustentáveis em seu âmbito e fora dele, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para atender ao conjunto de políticas públicas

¹ Compreende à estrutura ou conjunto de mecanismos de gestão que auxiliam as organizações nas tomadas de decisão para o alcance dos seus objetivos institucionais.

direcionadas ao eixo *Responsabilidade Socioambiental*, definido como as ações e políticas que respeitam o meio ambiente e proporcionam melhor qualidade de vida à população (BRASIL, 2011), instituiu o programa chamado *Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)*. O objetivo principal da A3P consiste em provocar mudanças nas atitudes dos servidores públicos, permitindo com que estes incorporem critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras.

O engajamento dos servidores na apreensão de novas práticas sustentáveis é essencial para a formação de uma nova cultura organizacional, pois impacta diretamente na conservação dos recursos naturais e na redução dos custos organizacionais. Deve-se estimular a reflexão crítica dos servidores quanto aos seus papéis na construção da sustentabilidade organizacional, permitindo seu envolvimento com as questões de cunho socioambiental (BRASIL, 2009).

Diante das considerações até aqui expostas, este estudo pretende incorporar conceitos e questões importantes no que tange à responsabilidade socioambiental das organizações públicas, como a promoção do desenvolvimento sustentável, a adoção de práticas de gestão ambiental, o papel das universidades na educação ambiental, a importância do atendimento às diretrizes da A3P e à sensibilização e capacitação dos servidores da Universidade Federal do Pará (UFPA) para a promoção da sustentabilidade organizacional, além de orientar tais perspectivas para o alcance de uma forte governança socioambiental na UFPA, que possam conduzir à sensibilização e capacitação dos seus servidores e contribuir para a construção de uma gestão sustentável na instituição.

1.1 Questão de pesquisa

As Instituições de Ensino Superior (IES) exercem um papel singular na transformação cultural da sociedade por meio do ensino da sustentabilidade (FREITAS, 2007; SOUZA, 2010 apud VIEGAS, 2014). A UFPA, por localizar-se e ser a maior universidade da Amazônia, afina seu compromisso com o desenvolvimento sustentável na região por meio da sua missão e visão institucional, que de acordo com o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025, são, respectivamente, “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável”, e “ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade”.

Entre as ferramentas de planejamento e gestão socioambiental que norteiam os órgãos públicos rumo à sustentabilidade e que compõe o *rol* de iniciativas estratégicas da UFPA, está o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), estabelecido pelo Decreto 7.746 de 5 de junho de 2012, cujas regras para a sua elaboração estão contidas na Instrução Normativa nº 10 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o qual abrange o programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que na UFPA, encontra-se vinculado ao PLS, uma vez que a universidade não aderiu ao programa A3P formalmente.

Assim como a A3P, o Plano de Gestão de Logística Sustentável também considera as ações de sensibilização e capacitação dos servidores basilar para a institucionalização de práticas sustentáveis nas organizações. Ambos os instrumentos - que devem representar ferramentas efetivas na mudança de atitudes socioambientais dos membros da administração pública e que contribuem para melhorar a governança dos processos institucionais - definem metas e estabelecem prazos para o alcance dos seus objetivos. Porém, tais objetivos dificilmente serão alcançados caso não seja destacado, dentro das ações prioritárias da UFPA, o alcance de um consenso de responsabilidade socioambiental entre os servidores públicos.

Diante desse entendimento, para atender a um dos cinco eixos temáticos da A3P denominado “Sensibilização e Capacitação dos servidores²”, almejando uma forte governança acerca da vertente socioambiental na instituição, a UFPA promove ações voltadas para a conscientização dos seus servidores, tais como: o “Curso de Capacitação em Sustentabilidade na Administração Pública A3P”; rodas de conversas sobre a A3P; o projeto de extensão “Separar para a Coleta Seletiva Solidária: um gesto simples, uma atitude nobre”; campanhas para a redução do consumo de papel, de copos descartáveis, de água e energia, entre outras iniciativas.

Diante do exposto e observada a importância da A3P na promoção da sustentabilidade organizacional, assim como a importância do papel do servidor nesse processo, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: A governança da Universidade Federal do Pará sobre suas ações socioambientais, instituídas à luz das temáticas propostas pela Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, está sendo efetiva em promover a sensibilização e a capacitação dos servidores técnico-administrativos para a adoção de práticas sustentáveis na realização das suas atividades organizacionais rotineiras?

² De acordo com a Cartilha da A3P, o eixo temático “Sensibilização e Capacitação dos servidores” é definido da seguinte forma: “A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades” (BRASIL, 2009, p. 45).

A hipótese de pesquisa para esse questionamento considera que, devido ao fato da Universidade Federal do Pará investir em ações de natureza socioambiental, tais como: o Coleta Seletiva Solidária, o Espaço ITEC Cidadão, o Trote Solidário Sustentável, além de outras ações similares, o conjunto de seus servidores, em particular os técnico - administrativos, já possuem certo grau de sensibilização, o que também vem sendo reforçado pelos programas de capacitação direcionados a essa categoria de servidores.

Dessa forma, os servidores já apresentam mudanças em suas atitudes na realização das suas atividades rotineiras na instituição. Isso se ampliou com a observância das diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) proposta pelo Ministério do Meio Ambiente, facilitando o processo de conscientização para a adoção de práticas sustentáveis e fortalecendo a governança socioambiental da instituição.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Investigar a efetividade da Governança da Universidade Federal do Pará sobre suas ações socioambientais, que possam conduzir à sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos para a adoção de práticas sustentáveis na realização das suas atividades organizacionais rotineiras.

1.2.2 Objetivos específicos

- ✓ Verificar se as ações socioambientais promovidas pela UFPA estão em congruência com as temáticas sustentáveis propostas pela A3P, que possam conduzir à sensibilização e capacitação dos seus servidores técnico-administrativos;
- ✓ Verificar o grau de sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos para a adoção de práticas sustentáveis na realização das suas atividades rotineiras na instituição;
- ✓ Verificar o grau de efetividade da governança socioambiental da UFPA na percepção dos técnico-administrativos e propor melhorias direcionadas à gestão da instituição voltada para a sensibilização e capacitação dos seus servidores.

1.3 Justificativa

Cada vez mais, o governo federal vem pressionando as instituições por meio de atos normativos para a implementação de medidas eficazes que permitam o desenvolvimento em bases mais sustentáveis (VIEGAS et al., 2015), atendendo, em contrapartida, ao princípio da eficiência pública, que busca “atingir melhores resultados com o menor custo possível” (MATIAS-PEREIRA, 2012, p. 12). A Universidade Federal do Pará, em seus vários documentos oficiais, entre eles o seu principal documento, o PDI, anuncia o seu compromisso com as diversas dimensões do desenvolvimento sustentável, que na proposta de Sachs (2009, p. 60) devem-se considerar os “direitos humanos, políticos, sociais, econômicos, culturais, incluindo-se aí o direito coletivo ao meio ambiente”. A partir do resultado de múltiplas ações voltadas para essas dimensões, é possível alcançar o desenvolvimento orientado para a sustentabilidade, destacando as práticas racionais de consumo e a proteção dos recursos naturais não renováveis (NASCIMENTO, 2012).

A temática estudada apresenta várias vertentes ainda a serem exploradas, assim como evidencia o desafio de encontrar soluções para problemas econômicos, sociais e ambientais que só aumentam na medida em que a globalização e seus aspectos capitalistas conquistam mais terrenos. Leff (1992), ao tratar sobre o processo de destruição ambiental na América Latina proveniente da subordinação econômica aos países considerados desenvolvidos, argumenta que a ânsia pela maximização dos lucros, por meio do crescimento da produção e do consumo, acompanhada da inadequação dos modelos tecnológicos, provocou a decadência dos recursos naturais e aumento dos desequilíbrios ecológicos em todo o planeta. Para Barbieri e Cajazeira (2016), já há evidências de que a capacidade de carga do planeta Terra tenha sido ultrapassada, esses sinais se revelam por meio de vários problemas ambientais sentidos no mundo todo, como o aquecimento global, a poluição do ar e das águas, a destruição da camada de ozônio, a extinção de espécies vivas etc. Além das mazelas sociais, como a pobreza, a proliferação de doenças epidêmicas, a violência, entre outras.

Portanto, é necessária uma nova postura humana na interação com o meio ambiente, em todos os segmentos da sociedade. Isso implica a implantação e aprimoramento de medidas e práticas direcionadas ao desenvolvimento de servidores públicos, tornando-os mais capacitados e conscientizados da sua responsabilidade socioambiental dentro da organização e no seu cotidiano fora dela.

Os Técnico-Administrativos em Educação da UFPA, de acordo com o PDI 2016-2025, representam cerca de 2.500 servidores na instituição e suas atividades administrativas diárias

demandam o uso de uma elevada quantidade de recursos materiais, principalmente os considerados materiais de expediente, como papel, copo descartável, *toners* e cartuchos, entre outros. Diante disso, a UFPA deve investir na conscientização de seus servidores para combater desperdícios e, conseqüentemente, beneficiar os cofres públicos e o meio ambiente.

Exposta essa realidade, a A3P apresenta-se como uma ferramenta indispensável para que as organizações enquadrem-se nesse novo cenário socioambiental. E a preocupação em atender às suas diretrizes só garante vantagens que se refletem nas três dimensões da sustentabilidade: o econômico, o ambiental e o social³. A A3P é considerada por estudiosos como um marco que impulsionou as práticas de gestão socioambiental sustentáveis na administração pública brasileira (CRUZ; BENATTI, 2015).

³ As consideradas três dimensões da sustentabilidade correspondem ao conceito de *Triple Bottom Line* ou Tripé da Sustentabilidade, ou ainda conhecido como os 3 P's (*People* - Pessoas, *Planet* - Planeta e *Profit* - Lucro). Essa expressão tornou-se popular no âmbito das organizações com a publicação do livro *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*, de 1997, do estudioso John Elkington.

2 O DESENVOLVIMENTO SOB A PERSPECTIVA SOCIOAMBIENTAL

2.1 O Desenvolvimento e a Sustentabilidade

O princípio da sustentabilidade surge em um cenário onde a crise ambiental marca um limite entre a racionalidade e paradigmas teóricos que motivam o crescimento econômico e o respeito à capacidade da natureza. A partir dos anos 60, torna-se cada vez mais notória a necessidade de reflexão sobre a sustentação de um padrão de produção e consumo originados em bases capitalistas em detrimento da racionalidade ecológica que questionava as vigentes bases de produção (LEFF, 2014).

A ideia de que é necessário o desenvolvimento sustentável para assegurar não só que as necessidades das gerações atuais sejam atendidas, como também as necessidades das gerações futuras, começou a ser apreendida pela comunidade internacional a partir de 1987, por meio do relatório de Brundtland, intitulado “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), talvez o documento mais importante sobre o tema desde então (VEIGA, 2015; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016; BOFF, 2017; DIAS, 2017). Nesse relatório, foram apresentadas algumas divergências existentes entre os atuais padrões de produção e consumo e o desenvolvimento sustentável, assim como foram apresentados aos países interessados os caminhos a serem percorridos para a construção de um padrão de desenvolvimento que respeite o meio ambiente e atenda às necessidades humanas através da garantia de oportunidade igual para todos (NAÇÕES UNIDAS, 1988).

Entretanto, o conceito de desenvolvimento sustentável veio a popularizar-se na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992, a qual ficou conhecida como Eco-92 ou Rio-92 (BARBIERI; SILVA, 2011; NASCIMENTO, 2012; VIEGAS, 2014; DIAS, 2017). Desse encontro, que teve como foco as políticas que contribuem para os impactos ambientais negativos, resultaram cinco importantes documentos que passaram a orientar os debates sobre o tema a partir daquele momento. Entre eles está a Agenda 21, considerada como um dos principais documentos a serem observados para a promoção do desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO, 2012; PHILIPP JÚNIOR; SAMPAIO; FERNANDES, 2012; CHAVES; CASTELLO, 2013; RODRIGUEZ; SILVA, 2013; DIAS, 2017; BOFF, 2017).

Através da Agenda 21, a comunidade das nações procurou identificar os problemas prioritários, os recursos e meios para enfrentá-los e as metas para as próximas décadas. Como todo programa de trabalho, ela visa disciplinar e concentrar os esforços nas áreas-chave, evitando a dispersão, o desperdício e as ações contraproducentes. [...] A Agenda 21 está voltada para os problemas prementes de hoje e tem o objetivo, ainda, de preparar o mundo para os desafios do próximo século. Reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental. O êxito de sua execução é responsabilidade, antes de mais nada, dos Governos. Para concretizá-la, são cruciais as estratégias, os planos, as políticas e os processos nacionais (BRASIL, 1995, p. 7-11).

Foi também na Rio-92, e concretizados na Agenda 21, que foram reforçados como os três pilares do desenvolvimento sustentável os componentes “econômico, ambiental e social”, já mencionados na antecessora Conferência de Estocolmo, em 1972. Vários autores definem e conceituam o desenvolvimento sustentável a partir dessas três dimensões.

Embora Ignacy Sachs também considere as dimensões “cultural, ecológica, territorial, espacial e política”, na sua proposta inicial o autor caracteriza os três critérios da sustentabilidade da seguinte forma (SACHS, 2004 apud BARBIERI; CAJAZEIRA, 2016, p. 53-54, grifo nosso):

1. A **sustentabilidade social** trata da consolidação de processos que promovem a equidade na distribuição dos bens e da renda para melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas da população e reduzir as distâncias entre os padrões de vida das pessoas.
2. A **sustentabilidade econômica** possibilita a alocação e a gestão eficiente dos recursos produtivos, bem como um fluxo regular de investimentos públicos e privados.
3. A **sustentabilidade ecológica** refere-se às ações para aumentar a capacidade de carga do planeta e evitar danos ao meio ambiente causados pelo processo de desenvolvimento, por exemplo, substituindo o consumo de recursos não renováveis, reduzindo as emissões de poluentes, preservando a biodiversidade, entre outras.

A definição de desenvolvimento sustentável apresentada no relatório de Brundtland⁴ considera que o objetivo de se desenvolver de maneira sustentável é atender às necessidades e pretensões humanas, e que, essencialmente, a exploração dos recursos, os investimentos, a tecnologia e a mudança institucional se integrem de maneira harmoniosa para alcançar tais objetivos (NAÇÕES UNIDAS, 1988).

Para Dias (2017), não há uma definição precisa de desenvolvimento sustentável, e ao compararmos as definições já formuladas para a expressão, é fácil percebermos divergências no seu entendimento. Porém, diante das mais diversas definições já apresentadas, é

⁴ Define o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (NAÇÕES UNIDAS, 1987, não paginado).

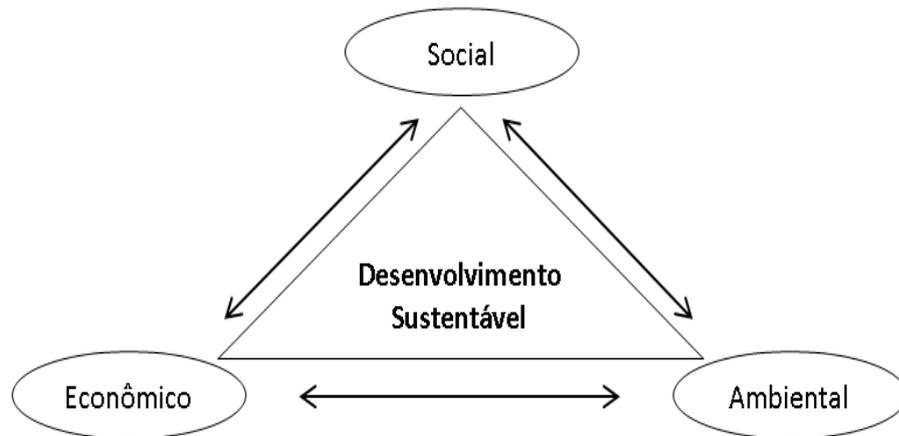
observável que o ponto comum entre elas corresponde ao desequilíbrio existente entre os três elementos considerados básicos que compõe o conceito de sustentabilidade, já mencionados anteriormente: o crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social.

Rodriguez e Silva (2013), ao abordarem sobre a formação da concepção geral do desenvolvimento sustentável, apresentaram algumas vertentes sobre a relação entre esse conceito e a sustentabilidade. Entre elas, está a que considera que o desenvolvimento sustentável corresponde a um processo, a uma articulação de estruturas ambientais, econômicas, políticas e socioculturais, não devendo ser considerado como um estado final. E essas estruturas devem ser conduzidas a atender à sustentabilidade ambiental - ou sustentabilidade dos sistemas naturais - considerada como o elemento decisivo de todo o processo, ao qual todos os sistemas devem adaptar-se. Leff (2014) considera que a sustentabilidade ecológica é uma condição de sobrevivência humana. Ela surgiu como uma base normativa para reconstruir a economia, onde é necessário conceber um modelo de desenvolvimento mais duradouro, de forma a repensar as próprias bases de produção.

Quanto ao emprego dos termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”, para Barbieri e Silva (2011), é preciso também manifestar certa desconfiança ao associá-los ao mundo das organizações. É comum a substituição da expressão “desenvolvimento sustentável” por “sustentabilidade”, uma vez que a palavra “desenvolvimento” carrega um sentido concreto, que denota o aumento da qualidade de vida da população e de gerações futuras, respeitando as condições e características ambientais. Já o termo “sustentabilidade” é um substantivo abstrato, não exigindo comprometimento com o desenvolvimento, como, por exemplo, a formulação de projetos que atendam ao interesse público.

Lélé (1991 apud BARBIERI; SILVA, 2011) conclui, de maneira crítica à elasticidade que o termo adquiriu no decorrer dos anos, que o desenvolvimento sustentável é um *metaobjetivo* que envolve os mais diversos atores, desde os industrialistas que objetivam seus lucros aos programas sociais que buscam a equidade social.

Figura 1 - Equilíbrio dinâmico da Sustentabilidade.



Fonte: Dias (2017, p. 46).

2.2 Responsabilidade Socioambiental Corporativa

No decorrer do século XVIII o mundo passou a imergir na sua mais marcante transformação socioambiental. A segunda Revolução Científico-Tecnológica, ou Revolução Industrial, que teve origem na Inglaterra, trouxe para o mundo contemporâneo o que naquela época estava longe de ser entendido como um grande desafio para a humanidade: garantir o desenvolvimento econômico agredindo o mínimo possível o meio ambiente (BARBIERI, 2011; BOFF, 2017; DIAS, 2017). Enquanto as únicas preocupações das primogênicas indústrias da época eram produzir e gerar mais riquezas, as empresas de hoje precisam manifestar preocupação, além destas, com o meio ambiente e a preservação dos seus recursos naturais. Tais preocupações atingem tanto ao poder público, pela sua responsabilidade em promover o bem comum, quanto às empresas, por serem as principais causadoras da contaminação do meio ambiente (DIAS, 2017).

Noções de Responsabilidade Socioambiental Corporativa surgem na medida em que a sociedade e o poder público passam a pressionar as organizações por mudanças no cenário produtivo da economia capitalista dominante (MATIAS-PEREIRA, 2012; DIAS, 2017). Os debates que até a década de 1990 atingiam predominantemente as iniciativas privadas, atualmente se estendem às instituições governamentais, as quais contribuem não apenas criando bases estruturais para a realização de ações direcionadas ao tema, mas também efetivando essas ações como agente causador de impactos ambientais negativos (BRASIL, 2009).

As questões ambientais já são facilmente aceitas como parte integrante da responsabilidade social de uma organização, é por meio da sua inclusão que se torna possível

o alcance do desenvolvimento sustentável. Assim como as questões sociais também estão diretamente relacionadas ao sucesso ou ao fracasso do alcance da sustentabilidade. É importante tal esclarecimento, pois segundo Elkington (2012), ainda há quem defenda que o desenvolvimento sustentável depende apenas da garantia da eficiência dos recursos, desconsiderando o pilar social.

O conceito de Responsabilidade Socioambiental deve integrar elementos sociais e ambientais no comportamento das organizações que atendam aos anseios da sociedade, mesmo que esses elementos não estejam definidos na legislação. As organizações que adquirem responsabilidades socioambientais estão comprometidas com a preservação do meio ambiente, com o respeito aos direitos humanos e, conseqüentemente, com o aumento do nível do desenvolvimento social (CHAVES; CASTELLO, 2013; DIAS, 2017).

Para Barbieri e Cajazeira (2016), uma organização preocupada com a sustentabilidade deve incorporar os conceitos de desenvolvimento sustentável nas suas políticas e práticas institucionais, de modo com que estas possam servir como instrumentos para o alcance da justiça social. Pois o objetivo maior do desenvolvimento sustentável é a melhoria na qualidade de vida da população, e isso denota: a inclusão social, a promoção de oportunidades às minorias, a igualdade entre os gêneros, entre outros.

Diante dessa proposta, ampliam-se e aprimoram-se conceitos de gestão e educação ambiental nas organizações, os quais podem ser aplicados nas mais diversas iniciativas relacionadas a problemas ambientais, destinados principalmente às iniciativas preventivas.

2.3 Gestão Ambiental nas Organizações

No que tange às mudanças dos paradigmas contemporâneos e a maneira como elas impactam no setor público, a gestão ambiental apresenta-se como uma importante proposta a ser discutida no âmbito político e econômico, uma vez que estabelece normas e diretrizes para o alcance da sustentabilidade. Porém, esse assunto parece desagradar a alguns, pois afeta diretamente a produção e o consumo que mantém a lógica capitalista em funcionamento (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Perante a dificuldade em incorporar mudanças no modelo econômico e sistema produtivo predominante, surge a chamada “economia verde”, que para Dias (2017, p. 47), pode ser definida como “um modelo de produção integral e inclusivo que leva em consideração variáveis ambientais e sociais”. De forma genérica, a economia verde apresenta vários objetivos, entre os principais estão: o crescimento econômico, a preservação e

conservação dos recursos naturais e a erradicação da pobreza. Desta maneira, ela aparece como proposta para substituir a chamada “economia marrom”, que considera apenas o alcance do crescimento econômico por meio da otimização de recursos (DIAS, 2017).

É nesse contexto, que o foco na atuação das grandes empresas aumenta, por serem as principais responsáveis pelo esgotamento dos recursos naturais e alterações no meio ambiente, além de fomentarem o sistema capitalista excludente (DIAS, 2017). Diante disso, quanto às questões ambientais, propostas de gestão ambiental aparecem como alternativas para as organizações se enquadrarem nesse novo modelo de sistema sócio-econômico-ecológico e vêm conquistando cada vez mais espaço no campo do ensino, da pesquisa e da gestão organizacional (JABBOUR, A.; JABBOUR, C., 2013), mais enfaticamente a partir do ano 2000, onde se inicia uma nova fase em que surgem novas ideias e projetos práticos direcionados a reverter a problemática da insustentabilidade (RODRIGUEZ; SILVA, 2013).

Para Barbieri (2011), a Gestão Ambiental refere-se às práticas gerenciais, tais como: o planejamento, a direção, o controle e a alocação de recursos – que tenham por finalidade gerar benefícios para o meio ambiente, tanto reduzindo o impacto de problemas ambientais já existentes, quanto prevenindo a ocorrência de eventos que geram efeitos negativos. Segundo Dias (2017), a gestão ambiental é a expressão utilizada para referir-se às medidas estabelecidas pela gestão das organizações com a finalidade de se evitar ou amenizar os problemas ambientais decorrentes da produção de bens e serviços. Em outras palavras, é a gestão a qual se almeja obter o desenvolvimento sustentável por meio de medidas que impeçam que os efeitos ambientais ultrapassem a capacidade de carga do meio ambiente onde está instalada a organização.

A gestão ambiental nas organizações está essencialmente relacionada às normas estabelecidas pelas instituições públicas. Estas devem instituir políticas ambientais que possam promover incentivos para a redução de desperdícios e melhor aproveitamento das matérias-primas (NASCIMENTO, 2012; DIAS, 2017).

No Brasil, a gestão pública ambiental estrutura-se por meio do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que é composto pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de órgãos setoriais, seccionais e locais. Sendo o Ministério do Meio Ambiente o responsável em elaborar as normas ambientais e o IBAMA e o ICMBio os órgãos executores (NASCIMENTO, 2012).

Em função das normas governamentais criadas para a conservação e preservação do meio ambiente e que impactam nos custos e lucros, também na própria imagem da organização perante o mercado, é cada vez mais comum a adoção de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas organizações. Para Dias (2017), um SGA corresponde a um conjunto de responsabilidades que as organizações adotam para atender a uma política ambiental, isso implica a adoção de medidas, processos e meios para atendê-la, ou seja, o método a ser aplicado para a organização funcionar em harmonia com as normas estabelecidas pelo poder público.

Um SGA pode ser adotado tanto por empresas privadas quanto por instituições públicas e entre os instrumentos de gestão mais adotados pelas organizações estão o Sistema de Gestão Ambiental ISO 14001 e o programa de Produção Mais Limpa (P+L) (NASCIMENTO, 2012; DIAS, 2017).

Com sede em Genebra, Suíça, a ISO (*International Organization for Standardization*) é uma organização não governamental de padronização que estabelece normas ou padrões por meio de ferramentas e sistemas para a gestão ambiental de uma organização (DIAS, 2017). Ao estabelecer padrões que atendam aos interesses das organizações e às necessidades mais gerais da sociedade, ela consegue relacionar os interesses privados aos interesses públicos, permitindo o alcance dos objetivos internos e externos de uma organização (JABBOUR, A.; JABBOUR, C., 2013).

Essas normas formam a ISO 14000, a qual consiste em um conjunto de normas ambientais de padronização para as organizações. Entre os componentes desse conjunto, está a ISO 14001, que apresenta os requisitos necessários que um SGA deve atender, que de modo resumido, são os seguintes: “política ambiental, planejamento, implementação e operação, verificação e ação corretiva e revisão pela gerência” (DIAS, 2017, p.111). Cada requisito apresenta suas especificações e devem abranger todos os níveis da organização.

Por basear-se na metodologia *Plan-Do-Check-Action* (PDCA - Planejar, Executar, Verificar e Agir), a ISO 14001 qualifica a gestão de uma organização nos seguintes aspectos, entre outros: na identificação e monitoramento dos principais impactos ambientais provenientes das atividades operacionais relacionadas ao sistema produtivo e de serviços; no estabelecimento e implementação dos objetivos e metas, assim como para a divulgação dos resultados alcançados; para melhorias no desempenho ambiental; para melhorias na comunicação das políticas e diretrizes ambientais da organização; e para promover motivação nos funcionários para a adoção de práticas sustentáveis na organização (JABBOUR, A.; JABBOUR, C., 2013).

A Produção mais Limpa (P+L) é uma metodologia que busca prevenir danos ambientais através da identificação e medição da produção dos mais diversos tipos de resíduos e emissões, com a finalidade de minimizar o consumo e desperdício de recursos naturais. O sistema focaliza a adoção da chamada Tecnologia mais Limpa (T+L), além da aplicação de *know-how*⁵ que visa melhorar a eficiência por meio de práticas de *housekeeping*⁶ e a promoção de mudanças de atitudes (NASCIMENTO, 2012; DIAS, 2017). Para a sua implementação é necessário seguir as seguintes etapas: “preparar a equipe de trabalho (planejar as ações); coletar dados (execução das ações planejadas); análise crítica (seleção de possíveis soluções); e implementação (aplicação da solução selecionada e acompanhamento)” (JABBOUR, A.; JABBOUR, C., 2013).

Ao contrário da maioria dos sistemas organizacionais que buscam soluções para os problemas ambientais detectados somente no final do processo de produção, a P+L visa identificar problemas desde o início das ações, substituindo a atenção voltada para o controle da contaminação por iniciativas preventivas (DIAS, 2017).

As organizações podem adotar métodos de Gestão Ambiental por diversos motivos, tais como: redução dos custos operacionais, melhoria na imagem da organização, necessidade de inovação, aumento da responsabilidade social, sensibilização dos funcionários, entre outros (DIAS, 2017). A redução dos custos operacionais é um dos benefícios mais almejados pelas organizações, é um reflexo da melhoria do desempenho operacional conquistado à luz das diretrizes da gestão ambiental, que pode ser classificado como “ecoeficiência”, pois além de diminuir os custos com matéria-prima reduz também os impactos negativos causados ao meio ambiente.

Outro fator importante a ser considerado é o impacto que a gestão ambiental promove na motivação dos funcionários de uma organização. É gratificante para estes fazer parte do quadro de pessoal de uma instituição com elevada reputação ambiental (JABBOUR, A.; JABBOUR, C., 2013).

⁵ Termo em inglês que designa um conjunto de conhecimentos práticos para a realização de determinada atividade.

⁶ *Housekeeping* – em português, boas práticas ou Método 5S, foi a base da implantação do Sistema de Qualidade Total (SQT) nas empresas do Japão nos anos 50 e 60, na chamada crise de competitividade; havia muita sujeira nas fábricas, necessitando uma reestruturação e uma “limpeza”. Com o sucesso, o programa foi adotado em vários países; no Brasil, chegou em 1991. São cinco conceitos que fazem a diferença no SQT: *Seiri* (senso de utilização); *Seiton* (arrumação); *Seiso* (limpeza); *Seiketsu* (saúde e higiene); *Shitsuke* (autodisciplina). O Método visa a: combater eventuais perdas e desperdícios nas empresas; educar a população e o pessoal envolvido diretamente para aprimorar e manter o Sistema de Qualidade na produção (ANVISA, 2005 apud NASCIMENTO, 2012, p. 111).

Não obstante, para A. Jabbour e C. Jabbour (2013), a gestão ambiental no âmbito das organizações pode enfrentar grandes desafios, que consistem em obstáculos internos e externos que podem comprometer o desempenho ambiental das organizações. E entre esses desafios que podem surgir, estão os relacionados às mudanças de atitudes dos colaboradores e à cultura organizacional. Em muitos casos, ocorre certa resistência dos funcionários em adotar as mudanças implementadas através das novas políticas institucionais estabelecidas pelo sistema de gestão ambiental, o que acaba comprometendo a eficácia desse instrumento de gestão. Diante disso, Philippi Júnior, Sampaio e Fernandes (2012) ressaltam a importância da comunicação e divulgação de informações corretas para todos os atores envolvidos no processo de gestão ambiental. Embora os referidos autores tratem o princípio da informação ambiental no âmbito municipal, pode-se, absolutamente, ampliar essa concepção ao contexto organizacional, já que é necessário o esclarecimento dos reais benefícios institucionais e ambientais para todos que contribuem para o desenvolvimento da organização.

De acordo com A. Jabbour e C. Jabbour (2013), a excelência na gestão ambiental exige o comprometimento de todos os funcionários com o cumprimento das políticas ambientais instituídas pela organização, mas para isso, tais políticas precisam estar bem delimitadas e de fácil compreensão.

2.4 A Educação Ambiental e o papel das universidades

Foi no contexto de crise socioambiental, a partir de 1960, que a temática “Educação Ambiental” começou a aparecer como sugestão de política pública para combater problemas ambientais, mais precisamente após a Conferência de Estocolmo, em 1972. Mas no Brasil, foi após a década de 1990 que o tema passou a ser refletido com mais profundidade e ser considerado na agenda pública do país (SORRENTINO; PORTUGAL, 2009; LIMA, 2011).

Tal relevância foi responsável pela criação da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil. Embora haja críticas sobre o caráter conservacionista que a lei expressa, ao considerar apenas o contexto da conservação ambiental, o que acaba estabelecendo uma compreensão limitada de ambiente (SORRENTINO; PORTUGAL, 2009), a referida norma representou um grande passo ao estabelecer a educação ambiental em todas as modalidades do processo educativo no país. De acordo com o seu parágrafo primeiro, a definição de Educação Ambiental é apresentada da seguinte forma:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, não paginado).

Vale lembrar que, desde a criação da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação no Brasil, foi incluído, desde a educação básica até o ensino superior, o desenvolvimento da compreensão do homem e do ambiente natural ao qual ele está inserido. Para Leff (1995 apud SANTOS; SATO, 2006), a Educação Ambiental promove novas atitudes e decisões na sociedade, conduzidas por diretrizes sustentáveis e pelo reconhecimento da diversidade cultural. Ela tem como um de seus objetivos a formação do pensamento crítico que permita refletir e analisar as complexas interações entre a natureza e a sociedade.

Nesse contexto, as universidades exercem um papel fundamental na educação ambiental de uma região. Elas precisam estar preparadas para educar seu conjunto de servidores e seus discentes, que ao concluírem seus cursos, se tornarão futuros profissionais capazes de construir novas realidades. Diante disso, Machado et al. (2010 apud VIEGAS, 2014) reconhece a importância de se investir na educação ambiental dos futuros profissionais, pois se eles terminarem a sua trajetória universitária sem o reconhecimento da importância de compreender o meio ambiente e de que é preciso a integração entre as mais diversas áreas do conhecimento para o desenvolvimento de uma sociedade mais preocupada com as questões ambientais, dificilmente eles irão acrescentar nas suas atividades profissionais práticas sustentáveis.

Há ocorrências de vários encontros promovidos pela Unesco⁷ que colocaram a Educação Ambiental no centro dos debates internacionais, assim como evidenciaram a importância do papel das universidades no ensino do meio ambiente. Nesse contexto, ocorreram o Seminário Internacional de Belgrado, antiga Iugoslávia, em 1975, que apresentou às Instituições de Ensino Superior (IES) a necessidade de mudanças no sistema educativo para a elaboração de uma nova ética do desenvolvimento (NAÇÕES UNIDAS, 1975), e a Conferência Intergovernamental realizada em Tbilisi, na antiga União Soviética, no ano de 1977, que além de reforçar a carta de Belgrado também aprovou princípios e diretrizes da educação ambiental (NAÇÕES UNIDAS, 1977).

Mas para Barbieri e Silva (2011), dos acordos voluntários específicos para as universidades, foi a Declaração de Talloires de 1990, na França, a que mais apresentou

⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

importância para o comprometimento das instituições de ensino superior com o desenvolvimento sustentável. Apesar da Declaração não mencionar de forma expressa a inclusão da Educação Ambiental como objetivo específico para as universidades, o documento a incluiu indiretamente nas ações e práticas primordiais das IES. Praticamente todas as Universidades Federais brasileiras assinaram a Declaração, fazendo com que seus fundamentos sejam as iniciativas mais adotadas entre as IFES no país.

A Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou, de forma documentada, práticas a serem adotadas pelas universidades para o desenvolvimento sustentável. Entre as metas traçadas para essas instituições está a de educar todos para o desenvolvimento sustentável, cujo objetivo é a elaboração de programas de educação em meio ambiente e desenvolvimento voltados para todas as idades (VIEGAS; CABRAL, 2013). Isso enfatiza a responsabilidade das universidades em atender demandas que ultrapassam o âmbito da sua comunidade acadêmica, visando ao atendimento educacional de todos os segmentos da sociedade.

Em parceria com as instituições de ensino superior do mundo todo, em 2006 a ONU formalizou os “Princípios para uma Educação Gerencial Responsável” (PRME), cujo objetivo é tornar a sustentabilidade e a responsabilidade social como temas centrais nos currículos dos cursos de gestão e formação de líderes de organizações (JABBOUR, A.; JABBOUR, C., 2013). São apresentados seis princípios, são eles:

- Desenvolver nos estudantes as competências para que eles sejam futuros geradores de valor sustentável para as organizações e para a sociedade como um todo, trabalhando para uma economia global inclusiva;
- Incorporar nas atividades acadêmicas e nos cursos de ensino superior os valores de responsabilidade social e global, pautadas em iniciativas internacionais, como aquelas defendidas pela Organização das Nações Unidas;
- Criar programas educacionais, materiais, processos e contextos que habilitem efetivas experiências de aprendizagem para a formação de lideranças responsáveis;
- Participar de pesquisas conceituais e empíricas que avancem no entendimento sobre o papel, a dinâmica e o impacto das organizações na criação de um valor sustentável em termos sociais, ambientais e econômicos;
- Interagir com administradores das organizações para expandir o conhecimento sobre os desafios encontrados para integrar as responsabilidades sociais e ambientais e explorar abordagens conjuntas para superar esses desafios;
- Facilitar e apoiar o diálogo e o debate entre educadores, organizações, governo, consumidores, mídia, sociedade civil organizada e outros grupos de interesse em questões críticas relacionadas à responsabilidade social global e à sustentabilidade (JABBOUR, A.; JABBOUR, C., 2013).

Esse programa volta-se para atender aos três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental e social), garantindo nos futuros líderes a cultura da gestão sustentável. Segundo Perini, Nascimento e Oliveira (2014), esse processo contínuo capacita os gestores para solucionar problemas de insustentabilidade nas organizações, colocando a vertente socioambiental no foco da educação para os negócios, provocando mudanças na cultura organizacional. Entretanto, para os autores supracitados, nas universidades brasileiras ainda há poucas iniciativas de implementação da responsabilidade socioambiental nos currículos dos cursos que se orientam para formação de líderes. Tal marginalidade ocorre pela falsa percepção de que atitudes sustentáveis podem dificultar o sistema produtivo e acarretar prejuízos financeiros à organização.

No âmbito organizacional das universidades, a educação ambiental para seus servidores ocorre por meio de cursos e eventos voltados à conscientização e capacitação para o desenvolvimento de competências que possam contribuir para o alcance da sustentabilidade organizacional. A Agenda 21, em seu capítulo 36, intitulado “Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento”, estabelece como áreas prioritárias a “reorientação do ensino para o desenvolvimento sustentável”, o “aumento da consciência pública” e a “promoção do treinamento”. O atendimento a essas áreas inclui o investimento na conscientização e capacitação dos servidores públicos, os quais possam adquirir, mediante um processo de aprendizagem, um comportamento voltado para a adoção de práticas sustentáveis (BRASIL, 1995).

Na maioria das IFES brasileiras, os programas de capacitação e treinamento para servidores, direcionados para as questões socioambientais, ainda são insuficientes e ineficientes para construir uma cultura organizacional sustentável. Quanto a isso, Pacheco e Pinto (2017) defendem investimentos em cursos introdutórios de sustentabilidade que atendam tanto aos requisitos dos programas do governo federal, como a A3P por exemplo, quanto à Lei 11.091/2005, que trata da estruturação dos Planos de Carreira dos Servidores das IFES. Tais cursos devem abranger a todos os cargos e funções, não somente aos servidores com atividades nesse segmento, e com carga horária mínima para progressão funcional - requisito que pode ser atraente para o servidor. Os autores sugerem também que os cursos, além de presenciais, sejam oferecidos em ambiente virtual, em plataforma EAD, pois desta forma não ficam condicionados à liberação das chefias para participação.

2.5 Políticas de Sustentabilidade nos Órgãos Públicos no Brasil

Foi na década de 1930 que o Brasil começou a dar os primeiros passos para a implantação de normativos ambientais, o Código de Águas e o Código Florestal, ambos instituídos em 1934, aparecem como instrumentos normativos pioneiros na área de gestão dos recursos naturais, sinalizando a necessidade de regulamentação nesse campo.

No entanto, foi a partir da década de 1960 que os debates sobre o meio ambiente se intensificaram e foi construído o cenário para a aprovação de uma das leis ambientais mais inovadoras em um momento em que a preocupação com o meio ambiente não era tão forte, a Lei 6.938, de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) no Brasil, a qual representou um grande avanço nas iniciativas governamentais visando à conservação do meio ambiente no país (BRASIL, 2009). A lei trouxe como grande contribuição a instituição do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que assumiu um importante papel ao regulamentar o regime de licenciamento ambiental para atividades poluidoras, ou potencialmente poluidoras, previsto na PNMA. A partir dela, também foi possível instituir o princípio de responsabilidade do poluidor, o qual considera que mesmo perante a inexistência de dolo ou culpa do agente poluidor, este deve reparar os danos causados ao meio ambiente e à sociedade (BRASIL, 2009).

Esse princípio veio a ser reforçado com a Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil. Entre os princípios que a lei estabelece para a correta gestão dos resíduos sólidos, estão:

- I - a prevenção e a precaução;
- II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;
- III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;
- IV - o desenvolvimento sustentável;
- V - a ecoeficiência (BRASIL, 2010, não paginado).

A lei também traz importantes definições para a melhor compreensão dos processos que envolvem o gerenciamento dos resíduos sólidos ao esclarecer, por exemplo, a diferença entre resíduos sólidos e rejeitos, reciclagem e reutilização e a diferença entre destinação final ambientalmente adequada e disposição final ambientalmente adequada. Entre os seus principais objetivos encontram-se:

- II - Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

- III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;
- VI - Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados (BRASIL, 2010, não paginado).

Com a Constituição Federal de 1988, as questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável ganharam importância ao instituir como princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente, considerando o grau dos impactos ambientais causados por produtos e serviços nas fases de produção e prestação (CRUZ; BENATTI, 2015). Desde então, diversas iniciativas de políticas públicas voltadas para a questão ambiental foram efetivadas e hoje exercem um importante papel no cenário socioambiental brasileiro, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA), criado em 1992, atualmente a principal entidade responsável pela preservação do meio ambiente no país.

Algumas políticas públicas impactaram de maneira significativa na gestão das organizações públicas, como o Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, ao estabelecer critérios e práticas sustentáveis nas contratações realizadas pela Administração Pública. Entre as principais práticas sustentáveis que o referido decreto estabelece, está a de diminuir os impactos sobre os recursos naturais utilizando inovações que possam reduzir a pressão e aumentar a eficiência na utilização desses recursos, principalmente água e energia.

Ademais, esse documento criou, em seu art. 16, os Planos de Gestão de Logística Sustentável a serem adotados pelas instituições públicas, cujas regras para a sua elaboração estão dispostas na Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. O Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de planejamento para os órgãos públicos e sugere para as instituições práticas que visam a sustentabilidade e racionalização dos gastos públicos. Por “práticas de sustentabilidade”, o documento considera as ações que objetivam a institucionalização de uma nova cultura organizacional voltada para a introdução de critérios sustentáveis nas atividades rotineiras da Administração Pública.

Entre as informações necessárias a compor o PLS, estão: a atualização do inventário de bens e materiais e a identificação de similares de menor impacto ambiental, para que possam ser substituídos; práticas sustentáveis e de racionalização do uso de materiais e serviços; identificação dos gestores responsáveis, metodologia de implementação e avaliação; e ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, 2012). A referida instrução normativa determina ainda a constituição de uma Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável, composta por no mínimo três servidores públicos.

Para as instituições elaborarem o seu PLS, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) sugere como programa de referência a A3P, cujos objetivos e diretrizes servem para direcionar a elaboração do plano. Os dois documentos são os instrumentos concernentes à gestão ambiental que mais norteiam as instituições públicas brasileiras para a adoção de práticas sustentáveis, sendo apenas o PLS uma política de caráter obrigatório.

Outra iniciativa direcionada especificamente às IFES é o programa de inovação chamado “Desafio da Sustentabilidade”, criado pelo Ministério da Educação (MEC) e iniciado no ano de 2014, tendo como principal objetivo proporcionar maior eficiência dos gastos das IFES com água e energia elétrica. O programa consiste na apresentação de propostas inovadoras elaboradas pela população, as quais serão selecionadas para compor a “Coletânea do Desafio da Sustentabilidade”, documento que reunirá as soluções apresentadas para a diminuição do dispêndio hídrico e energético nas IFES (BRASIL, 2016).

Por meio de uma equipe especializada, essas soluções são recomendadas a todas às IFES do país a implementarem tais propostas, objetivando a eficiência nos gastos públicos. Ao final de todo o processo, as instituições que obtiverem melhores resultados, assim como os idealizadores das melhores propostas, são premiados com uma quantia em dinheiro, além de outros incentivos à elaboração de novos projetos (BRASIL, 2016).

Iniciativas como essa ressaltam a preocupação com o envolvimento de toda a sociedade nos processos que se destinam à sustentabilidade, embora o objetivo maior do programa seja a eficiência nos gastos com água e energia nas IFES, ele permite uma amplitude de objetivos e público por meio da interação com outras organizações públicas, com empresas da iniciativa privada e com os cidadãos comuns.

2.5.1 Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Inicialmente, a Agenda Ambiental na Administração Pública surgiu no ano de 1999 como um projeto do MMA que visava reestruturar os padrões de produção e consumo nas instituições públicas, mas foi somente em 2001 que o Programa A3P foi efetivamente criado, objetivando sensibilizar os gestores públicos para a importância da incorporação de práticas sustentáveis na execução das atividades organizacionais rotineiras, incluindo, portanto, critérios de gestão ambiental para o alcance da sustentabilidade (BRASIL, 2009).

A criação do programa teve como inspiração as recomendações de documentos resultantes de eventos nacionais e internacionais sobre o desenvolvimento sustentável, principalmente a Agenda 21, na qual as recomendações contidas em seu capítulo IV serviram

para fundamentar as suas diretrizes (BRASIL, 2009). Esse capítulo recomenda aos países mudanças nos padrões de consumo, estabelecendo objetivos que reduzam as pressões ambientais e que atendam às necessidades básicas da humanidade (BRASIL, 1995).

Ademais, a Declaração da Rio – 92, em seu princípio 8º, também fundamenta a A3P ao declarar que é necessário diminuir os padrões insustentáveis de produção e consumo, além de implementar políticas demográficas para alcançar o desenvolvimento sustentável e elevar a qualidade de vida para a sociedade (NAÇÕES UNIDAS, 1992). A Declaração de Johannesburgo também contribuiu ao estabelecer como princípio para o alcance do desenvolvimento sustentável o consumo sustentável.

Além da A3P estabelecer como objetivo principal “estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras” (BRASIL, 2009, p. 33), ela também estabelece cinco objetivos específicos a serem alcançados:

- ✓ Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- ✓ Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- ✓ Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- ✓ Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; e
- ✓ Contribuir para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2009, p.33).

Para alcançar esses objetivos, a A3P prioriza como um de seus princípios a política dos 5R’s, que significa: **Repensar**, **Reduzir**, **Reaproveitar**, **Reciclar** e **Recusar** utilizar produtos que impactam negativa e significativamente no meio ambiente (BRASIL, 2009).

Quadro 1 - Princípio dos 5 R’s.

Repensar	Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados.
Reduzir	Reduzir significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.
Reaproveitar	Reutilizar é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo, reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras.
Reciclar	Reciclar significa transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.
Recusar	Recusar possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.

Fonte: Brasil (2009, p. 40).

O sucesso da política dos 5R's no ambiente de trabalho está condicionado, em grande parte, à recusa do consumo desnecessário. A conscientização dos servidores em evitar os desperdícios e produtos que degradam significativamente o meio ambiente é primordial para que o processo de destinação dos resíduos gerados seja mais eficaz (BRASIL, 2009).

Para facilitar a implementação das boas práticas sustentáveis pelos órgãos públicos, a A3P foi estruturada em cinco eixos temáticos a serem priorizados (BRASIL, 2009):

- **Uso racional dos recursos naturais e bens públicos:** usar os recursos naturais e bens públicos de modo racional significa usá-los de forma econômica e consciente, minimizando o seu desperdício. O uso racional relaciona-se com a redução do consumo de energia, água, madeira, papel, descartáveis de plástico e outros materiais.
- **Gestão adequada dos resíduos gerados:** esse eixo utiliza-se da aplicação da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Sendo assim, antes de se fazer a destinação correta do resíduo, é necessário diminuir o consumo e os desperdícios.
- **Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho:** preocupa-se em satisfazer as necessidades do servidor por meio de ações que proporcionem o seu desenvolvimento pessoal e profissional.
- **Sensibilização e Capacitação:** sensibilizar denota a consolidação da consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores públicos. Capacitar promove oportunidades de desenvolverem atitudes para boas práticas socioambientais, que possam melhorar o seu desempenho em suas atividades rotineiras por meio de competências individuais e institucionais.
- **Licitações Sustentáveis:** as compras da Administração Pública devem considerar não só a conservação do meio ambiente, como também o princípio da eficiência pública ao se analisar a melhor relação custo/benefício na aquisição de produtos e serviços sustentáveis.

Para orientar as práticas relacionadas aos eixos temáticos, a A3P também pontua os principais temas relacionados a cada eixo, entre eles estão (BRASIL, 2009):

- a. Coleta Seletiva e Reciclagem;
- b. Consumo da madeira;
- c. Redução do consumo de papel;
- d. Eficiência energética;
- e. Reaproveitamento e reuso da água;
- f. Manutenção da frota oficial de veículos;
- g. Identificação dos principais resíduos gerados na Administração Pública.

A adesão à A3P pode ser feita por órgãos e instituições públicas das três esferas do governo e dos três poderes, assim como as suas diretrizes podem ser adotadas por qualquer outro segmento da sociedade. A sua institucionalização formal é feita através da assinatura de um termo de adesão, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações para a implementação da agenda, a qual conterà um plano de trabalho com metas e prazos estabelecidos e acordados entre o MMA e a instituição interessada (BRASIL, 2009).

A partir do acordo assinado, o MMA passa a dar suporte à instituição com programas de capacitação, além de oferecer premiações para as organizações que se destacarem com suas práticas socioambientais.

A adesão formal à A3P denota o comprometimento da instituição pública com o alcance da sustentabilidade através da adoção de práticas socioambientais sustentáveis que possam provocar mudanças na cultura da organização. Porém, os órgãos que não optarem pela adesão formal podem participar da Rede A3P, que consiste em uma plataforma para que as instituições, tanto públicas quanto privadas, possam trocar informações e experiências (BRASIL, 2009).

Um aspecto importante a ser considerado na A3P é o processo de sensibilizar e capacitar os servidores públicos para a institucionalização de práticas sustentáveis na Administração Pública. Os objetivos do programa só serão alcançados se houver o engajamento e comprometimento de todos os servidores da organização com as mudanças nos padrões de consumo. Diante disso, a própria Cartilha da A3P além de definir os termos “sensibilização” e “capacitação”, orienta também estratégias para sensibilizar os servidores:

- ✓ Criar formas interessantes de envolvimento das pessoas em uma ação voltada para o bem comum e para a melhoria da qualidade de vida de todos;
- ✓ Orientar para a redução no consumo e para as possibilidades de reaproveitamento do material descartado no local de trabalho e em casa;
- ✓ Incentivar o protagonismo e a reflexão crítica dos servidores sobre as questões socioambientais, promovendo a mudança de atitudes e hábitos de consumo da instituição (BRASIL, 2009, p. 46).

A capacitação é apresentada como parte fundamental desse processo, uma vez que visa o desenvolvimento de competências institucionais e individuais para o gerenciamento das ações socioambientais através da oportunidade do acesso às informações e trocas de experiências (BRASIL, 2009). A capacitação dos gestores pode ser considerada como um fator determinante para o sucesso da gestão ambiental na organização, através dela pode-se introduzir métodos de mudanças na cultura organizacional, os quais conduzirão a apreensão de novos hábitos no comportamento dos colaboradores.

No que diz respeito à temática “sensibilização e capacitação dos servidores”, essa especificação na A3P a diferencia do PLS, uma vez que contempla a dimensão da conscientização e atitude dos servidores públicos em um de seus eixos temáticos, enquanto no PLS essa dimensão encontra-se inserida no eixo temático “Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho”, o qual também é contemplado em uma das cinco temáticas da A3P. A especificação dessa dimensão na A3P permite o estabelecimento de medidas e indicadores mais detalhados para a mensuração dos resultados referentes às ações promovidas.

No modelo de elaboração de diagnóstico sugerido pela A3P para levantamento de dados, a Etapa 6 do documento refere-se ao levantamento de necessidades de capacitação. Constam nesta etapa as seguintes sugestões:

1. Identificar as demandas de capacitação da instituição;
2. Verificar se já há demanda voltada à gestão ambiental no órgão;
3. Identificar as áreas mais interessadas na gestão ambiental;
4. Levantar o número de servidores interessados em capacitação voltada para a gestão ambiental (BRASIL, 2009, não paginado).

Para a implementação do Plano de Gestão Socioambiental da A3P, são sugeridas iniciativas de ações, assim como os indicadores de desempenho, ambos listados nos Quadros 2 e 3.

Quadro 2 - Iniciativas para a Sensibilização e Capacitação dos Servidores

Tema	Iniciativas
Sensibilização e Capacitação	Identificar as demandas de capacitação dos servidores;
	Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc;
	Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em <i>banners</i> , cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos etc;
	Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores;
	Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores;
	Incluir, no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental para todos os funcionários terceirizados.

Fonte: BRASIL (2009, não paginado).

Quadro 3 - Indicadores – Sensibilização e Capacitação dos Servidores

Subtema	Nome do Indicador	Descrição	Apuração
Ações de sensibilização para os servidores	Curso para servidores	Listar os cursos realizados	Anual
	Campanhas	Listar as campanhas realizadas	Anual
	Publicações	Listar as publicações	Anual
	Comunicação	Listar as estratégias de comunicação utilizadas	Anual
	Palestras	Listar palestras realizadas	Anual
Capacitação de servidores	Plano/Programa de capacitação de servidores	Informe se a instituição possui plano ou programas para capacitação dos servidores	Anual
	Servidores capacitados	Número de servidores capacitados	Anual

Fonte: BRASIL (2009, não paginado).

As sugestões de iniciativas para sensibilizar e capacitar os servidores na A3P incluem desde os servidores efetivos da instituição até os funcionários terceirizados responsáveis pelos serviços gerais, uma vez que utilizam na realização das suas atividades diárias materiais e produtos que podem impactar negativamente no meio ambiente.

As iniciativas e indicadores buscam identificar desde a demanda para capacitação até o número de servidores efetivamente capacitados. O *feedback* do público-alvo sobre as ações promovidas é indispensável para a eficácia de uma política de capacitação, pois só com resultados fidedignos será possível o aprimoramento e implementação de ações visando melhorias na gestão socioambiental de uma organização.

2.5.2 Pesquisas em universidades sobre a sensibilização e capacitação dos servidores

Algumas pesquisas realizadas em instituições de ensino superior no Brasil sobre o grau de sensibilização e capacitação dos servidores públicos referente às questões socioambientais revelam que esse eixo temático ainda carece de investimentos pelas instituições para atender de forma eficaz aos seus propósitos.

Entre as instituições investigadas, destacamos a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), que diante de um estudo publicado em 2014⁸, constatou-se que a falta de informação e comunicação dos projetos realizados pela instituição envolvendo a temática socioambiental é uma das principais deficiências percebidas pelos seus *stakeholders* internos. Para estes, a falta de divulgação das campanhas compromete a efetividade da sustentabilidade na organização. Embora o resultado do estudo tenha apontado a existência de alta congruência entre as ações desenvolvidas pela universidade e as diretrizes da A3P, a UFRA atende a essa dimensão de forma parcial.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), também em um estudo realizado no ano de 2014⁹, observou-se que mesmo a instituição promovendo ações para conscientizar a comunidade acadêmica sobre os problemas ambientais e a importância da adoção de práticas sustentáveis, por meio da sua Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI), criada no ano de 2013, a sensibilização dos colaboradores ainda é um grande desafio a ser vencido. As dificuldades apresentam-se desde a conscientização da alta direção da universidade até os seus discentes.

Outra instituição investigada foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da cidade de Florianópolis–SC no ano de 2013¹⁰. Apesar das campanhas de sensibilização e capacitação terem alcançado com mais ênfase os servidores técnico-administrativos do *Campus*, ainda eram imperceptíveis resultados significativos das ações desenvolvidas no instituto. Para mais, a instituição ainda cometia falhas consideráveis ao não investir em

⁸ Para mais informações consultar: VIEGAS, S. F. S. S. **Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: um estudo na Universidade Federal Rural da Amazônia**. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade da Amazônia, Belém, PA, 2014.

⁹ Para mais informações consultar: DIAS, A. L. **Gestão Ambiental na UFBA sob a perspectiva dos eixos temáticos da A3P**. 2014. 212f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2014.

¹⁰ LUIZ, L. C. et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: estudo aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**. Brasil, v. 5, n. 2, p. 54-62, abr./jun. 2013.

medidas básicas, como não produzir e divulgar materiais educativos sobre a preservação e conservação do meio ambiente.

Tais estudos apontam a necessidade de investimentos na adoção de medidas para a sensibilização e capacitação não só dos servidores públicos, como de toda a comunidade acadêmica, pois a atenção a essa dimensão é fundamental para o bom desempenho dos colaboradores na realização de atividades relacionadas aos outros eixos temáticos da A3P, garantindo desta forma a sustentabilidade na organização.

2.6 Governança nas Instituições Públicas

Entre os grandes desafios que a Administração Pública precisa enfrentar nos tempos atuais, está o de racionalizar os gastos públicos sem comprometer a efetividade de seus serviços. O poder público precisa, continuamente, melhorar a sua capacidade de governar e direcionar os seus investimentos para setores-chave que proporcionem o desenvolvimento sustentável do país, resultando em melhorias na qualidade de vida da população. É nesse contexto, que o conceito de governança se populariza, embora tardiamente, mais precisamente nas últimas quatro décadas.

O Tribunal de Contas da União (TCU) ao elaborar a 2ª versão do documento intitulado “Referencial Básico de Governança: Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública”, do ano de 2014, considera a melhoria da governança pública nos municípios, estados e União como o maior desafio do Brasil. Entende que focar no alcance da boa governança é a solução para superar outros desafios, como a manutenção do equilíbrio fiscal, a estabilidade monetária e a racionalização dos gastos públicos.

De acordo com o TCU, a governança no setor público pode ser definida da seguinte forma: “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (BRASIL, 2014, p. 6). Complementa ainda:

Governança no setor público refere-se, portanto, aos mecanismos de avaliação, direção e monitoramento; e às interações entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos (GRAHN; AMOS; PLUMPTRE, 2003 apud BRASIL, 2014, p.18).

Para o Banco Mundial, a definição geral de governança, publicada no documento *Governance and Development*, de 1992, corresponde ao exercício da “autoridade, controle,

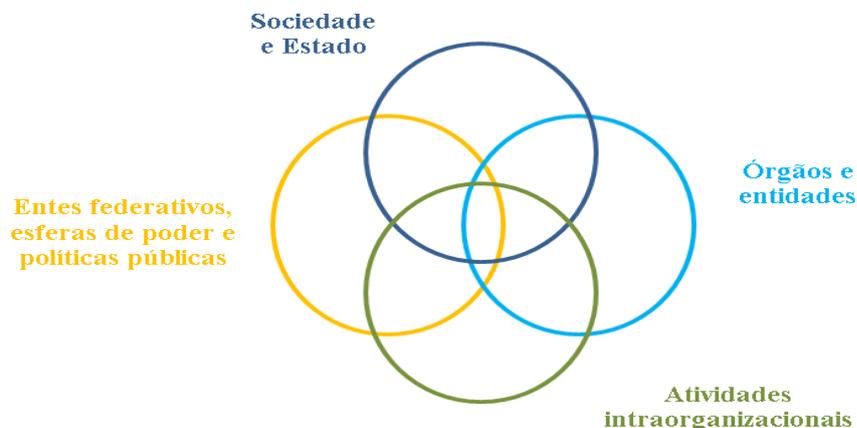
administração e poder de governo” (GONÇALVES, 2006, p. 1). Portanto, percebemos que tais definições sobre governança se alinham e se complementam ao considerarem a importância do papel do poder público e do poder da sociedade como determinantes para que se efetive a boa governança.

É sob quatro perspectivas que a governança no setor público deve ser analisada (BRASIL, 2014):

- a. **Sociedade e Estado:** direciona-se para o desenvolvimento nacional. A governança é analisada sob a maneira como a administração pública aplica os seus recursos econômicos e sociais em prol do desenvolvimento do país.
- b. **Entes federativos, esferas de poder e políticas públicas:** focaliza a formulação, a implementação e a efetividade das políticas públicas. Essa perspectiva pode relacionar-se com a coordenação de ações, planejamento para aplicação de recursos, a governança das ações, entre outras.
- c. **Órgãos e entidades:** permeia a finalidade das organizações e a otimização dos resultados a serem alcançados por elas. Entende-se que o objetivo da governança é assegurar que as ações das organizações públicas sejam compatíveis com os interesses da sociedade.
- d. **Atividades intraorganizacionais:** entende-se como o sistema que dirige, controla e avalia os recursos de uma organização pública.

Embora cada perspectiva corresponda a uma dimensão da Administração Pública, há entre elas uma relação de interdependência e complementação.

Figura 2 - Perspectivas da governança no setor público e sua integração.



Fonte: Brasil (2014, p. 21).

Os princípios da governança corporativa também estão sendo cada vez mais aplicados no setor público como estratégia de melhorias na prestação de serviços. De forma simplificada, a governança corporativa compreende aos mecanismos ou estruturas que governam o processo de tomada de decisão em uma organização (MARQUES, 2007). Além de direcionar-se às formas de gerenciamento de uma organização, ela também focaliza a natureza da prestação de contas (ELKINGTON, 2012), já que o seu conceito está intimamente ligado à *accountability*¹¹ e à transparência. Para o TCU, a governança corporativa pode ser definida da seguinte forma:

[é] o sistema pelo qual as organizações são dirigidas e controladas (CADBURY, 1992; ABNT NBR ISO/IEC 38500, 2009). Refere-se ao conjunto de mecanismos de convergência de interesses de atores direta e indiretamente impactados pelas atividades das organizações (SHLEIFER; VISHNY, 1997), mecanismos esses que protegem os investidores externos da expropriação pelos internos (gestores e acionistas controladores) (LA PORTA et al., 2000 apud BRASIL, 2014, p. 17).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), ao lançar o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, instituiu quatro princípios básicos de governança a serem adotados pelas organizações, são eles: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa (BRASIL, 2014). Com o avanço dos estudos sobre o tema, em 2003, o *Australian National Audit Office* (ANAO), incluiu nesse contexto mais três princípios básicos: liderança, compromisso e integração (DÍAZ, 2001 apud MARQUES, 2007). Esses princípios devem ser seguidos por instituições públicas que desejam aprimorar suas práticas de governança em busca da sua eficácia.

No Brasil, diversas leis e decretos foram elaborados com a finalidade de instituir a governança em suas organizações e sistemas, porém, somente no ano de 2017, é que foi publicado o Decreto 9.203/17, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O decreto adotou a definição de governança pública¹² elaborada por Bresser-Pereira e publicada no Referencial Básico de Governança do TCU, já exposta neste capítulo, além de utilizar-se de outras definições do referido documento para compilar princípios e diretrizes sobre a governança pública. Como princípios da governança pública o decreto instituiu:

- I - Capacidade de resposta;
- II - Integridade;

¹¹ Termo em inglês que designa “prestação de contas e responsabilidade”.

¹² Governança no setor público pode ser definida essencialmente como o “conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (BRASIL, 2014, p. 6).

- III - Confiabilidade;
- IV - Melhoria regulatória;
- V - Prestação de contas e responsabilidade;
- VI – Transparência (BRASIL, 2017, não paginado).

Entre as diretrizes estabelecidas estão:

- I - Direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades; [...]
- III - monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias, para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas; [...]
- V - Fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração, para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades; [...]
- VII - Avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir, sempre que possível, seus custos e benefícios; [...]
- XI - Promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, de maneira a fortalecer o acesso público à informação (BRASIL, 2017, não paginado).

O referido decreto também aponta mecanismos para o exercício da boa governança:

- I - Liderança, que compreende ao conjunto de práticas de natureza humana ou comportamental exercida nos principais cargos das organizações, para assegurar a existência das condições mínimas para o exercício da boa governança;
- II - Estratégia, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e
- III - Controle, que compreende processos estruturados para mitigar os possíveis riscos, com vistas ao alcance dos objetivos institucionais e para garantir a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades da organização, com preservação da legalidade e da economicidade no dispêndio de recursos públicos (BRASIL, 2017, não paginado).

É facilmente observável a coesão entre os princípios, as diretrizes e os mecanismos estabelecidos pelo decreto para o alcance da governança eficaz. De modo geral, enfatiza-se o papel das lideranças públicas capazes de utilizar-se de mecanismos que possam contribuir de forma eficaz para a implementação de políticas públicas, com a finalidade de atender às demandas da sociedade.

A publicação desse decreto simboliza a importância da instituição de boas práticas de governança pública, uma vez em que agrega mecanismos em harmonia com os postulados da nossa Constituição Federal Brasileira de 1988, que além de garantir direitos e deveres do cidadão, garante que o poder se concentre na sociedade. Portanto, a conquista de uma governança efetiva determinará o alcance da democracia e o respeito aos direitos dos cidadãos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Fundamentação metodológica e tipo de pesquisa

Desde os primórdios da humanidade, existia o interesse na descoberta e na explicação dos fenômenos da natureza, desde então, as motivações humanas permitiram elaborar e aprimorar métodos e técnicas para investigar tais acontecimentos, o que deu origem a chamada “Ciência”. Nem todas as vertentes de estudo que se utilizam de métodos científicos são consideradas ciência, porém, para um estudo ser considerado ciência, é necessário o emprego de algum tipo de método científico (MARCONI; LAKATOS, 2017). Por método científico entende-se:

É o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimento válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 79).

A pesquisa científica possui essencialmente um caráter mais rigoroso que outros tipos de pesquisa, ela precisa ser: sistemática, por existir uma disciplina que a regulamente; deve ser empírica, por coletarmos e analisarmos os dados obtidos; e, também, deverá ser crítica, pois necessita ser reavaliada e aperfeiçoada regularmente. Ao ser considerada como um processo sistemático e empírico para o estudo de um fenômeno, a pesquisa científica é dinâmica, mutável e evolutiva (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

3.1.1 Caracterização da pesquisa

O presente estudo estabelece-se através da perspectiva aplicada de caráter não experimental. É aplicada, pois o propósito maior da investigação é que seus resultados sirvam para futuras aplicações práticas, direcionados à solução de problemas específicos. E não experimental, em razão da não manipulação das variáveis, sendo o pesquisador um mero observador dos fenômenos, em seu ambiente natural, para depois analisá-las. Esse tipo de estudo mostra-se vantajoso quando tratamos de características não manipuláveis ou dificilmente manipuláveis, como, por exemplo, o comportamento dos indivíduos (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

A pesquisa tem abordagem quantitativa e qualitativa. É quantitativa, pela necessidade de mensurar opiniões e informações por meio de técnicas estatísticas e matemáticas (SEABRA, 2001 apud CONDURÚ; PEREIRA, 2013); e qualitativa, uma vez da necessidade de analisar as ações sustentáveis da UFPA e a qualidade dos resultados para formular propostas de melhorias.

O estudo classifica-se como exploratório e descritivo quanto aos fins, pois além de se tratar de uma problemática contemporânea a ser explorada e procurar torná-la familiarizada com o campo científico, ele também objetiva descrever o fenômeno tal como ele ocorre, especificando propriedades, características e perfis de um grupo de pessoas. É um estudo com ocorrência *ex post facto*, visto que a observação do fenômeno ocorre a *posteriori* (VERGARA, 2009; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Quanto aos meios, classifica-se como uma pesquisa de campo, uma vez que busca coletar dados e informações sobre um problema, para confirmar ou não uma determinada hipótese (MARCONI; LAKATOS, 2017), tendo como instrumento escolhido para a coleta de dados a aplicação de questionário estruturado fechado.

3.2 População e amostra

A pesquisa foi realizada no *Campus* da UFPA do Bairro do Guamá na cidade de Belém e em algumas unidades fora do *Campus*, localizadas no mesmo município. Sendo o *Campus* composto por cerca de 1.500 servidores técnico-administrativos, o número populacional proporcionou uma amostra considerável para o alcance do objetivo da pesquisa.

A UFPA estrutura-se da seguinte forma:

- ✓ Administração Superior: Conselhos superiores, Reitoria, Pró-Reitorias, Prefeitura, Procuradoria Geral e Assessorias;
- ✓ Unidades Acadêmicas: Institutos e Núcleos;
- ✓ Unidades Acadêmicas especiais: Hospitais Universitários e Escola de Aplicação;
e
- ✓ Órgãos Suplementares: Agência de Inovação Tecnológica, Arquivo Central, Biblioteca Central, Centro de Memória da Amazônia, Centro de Processos Seletivos, Centro de Registro e Indicadores Acadêmicos, Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação, Editora Universitária, Gráfica e Museu (UFPA, 2016).

Inicialmente, foi definida a população da pesquisa, a qual considerou como lócus para a coleta de dados: a Administração Superior do *Campus*; as Unidades Acadêmicas; as Unidades Acadêmicas Especiais (Hospital João de Barros Barreto, Hospital Bettina Ferro de Souza e Escola de Aplicação) e os Órgãos Suplementares.

Após a realização da coleta de dados, houve a necessidade de realizar alterações na população e cálculo de amostra da pesquisa, uma vez que o retorno dos questionários aplicados nas unidades acadêmicas especiais foi irrelevante. Com isso, foram retirados dos cálculos amostrais os Hospitais Universitários e a Escola de Aplicação, permanecendo a Administração Superior, as Unidades Acadêmicas e os Órgãos Suplementares. Outro fator considerado corresponde ao número de servidores afastados, por motivos diversos, no período de realização da pesquisa, o qual influenciou na população para o cálculo da amostra.

O critério de amostragem utilizado para assegurar a representatividade da amostra foi o probabilístico aleatório simples, calculada pelo programa STATS, versão 2.0, considerando a porcentagem estimada da amostra de 50%, o mínimo de 95% de margem de confiança e 5% de erro máximo aceito (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), resultando em 278 participantes para uma população de 1.050 servidores em atividade aptos a participarem da pesquisa¹³.

3.3 Levantamento dos dados

3.3.1 Pesquisa bibliográfica e documental

Para o atendimento dos três objetivos específicos da pesquisa, os quais permitiram o alcance do objetivo geral, foi inicialmente realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, que consistem, respectivamente, em documentos já consolidados - como livros, artigos, revistas, periódicos, entre outros - e documentos informativos - como relatórios, cartilhas, cartazes, *sites*, etc. (CONDURÚ; PEREIRA, 2013). A pesquisa resultou em um minucioso estudo sobre os objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública, o qual contribuiu para o alcance dos dois primeiros objetivos específicos desta pesquisa, que consistem em:

- *Verificar se as ações socioambientais promovidas pela UFPA estão em congruência com as temáticas sustentáveis propostas pela Agenda Ambiental na Administração*

¹³ Dados disponíveis em: http://www.proplan.ufpa.br/images/conteudo/proplan/dinfi/anuario%20estatistico/Anuario2017_AB2016.pdf.

Pública - A3P, que possam conduzir à sensibilização e capacitação dos seus servidores técnico – administrativos; e

- *Verificar o grau de sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos para a adoção de práticas sustentáveis na realização das suas atividades rotineiras na instituição.*

Para essas etapas, procedeu-se o levantamento de dados primários e secundários, os quais compreendem, respectivamente, os dados obtidos por meio de entrevistas com pessoas envolvidas em ações socioambientais da UFPA; e dados adquiridos por meio de documentos internos e externos à instituição. Essa fase resultou em um levantamento das ações socioambientais promovidas pela instituição, as quais foram analisadas sob a perspectiva das temáticas sustentáveis propostas pela A3P e que impactam mais diretamente nas atividades rotineiras dos servidores técnico-administrativos na instituição.

Igualmente, foi realizado um levantamento documental sobre o processo de governança pública e corporativa, por meio de decretos e publicações relevantes ao tema, o que contribuiu para o alcance do terceiro objetivo específico desta pesquisa: “*verificar o grau de efetividade da governança socioambiental da UFPA na percepção dos técnico-administrativos e propor melhorias direcionadas à gestão da instituição voltada para a sensibilização e capacitação dos seus servidores*”.

3.3.2 Pesquisa de campo e instrumento de coleta de dados

A pesquisa de campo para a coleta de dados ocorreu no período entre 20/05/2018 a 30/06/2018, obtendo um resultado de 243 questionários respondidos, e desses, 222 questionários válidos. A aplicação foi realizada por meio virtual, através do envio do questionário *on-line* criado na plataforma *Google Docs*, sendo também aplicado presencialmente junto aos servidores nas unidades administrativas da universidade. Para Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa de campo não é sinônimo de coleta de dados apenas, é necessário, inicialmente, um rigoroso estudo dos objetivos a serem alcançados para assim ser definido o que deve ser efetivamente coletado.

A realização da pesquisa de campo destinou-se a atender ao segundo objetivo específico do estudo: “*verificar o grau de sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos para a adoção de práticas sustentáveis na realização das suas*

atividades rotineiras na instituição”. O grau de sensibilização e capacitação foi mensurado por meio da criação de indicadores que consideraram tanto os objetivos das ações socioambientais promovidas pela instituição, quanto às temáticas sustentáveis apresentadas pela A3P que se relacionam mais diretamente com as atividades organizacionais realizadas pelos servidores diariamente.

Também com a pesquisa de campo, foi possível alcançar o terceiro objetivo específico da pesquisa, que é o de *“verificar o grau de efetividade da governança socioambiental da UFPA na percepção dos técnico-administrativos e propor melhorias direcionadas à gestão da instituição voltada para a sensibilização e capacitação dos seus servidores”*. Os indicadores elaborados para essa etapa consideraram os princípios, mecanismos e boas práticas de governança corporativa apresentados pelo Tribunal de Contas da União e pelo Decreto 9.203/17, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

O instrumento de coleta de dados¹⁴ aplicado trata-se de um questionário estruturado fechado e divide-se em três etapas:

1. A primeira fase do questionário objetivou obter informações pessoais e profissionais para a construção do perfil dos participantes, tais como: idade, sexo, estado civil, escolaridade, classificação do cargo, unidade de lotação, tempo de serviço na universidade, entre outras;
2. A segunda seção do questionário consistiu em verificar o grau de sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos para a adoção de práticas sustentáveis, com perguntas elaboradas com base nos eixos temáticos e práticas abordados pela A3P que mais impactam nas atividades organizacionais rotineiras dos servidores públicos, como mostra o Quadro 4. Essa seção foi composta por 20 perguntas na forma afirmativa, elaboradas de forma fechada e de múltipla escolha, com resposta na escala intervalar de Likert. Esse é um método muito popular que apresenta um conjunto de afirmações ou opiniões aos participantes, onde terão que manifestar sua reação em cinco categorias da escala (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

¹⁴ Apresentado no Apêndice A deste trabalho.

Quadro 4 - Práticas socioambientais sugeridas pela A3P.

Ações Socioambientais	Objetivo
Coleta seletiva e reciclagem	Conscientizar as pessoas sobre a importância da destinação correta dos resíduos, da sua reutilização e reciclagem, da redução do consumo e da importância das cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
Campanhas para redução de consumo de copos plásticos descartáveis	Reduzir o volume e recursos gastos com a aquisição de copos plásticos descartáveis, além de estimular a sua destinação para o processo de reciclagem.
Campanhas para redução do consumo de papel	Reduzir o consumo de papel por meio da conscientização de se evitar desperdícios e estimular o seu reaproveitamento e destinação para o processo de reciclagem.
Campanhas para redução do consumo e reaproveitamento de <i>toners</i> e cartuchos para impressoras	Reduzir o consumo de <i>toners</i> e cartuchos por meio do seu reaproveitamento, além de orientar a sua destinação de forma apropriada.
Campanhas para redução do consumo de energia elétrica	Promover a eficiência no uso dos recursos naturais, reduzindo o seu consumo e os gastos com recursos públicos.
Campanhas para redução do consumo de água	Promover a eficiência no uso dos recursos naturais, reduzindo o seu consumo e os gastos com recursos públicos.
Programações para sensibilização e capacitação dos servidores.	Promover eventos que possam conduzir à sensibilização e capacitação dos servidores públicos para a adoção de práticas sustentáveis.

Fonte: elaborado pela autora.

3. A terceira seção objetivou verificar o grau de efetividade da governança socioambiental da UFPA por meio da percepção dos servidores técnico-administrativos. Foram elaboradas 10 perguntas na forma afirmativa, fechadas e de múltipla escolha, com resposta na escala intervalar de Likert. As perguntas elaboradas consideraram os princípios de governança corporativa instituídos pelo Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017 e pela segunda versão do “Referencial Básico de Governança: Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública”, do ano de 2014, apresentados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sendo descritos no Quadro 5 abaixo.

Quadro 5 – Princípios de boa governança corporativa.

Princípios de governança	Descrição
Capacidade de resposta	É a capacidade das instituições atenderem às demandas da sociedade de forma efetiva.
Liderança e motivação	As lideranças devem apresentar um conjunto de responsabilidades e competências para a adoção de boas práticas de governança corporativa.
Comunicação e transparência	A comunicação deve ser aberta e transparente, apresentando os resultados das atividades da instituição. As informações não sigilosas devem ser de acesso público.
Controle	O controle compreende aos processos de monitoramento das políticas adotadas pela instituição para garantir o alcance dos objetivos estabelecidos.
Avaliação	A avaliação compreende analisar a qualidade dos resultados alcançados com determinada política, contribuindo para seu aperfeiçoamento.
Participação dos atores	Inclui a participação das partes envolvidas na formulação, implementação, execução, controle e avaliação das políticas da instituição.

Fonte: elaborado pela autora.

Para medir a consistência interna global do questionário, foi realizado o cálculo do coeficiente *Alpha de Cronbach*, por meio do programa STATS, versão 2.0, o qual resultou no coeficiente 0,912, considerado um alto nível de confiabilidade (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

3.4 Tratamento e análise dos dados

O tratamento e análise dos dados foram realizados por meio do programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, versão 21 para Windows, para a análise descritiva e para identificar os fatores de influência determinados pela realização do teste qui-quadrado (χ^2), além de recursos do *software Microsoft Excel*.

A análise descritiva permitiu identificar o perfil dos participantes, demonstrando as suas características comuns e descrevendo os dados obtidos para cada variável do questionário. A verificação do grau de sensibilização e capacitação dos técnico-administrativos e do grau de efetividade da governança socioambiental da UFPA por meio da percepção dos servidores, também foi alcançada por meio da análise descritiva. Para a demonstração da distribuição das frequências em cada variável, foram utilizados gráficos que permitiram melhor visualização dos resultados adquiridos.

Posteriormente, foi aplicado o teste estatístico Qui-quadrado ou χ^2 , o qual avaliou os fatores que podem ser responsáveis pelos resultados em cada variável¹⁵. Esse teste parte do princípio de que não há relações entre as variáveis, que elas ocorrem de modo independente. Nesse caso, verificou-se a possibilidade de existir correlação entre as frequências, se uma variável pode influenciar no resultado de outra, havendo, desta forma, associação entre elas (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Para a realização do teste, foram utilizadas as seguintes fórmulas (AYRES, M. et al. 2003):

$$p_{.j} = \sum_{i=1}^r p_{ij} \quad \text{Equação (1)}$$

Onde:

p_{ij} assume a probabilidade de um elemento ser categorizado em i ($i = 1, \dots, r$) e j ($j = 1, \dots, s$), onde há a probabilidade marginal de um elemento ser categorizado em i da variável X, e j da variável Y. O teste é realizado por:

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^s \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad \text{Equação (2)}$$

Em que :

χ^2 : É o valor da estatística de teste;

O_{ij} : É o valor observado na i -ésima e j -ésima posição

E_{ij} : É o valor esperado na i -ésima e j -ésima posição

¹⁵ O teste Qui-quadrado encontra-se no Apêndice B deste trabalho.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

4.1 A Universidade Federal do Pará e a Governança Socioambiental

4.1.1 Ambiente da pesquisa – a Universidade Federal do Pará

A Universidade Federal do Pará - Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto - considerada a maior instituição pública da região Norte do Brasil, é uma autarquia especial vinculada ao Ministério da Educação e instituída pela Lei nº 3.191, de 2 julho de 1957. Sua comunidade acadêmica é composta por 61.938 pessoas entre docentes, técnico-administrativos e discentes (UFPA, 2016).

Com atuação no estado do Pará, a instituição formaliza-se como uma universidade *multicampi* e goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Tendo sua sede localizada no município de Belém, a universidade conta com mais 11 *campi* no estado: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí (UFPA, 2016).

Figura 3 - Imagem aérea da Universidade Federal do Pará



Fonte: UFPA (2017b).

Indubitavelmente, o principal desafio da UFPA condiz aos seus objetivos em realizar ações que possam tornar possíveis a concretização da sua missão e visão institucional, que de acordo com o seu PDI, foram assim definidos (UFPA, 2016, p. 31, grifo nosso):

Missão: produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável.

Visão: ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade.

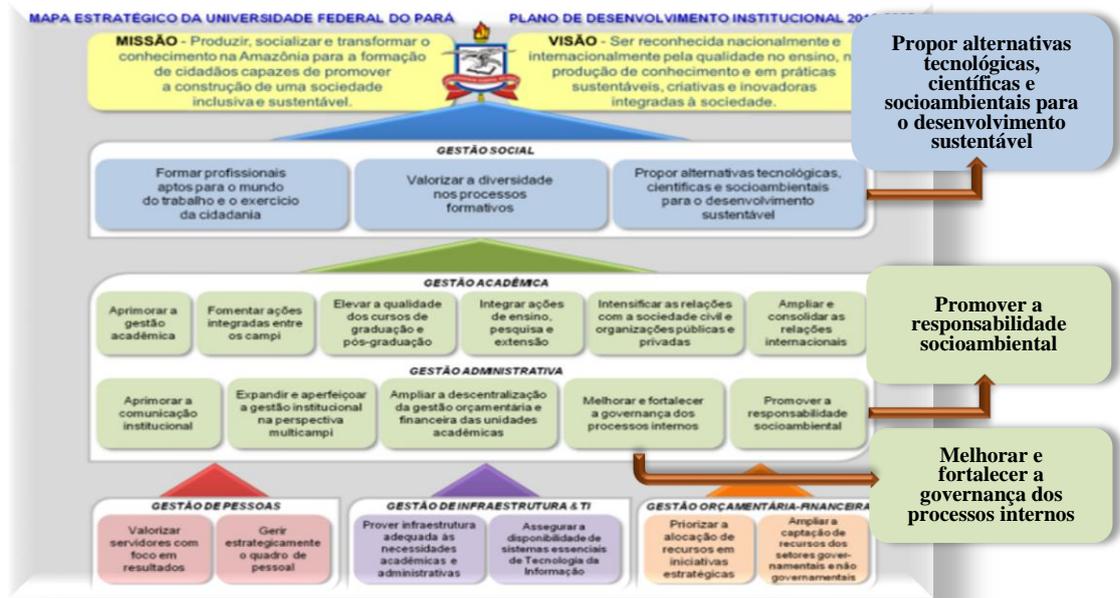
Considerados como elementos norteadores da gestão estratégica, por orientar as atitudes e comportamentos dos servidores da instituição - representando suas crenças, hábitos e convicções -, os princípios da UFPA representam os ideais fundamentais que alicerçam a instituição, são eles (UFPA, 2016, p. 32):

- ✓ A universalização do conhecimento;
- ✓ O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual;
- ✓ O pluralismo de ideias e de pensamento;
- ✓ O ensino público e gratuito;
- ✓ A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos;
- ✓ A excelência acadêmica;
- ✓ A defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

Destarte, para traduzir as suas estratégias rumo ao alcance dos seus objetivos finalísticos, a UFPA elaborou o seu Mapa Estratégico refletindo objetivos e perspectivas que fortaleçam ações voltadas para o desenvolvimento sustentável e que garantam a boa governança dessas ações.

Os objetivos estratégicos da UFPA, contidos em seu Mapa Estratégico, são os elementos que orientam as ações organizacionais e motivações dos colaboradores dentro da instituição. Procedeu-se, no Quadro 6, a descrição dos objetivos que atendem mais diretamente aos propósitos do desenvolvimento sustentável na organização, assim como o alcance da governança efetiva da gestão da universidade.

Figura 4 - Mapa Estratégico da UFPA 2016-2025



Fonte: Adaptado de UFPA (2016, p. 34).

Quadro 6 - Objetivos estratégicos da UFPA.

Perspectiva	Objetivo estratégico	Descrição do objetivo
Resultados Institucionais	Propor alternativas tecnológicas, científicas e socioambientais para o desenvolvimento sustentável.	Produzir, divulgar e transferir saberes e tecnologias voltadas para o desenvolvimento sustentável, para a preservação dos ambientes naturais e para o reaproveitamento de recursos.
Processos Internos	Promover a responsabilidade socioambiental.	Incentivar a inserção de critérios socioambientais, por meio de programas, projetos e ações de sensibilização e fiscalização para a comunidade universitária, a partir das unidades acadêmicas e administrativas, pautados nas políticas vigentes no país e nos documentos norteadores, visando a tornar - se uma instituição de referência na gestão ambiental institucional.
	Melhorar e fortalecer a governança dos processos internos.	Fortalecer o desempenho institucional, suas funções e responsabilidades, de acordo com o planejamento, avaliando se a instituição, o departamento, as atividades, os sistemas, os controles, as funções ou as operações estão atingindo os objetivos institucionais.

Fonte: Adaptado de UFPA (2016).

Notamos, portanto, que os objetivos estratégicos da UFPA relacionados à responsabilidade socioambiental incluem não só a produção e transferência de conhecimento sobre o desenvolvimento sustentável, mas também o estímulo à fiscalização da própria comunidade acadêmica, contribuindo para melhorias na gestão ambiental da universidade.

4.1.2 A governança da UFPA sobre suas ações socioambientais

O compromisso da UFPA com seus objetivos estratégicos faz com que a gestão da universidade adote políticas voltadas para a sustentabilidade institucional, as quais contribuirão para o alcance da missão e visão da instituição. Entre essas medidas, está a implantação de programas e projetos que permitam disseminar a cultura da responsabilidade socioambiental, como as campanhas voltadas para o combate ao desperdício de recursos naturais, para o correto descarte do lixo e dos resíduos sólidos e perigosos, para a conservação de áreas verdes, além de outros.

Entre as principais políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento sustentável na universidade e que norteiam as ações a serem adotadas para este fim, estão (UFPA, 2017a):

- ✓ Lei 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil;
- ✓ Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- ✓ Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
- ✓ Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

Como frutos dessas políticas, várias ações foram consolidadas na instituição, tais como (UFPA, 2017a):

- ✓ Serviço de Orientação Socioambiental (SOS);
- ✓ Programa Coleta Seletiva Solidária;
- ✓ Programa de Extensão Universidade Educadora Sustentável;
- ✓ Espaço ITEC Cidadão;
- ✓ Trote Solidário e Sustentável;
- ✓ Campanha de redução do consumo de papel;
- ✓ Campanha de redução do uso de copos plásticos;
- ✓ Campanha para redução do consumo de energia elétrica;

- ✓ Plano Geral de Gerenciamento de Resíduos Perigosos;
- ✓ Aproveitamento da água da chuva;
- ✓ Projeto Universidade em Diálogos Sustentáveis;
- ✓ Curso de Capacitação em Sustentabilidade na A3P;
- ✓ Rodas de conversas sobre a A3P.

Diante das perspectivas de governança em que essas ações podem ser analisadas, prioriza-se a perspectiva das políticas públicas, a qual focaliza a sua formulação, implementação e a sua efetividade. Além disso, essa perspectiva relaciona-se com práticas de coordenar ações, planejar a aplicação de recursos, a governança das ações, além de outras (BRASIL, 2014).

Dentro do contexto de gerenciamento das ações socioambientais, a Prefeitura do *Campus* é o principal órgão responsável pela gestão de projetos sustentáveis da universidade. O setor conta com uma Coordenação de Meio Ambiente (CMA), a qual é responsável por elaborar planos e projetos, materiais educativos e atividades voltadas para consolidar o compromisso e responsabilidade socioambiental na instituição. Também vinculadas à Prefeitura, estão as Comissões responsáveis pelo programa “Coleta Seletiva Solidária” e pela gestão do PLS, a qual é responsável por elaborar, monitorar, avaliar e revisar as ações do plano de gestão. Foi implementado ainda, o Serviço de Orientação Socioambiental (SOS), que representa uma estratégia da instituição para que a Comissão do “Coleta Seletiva Solidária” e a CMA possam atuar em parceria com as Unidades Acadêmicas e Administrativas da universidade, trabalhando com suas lideranças, para alcançar os objetivos das ações socioambientais propostas (UFPA, 2017a).

As ações socioambientais que contemplam a A3P na universidade são monitoradas e avaliadas pela Comissão Gestora do PLS, uma vez que a A3P está vinculada ao PLS da instituição. A UFPA não aderiu à A3P formalmente, mas a instituição participa da Rede A3P Norte, a qual interage com outros órgãos da região para o aprimoramento das suas medidas socioambientais.

A A3P contribui de forma significativa na UFPA ao estabelecer em um de seus eixos temáticos a destinação adequada dos resíduos gerados, o qual permitiu aprimorar na instituição um dos seus principais programas voltado para a conservação do meio ambiente e inclusão social, o “Coleta Seletiva Solidária”. Esse projeto, iniciado em 2009, além de realizar parcerias com cooperativas de catadores de materiais recicláveis, abrange a comunidade universitária na sua integridade, pois o seu foco consiste em disseminar a importância da

separação dos resíduos no momento de seu descarte para a reutilização desses materiais, prática esta que impacta diretamente na conservação dos recursos naturais (UFPA, 2017a).

Ademais, outros projetos foram implantados à luz das diretrizes da A3P, como as campanhas de redução do consumo de energia elétrica, de água, de papel e de descartáveis plásticos, assim como as programações direcionadas à qualidade de vida e sensibilização e capacitação dos servidores públicos.

As Pró-Reitoras da instituição exercem um papel importante no processo de conscientização socioambiental. A Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal (PROGEP), por meio da Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento (CAPACIT), contempla em seu plano de capacitação anual cursos atinentes à temática socioambiental, assim como promove e estimula a realização de eventos isolados nas unidades acadêmicas, como palestras que proporcionam debates sobre a importância de se evitar desperdícios materiais e de recursos naturais. O CAPACIT é a principal unidade responsável pela capacitação dos servidores na universidade, tendo como um dos seus propósitos a oferta de cursos para a progressão funcional dos servidores. A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), também colabora de forma importante para sensibilizar a comunidade acadêmica para as questões socioambientais, por meio tanto da aprovação de importantes projetos de extensão, como o projeto “Separar para Coleta Seletiva Solidária da UFPA: um Gesto Simples, uma Atitude Nobre”, atendendo ao programa “Coleta Seletiva Solidária”, quanto oferecendo outras programações pertinentes ao tema, como fóruns e seminários (UFPA, 2017a).

Os Núcleos da universidade, que são unidades acadêmicas voltadas para cursos de Pós-graduação transdisciplinares, também apresentam atividades socioambientais fundamentais para a promoção da sustentabilidade. Alguns Núcleos estão diretamente focados no desenvolvimento sustentável da região Amazônica, com destaque para o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), fundado em 1973, o qual objetiva identificar e solucionar problemas socioambientais da região amazônica por meio de seus estudos, e o Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), instituído em 1991, que visa contribuir para a execução de uma política voltada tanto para a preservação do meio ambiente quanto para a garantia de um desenvolvimento econômico e social de modo sustentável. Essas unidades contribuem com seus projetos, pesquisas e outras programações, como: palestras, oficinas e cursos voltados para as questões sociais e ambientais, além de incluírem nos currículos dos seus cursos disciplinas que garantem amplo conhecimento da vertente socioambiental na região Amazônica, estendendo o que foi apreendido pelos seus discentes nos cursos de graduação relacionados a essa área (UFPA, 2017a).

Alguns institutos acadêmicos, que são unidades responsáveis pela oferta de cursos de graduação e pós-graduação, contribuem por meio de ações voltadas para a vertente socioambiental inclusas nos currículos de seus cursos, como o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), antigo Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR) criado em 2007, que objetiva o desenvolvimento sustentável da agricultura, do extrativismo e da produção animal na Amazônia. Além dos cursos de graduação e pós-graduação, a unidade acadêmica conta com grupos de pesquisas que permitem a continuidade de estudos importantes para o desenvolvimento sustentável da região (UFPA, 2017a).

Portanto, percebe-se que a instituição se utiliza de mecanismos e estruturas para envolver os seus colaboradores, buscando o alcance da sustentabilidade no seu espaço universitário e que tais resultados possam refletir na vida de cada servidor e da sociedade de modo geral.

5 RESULTADOS

5.1 A Universidade Federal do Pará e o atendimento às temáticas sustentáveis da A3P

A análise realizada por meio da pesquisa bibliográfica e documental, para atender ao primeiro objetivo específico da pesquisa, que consiste em: “*verificar se as ações socioambientais promovidas pela UFPA estão em congruência com as temáticas sustentáveis propostas pela Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, que possam conduzir à sensibilização e capacitação dos seus servidores técnico – administrativos*”, permitiu a comparação entre os objetivos das principais ações da universidade com os objetivos das práticas de sustentabilidade apresentadas pela A3P. O critério da amostra das ações socioambientais da UFPA acompanhou as práticas da A3P que mais se direcionam para o processo de sensibilização e capacitação dos servidores para a adoção de atitudes sustentáveis no seu cotidiano dentro da organização.

De acordo com levantamento realizado, verificou-se, portanto, que a UFPA atende às práticas relacionadas aos eixos temáticos apresentados pela A3P, uma vez que oferece programações voltadas para a reorientação de atitudes na execução das atividades organizacionais diárias realizadas pelo servidor, como mostra o Quadro 7. Os resultados das ações específicas para os servidores da instituição - considerando um processo sistêmico - refletem em toda a comunidade acadêmica, uma vez que o comportamento de cada indivíduo provoca o meio social, pois para Trigueiro (2006), cada cidadão, ao manifestar atitudes, por mais simples que possam parecer, pode estimular e modificar significativamente as atitudes de outras pessoas, permitindo a criação de novos hábitos na sociedade.

As campanhas de coleta seletiva e reciclagem, de redução do consumo de água, de energia, de papel, de copos descartáveis e de cartuchos e *toners* ganham destaque por serem campanhas contínuas na instituição e por seus resultados impactarem diretamente na conservação do meio ambiente. A UFPA promove tais campanhas por meio das suas mídias, como o seu *site* oficial, rádio *web*, redes sociais, cartazes e informativos distribuídos pelo *Campus*, além de cursos e oficinas principalmente para o atendimento do programa “Coleta Seletiva Solidária”.

Em 2016, a Pró-Reitoria de Extensão aprovou o projeto “Separar para Coleta Seletiva Solidária da UFPA: um Gesto Simples, uma Atitude Nobre” - coordenado pela servidora técnico-administrativa Lúcia de Fátima Almeida. Esse projeto tem por objetivo divulgar informações sobre o Coleta Seletiva Solidária, constituindo-se de ações educativas voltadas

para práticas socioambientais, além de proporcionar a motivação e a sensibilização da comunidade acadêmica. Um ponto forte do projeto está na sua preocupação com a inclusão social ao beneficiar as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, as quais exercem um importante papel na conservação do meio ambiente (UFPA, 2017a).

Quadro 7 – Relação das práticas socioambientais da UFPA comparadas às práticas sustentáveis da A3P.

Práticas sustentáveis sugeridas pela A3P	Práticas socioambientais da UFPA	Objetivo	Público-alvo
Coleta seletiva e reciclagem	Programa Coleta Seletiva Solidária	Educar a comunidade acadêmica para a destinação correta dos resíduos a serem encaminhados às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.	Toda a comunidade acadêmica.
Campanhas para redução de consumo de copos plásticos descartáveis	Campanha para redução do uso de copos plásticos	Substituir copos plásticos por outros recipientes de uso contínuo ou com materiais mais sustentáveis.	Toda a comunidade acadêmica.
Campanhas para redução do consumo de energia elétrica	Campanha para redução do consumo de energia elétrica	Promover a eficiência energética com a redução das despesas com energia e garantir a preservação do meio ambiente.	Toda a comunidade acadêmica.
Campanhas para redução do consumo e reaproveitamento de <i>toners</i> e cartuchos para impressoras	Campanha de redução de custos com impressão, cartucho e reprografia	Reduzir os gastos em todas as etapas dos processos gráficos na instituição.	Servidores da UFPA
Campanhas para redução do consumo de água	Campanha de reaproveitamento e melhor utilização da água	Otimizar o consumo de água	Toda a comunidade acadêmica
Campanhas para redução do consumo de papel	Campanha para redução de consumo de papel	Incentivar práticas ecologicamente corretas no ambiente de trabalho para a redução do desperdício.	Servidores da UFPA
	Cursos de Capacitação	Capacitar gestores e servidores sobre planejamento e gestão de logística sustentável e sustentabilidade ambiental	Servidores da UFPA

Programações para sensibilização e capacitação dos servidores.	Rodas de conversas sobre a A3P	Informar sobre a importância da A3P para o alcance da sustentabilidade na instituição	Servidores da UFPA
	Curso de Capacitação em Sustentabilidade na Administração Pública A3P	Aprimorar e ampliar as ações sustentáveis nas instituições públicas e reforçar a efetivação da A3P.	Servidores da UFPA
	Programa de Extensão Universidade Educadora Sustentável	Visa promover a educação ambiental dentro da universidade por meio de debates, seminários, painéis e outras ações que buscam contribuir para o desenvolvimento sustentável na instituição.	Toda a comunidade acadêmica.
	Projeto Esplanada Sustentável (PES)	Implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública.	Toda a comunidade acadêmica.
	Projeto Espaço ITEC Cidadão	Realizar atividades de extensão para promover a sensibilização da comunidade acadêmica para a preservação do meio ambiente.	Toda a comunidade acadêmica.

Fonte: elaborado pela autora.

Em uma breve análise feita pela própria instituição em seu PDI 2016-2025, dessas ações, as que apresentam melhores resultados são as que objetivam a redução do consumo de água, de energia elétrica e de refrigeração, destacando-se também a importância dos resultados obtidos pelo Programa Coleta Seletiva Solidária.

Como componentes das campanhas sustentáveis promovidas pela UFPA e que atendem, quanto aos seus objetivos, aos propósitos da A3P, os cursos de capacitação visam oferecer para os servidores oportunidades para a apreensão de novos hábitos para a construção de uma cultura sustentável dentro da instituição. O curso de Capacitação em Sustentabilidade na Administração Pública A3P, realizado em 2014, por meio do CAPACIT e em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, representou um evento importante para a efetivação da A3P

na universidade. Outros cursos e oficinas relacionados à sustentabilidade compõem o plano anual de capacitação elaborado pela PROGEP, na média de 1 (um) curso por ano¹⁶.

Os projetos realizados na universidade visando à educação ambiental são destinados para toda a comunidade acadêmica. Os projetos, como o “Universidade em Diálogos Sustentáveis”, o “Esplanada Sustentável” e o “Espaço ITEC Cidadão”, oferecem programações que sustentam o processo de sensibilizar a comunidade acadêmica para as questões socioambientais. Esses projetos visam tanto aos processos organizacionais, ao objetivarem a adoção de modelos de gestão e de processos na efetivação de ações que permitam o desenvolvimento organizacional de forma sustentável e que atinjam diretamente aos servidores públicos - como é o caso do projeto “Esplanada Sustentável: Quintas Ambientais”, que faz parte do Programa de Extensão “Universidade Educadora Sustentável” - quanto ao atendimento direto à sociedade por meio de programações abertas à comunidade em torno da universidade, como o projeto “Espaço ITEC Cidadão”, que promove ações importantes de reutilização e reciclagem de resíduos, permitindo que seus resultados possam ser visualizados por toda a comunidade acadêmica ao serem dispostos em locais com grande fluxo de discentes e servidores, que podem apreciar o andamento das ações, assim como o produto final dos trabalhos realizados.

As ações apresentadas indicam que as temáticas da A3P estão sendo atendidas pela instituição tanto com atividades específicas voltadas para a capacitação do servidor, que contribuem para o uso racional dos recursos melhorando a eficiência dos gastos públicos, quanto com ações destinadas para a mobilização de toda a comunidade acadêmica, objetivando promover a sustentabilidade local.

5.2. Análise Descritiva

5.2.1 Caracterização da amostra

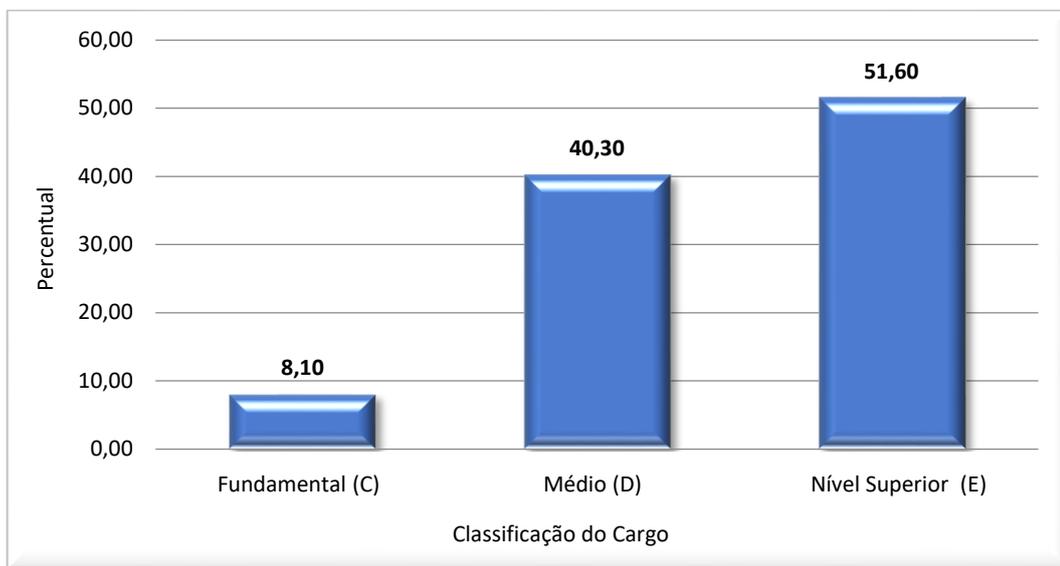
Nesta seção, será apresentado o perfil dos servidores respondentes por meio da análise descritiva dos dados. De acordo com os dados coletados, todos os servidores participantes possuem cargos efetivos (**100%**).

O resultado para a classificação do cargo, como mostra o Gráfico 1, revela que a maioria dos servidores possui ensino superior, classificação E (**51,6%**); seguidos dos que

¹⁶ Pesquisa realizada nos planos anuais de capacitação dos últimos cinco anos.

possuem ensino médio, classificação D (**40,3%**); e uma pequena parte o ensino fundamental, classificação C (**8,1%**).

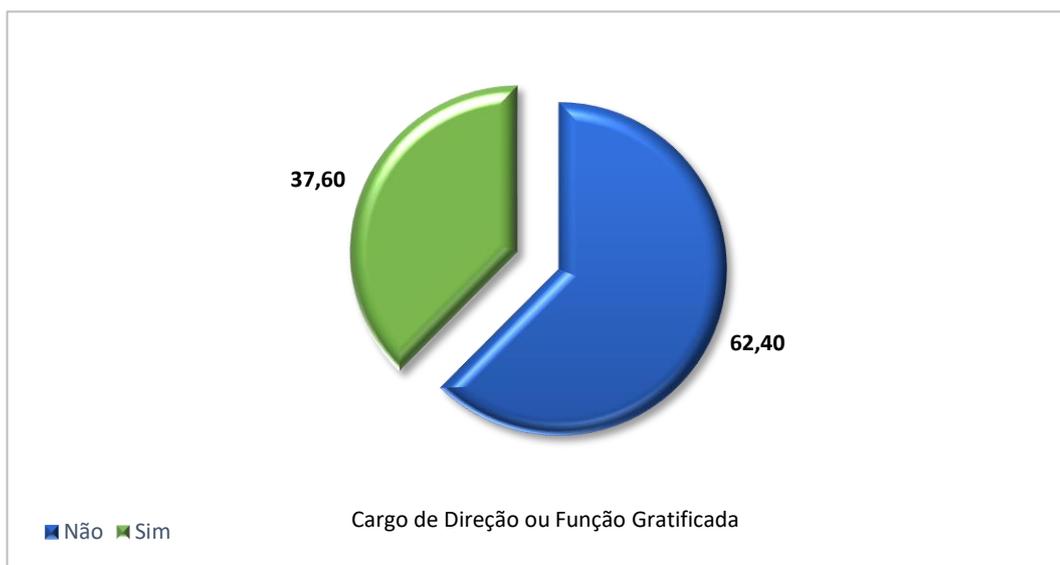
Gráfico 1: Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Classificação do Cargo.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa

A maioria dos servidores participantes não exerce Cargo de Direção (CD) ou Função Gratificada (FG) (**62,4%**), embora o percentual de servidores que exercem tais funções também tenha sido significativo (**37,6%**).

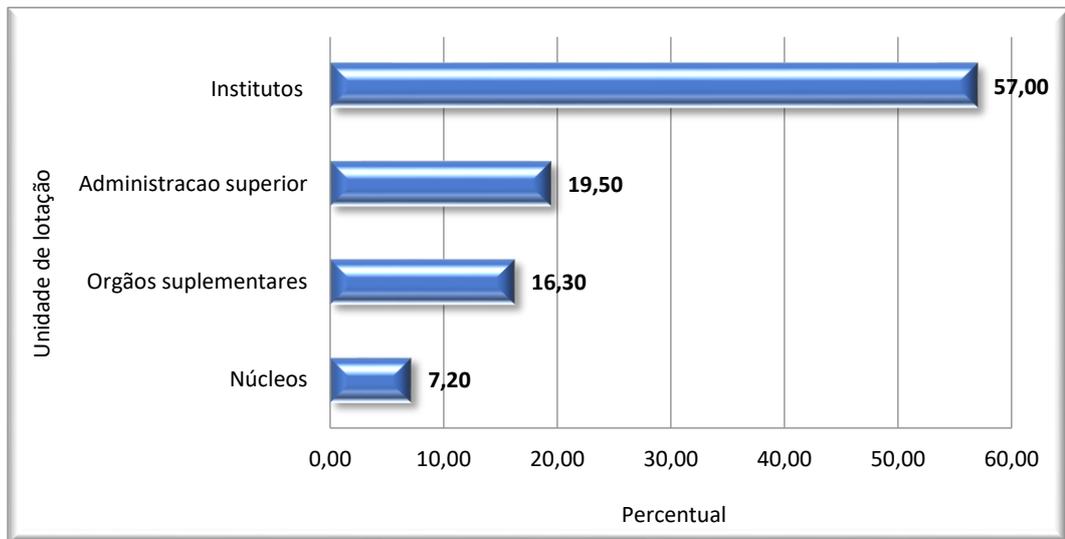
Gráfico 2: Percentual de Servidores Técnico-Administrativos que exercem Cargo de Direção (CD) ou Função Gratificada (FG).



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A maioria dos servidores pesquisados está lotada em Institutos (57%), unidades que demandam grande parte dos servidores técnico-administrativos da instituição, seguida de servidores lotados na Administração Superior (19,5%). Os núcleos, por terem sido apenas 4 a participarem da amostra da pesquisa e demandarem um número menor de servidores dessa categoria, tiveram menor representatividade (7,2%).

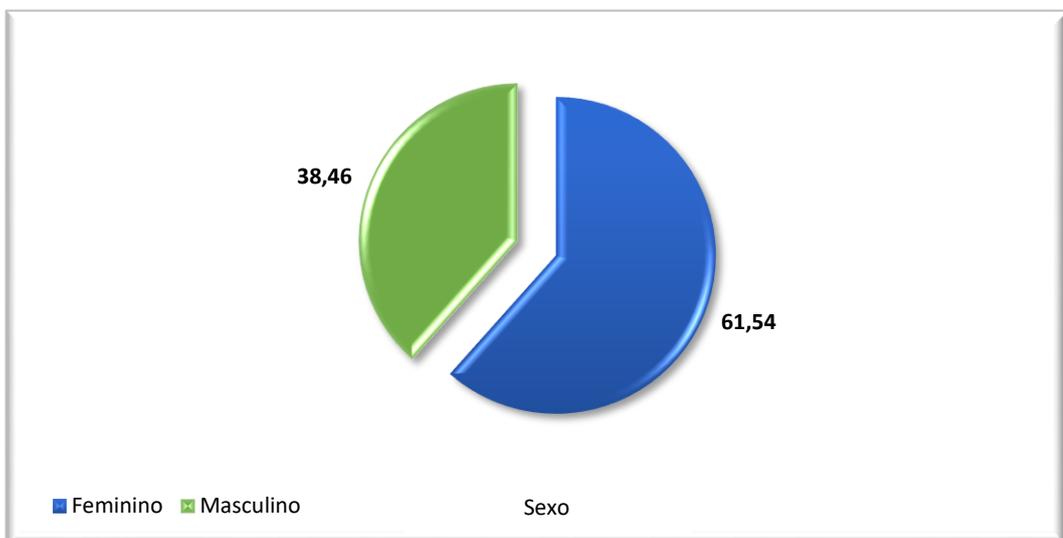
Gráfico 3: Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Unidade de Lotação.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A amostra ficou dividida entre o sexo feminino (61,5%) e o sexo masculino (38,4%), para melhor análise de dados. Notamos maior participação do sexo feminino.

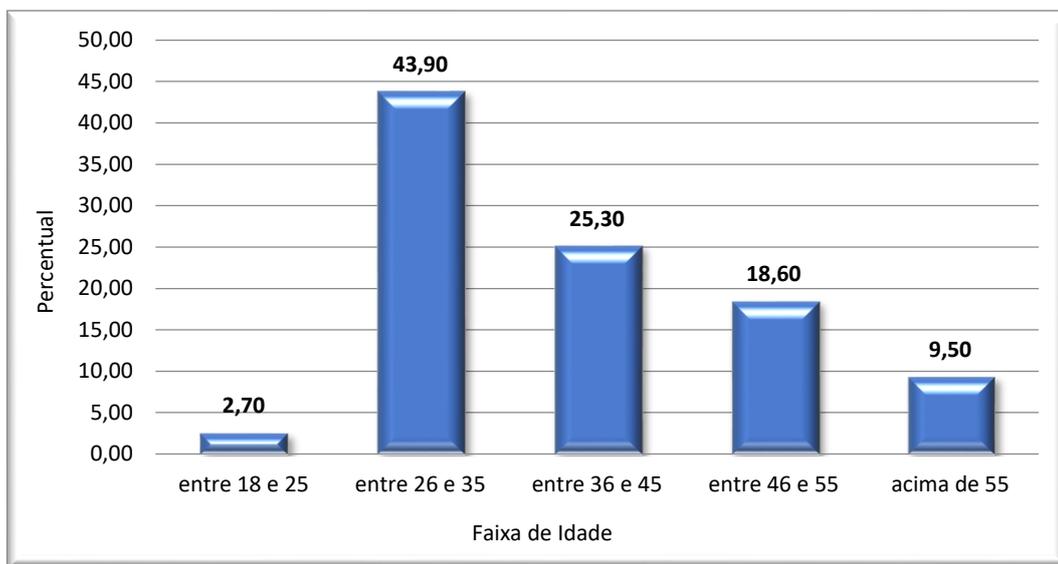
Gráfico 4 - Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Sexo.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A maioria dos servidores tem idade entre 26 e 35 anos (**43,9%**), seguida dos que têm idade entre 36 e 45 anos (**25,3%**). O menor percentual está entre os servidores com idade entre 18 e 25 anos (**2,7%**).

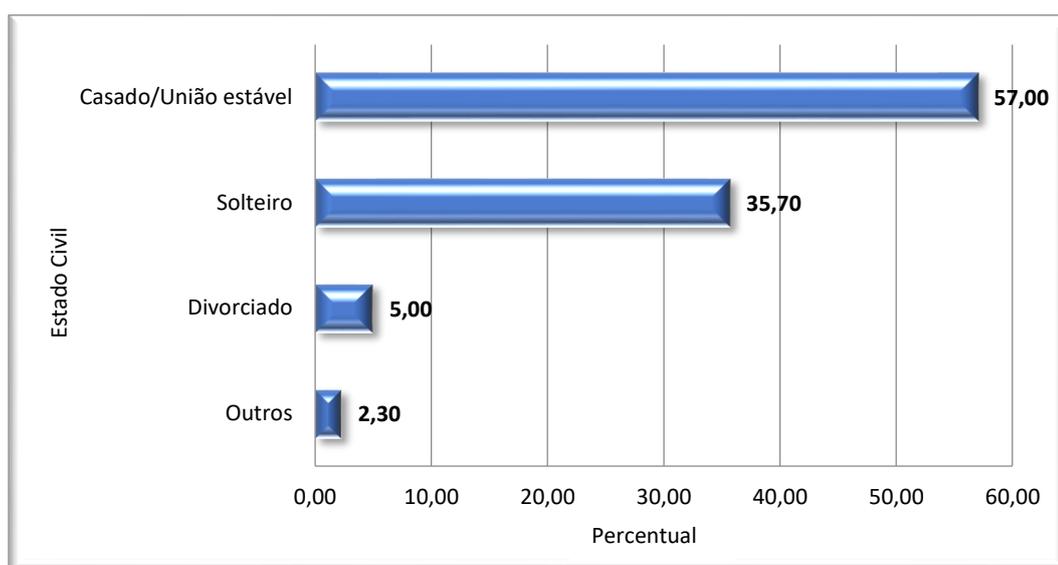
Gráfico 5 - Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Faixa de Idade (em anos).



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Os servidores, em sua maioria, são casados/união estável (**57%**), seguidos dos servidores que se caracterizam solteiros (**35,7%**).

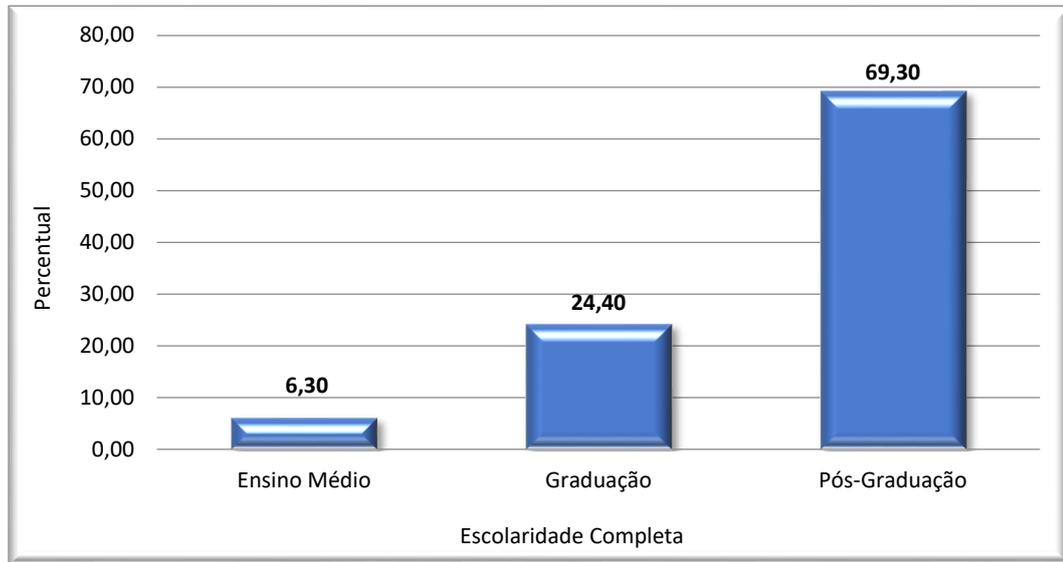
Gráfico 6 - Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Estado Civil.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Sobre o grau de escolaridade completo, nota-se que a maioria possui cursos de pós-graduação (**69,3%**), seguida dos que têm graduação (**24,4%**). A minoria possui ensino médio (**6,3%**).

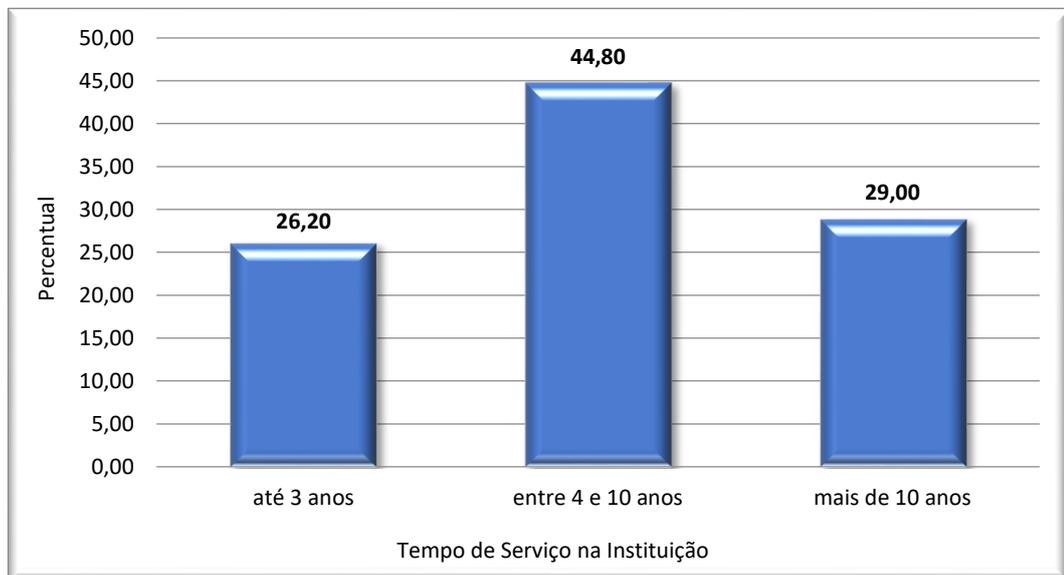
Gráfico 7 - Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Escolaridade Completa.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A maioria dos participantes trabalha na instituição entre 4 e 10 anos (**44,8%**), seguida dos que já estão há mais de 10 anos (**29%**). Uma parte considerável é representada pelos servidores que trabalham até 3 anos na UFPA (**26,2%**).

Gráfico 8 - Percentual de Servidores Técnico-Administrativos por Tempo de Serviço na Instituição.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

5.2.2 Análise da sensibilização e capacitação dos servidores – frequência das iniciativas no ambiente de trabalho.

O segundo objetivo específico da pesquisa, ensejou em “*verificar o grau de sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos para a adoção de práticas sustentáveis na realização das suas atividades rotineiras na instituição*”.

Para melhor analisar os resultados a respeito do grau de sensibilização e capacitação dos servidores para a adoção de práticas sustentáveis, foi realizado o agrupamento das variáveis por temáticas, onde foi calculada a média estatística das frequências das variáveis, mediante a seguinte fórmula:

$$M\% = \frac{V_1 + V_2 + V_3 + \dots + V_n}{n} \quad \text{Equação (3)}$$

Onde:

$M\%$ = média das frequências das variáveis

V_n = frequência de cada variável

n = número de variáveis

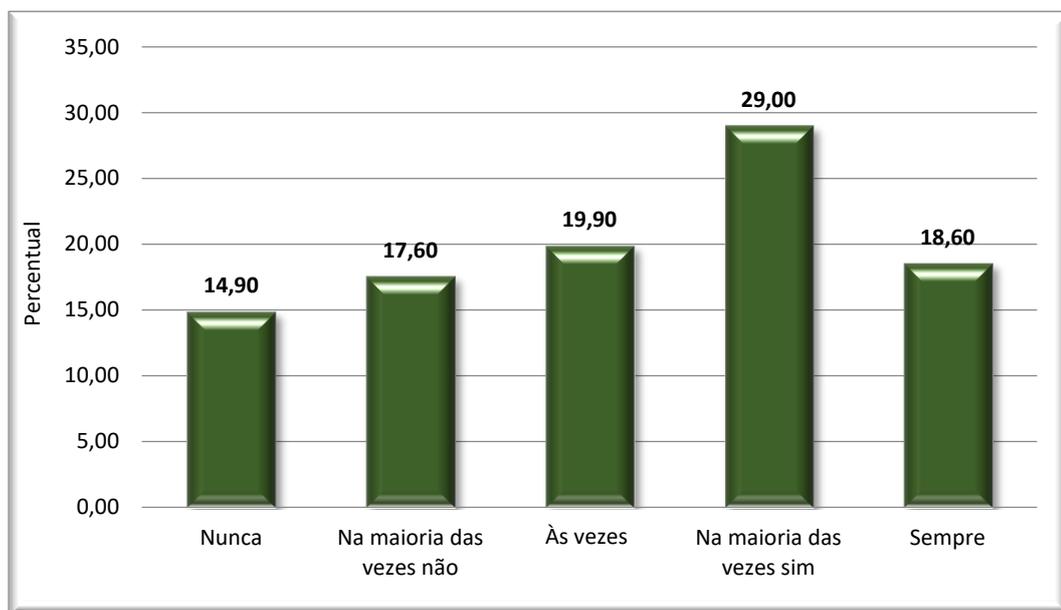
Para a realização do cálculo foram somados os percentuais das categorias “na maioria das vezes sim” e “sempre” de cada variável que compõe as temáticas, onde estabeleceu-se que um percentual acima de 50% de servidores, da média das frequências das variáveis, representa que a maioria dos pesquisados estão efetivamente sensibilizados e capacitados para a correspondente temática, e um percentual abaixo de 50% considera que a maioria não está sensibilizada e capacitada.

Diante disso, foram alcançados os seguintes resultados:

5.2.2.1 Temática: Coleta Seletiva e Reciclagem

A maior parte dos técnicos respondeu que “na maioria das vezes” separa os resíduos sólidos por tipologia ao descartá-los (**29%**), seguida dos que “às vezes” praticam essa ação (**19,9%**). Os servidores que “nunca” separam (**14,9%**) e os que “na maioria das vezes não” separam (**17,6%**), também tiveram considerável representação ao observar-se a distribuição das frequências em todas as categorias do gráfico 9.

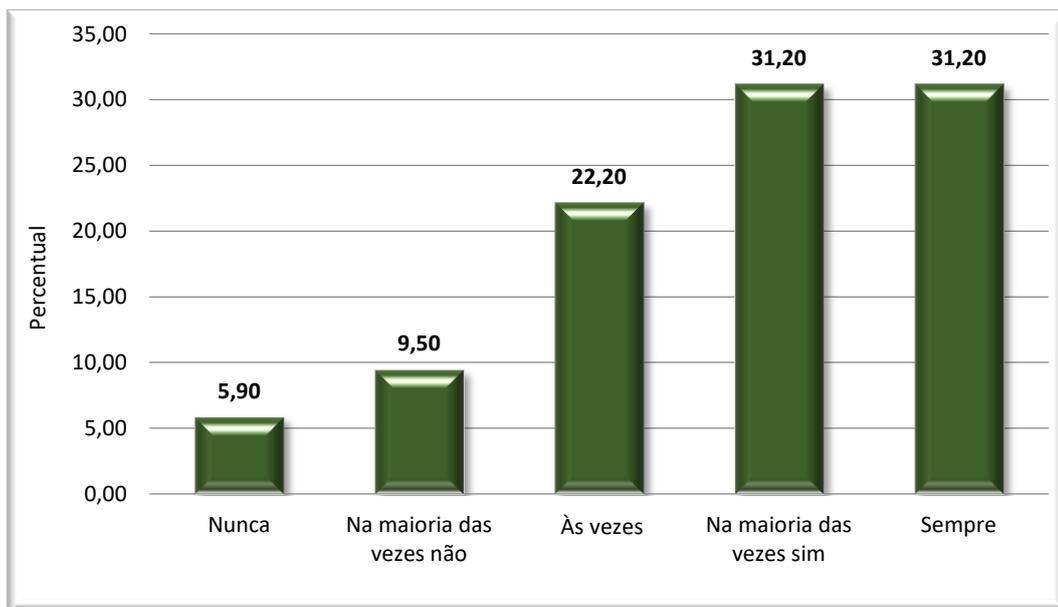
Gráfico 9 - Costuma separar os resíduos sólidos por tipologia (papel, plástico, vidro, etc.) ao descartá-los?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Quanto ao fato de se preocupar em descartar ou armazenar corretamente os resíduos considerados perigosos, grande parte afirma que pratica essa ação. Muitos dos servidores responderam que “na maioria vezes sim” e “sempre” (ambos com **31,2%**), seguidos dos que responderam “às vezes” (**22,2%**).

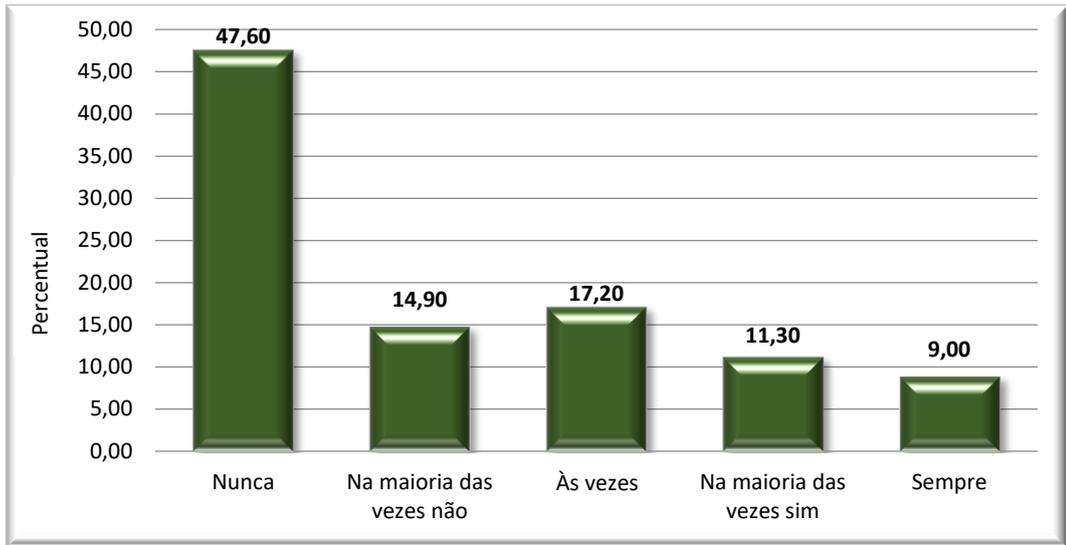
Gráfico 10 - Preocupa-se em descartar ou armazenar corretamente os resíduos considerados perigosos?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Este estudo também mostra que a maioria dos servidores “nunca” solicitou ou sugeriu a compra de materiais de expediente reciclados para a sua unidade de trabalho (**47,6%**). As outras categorias ficaram divididas sem muitas discrepâncias entre as frequências. A minoria respondeu que “sempre” pratica essa ação (**9%**).

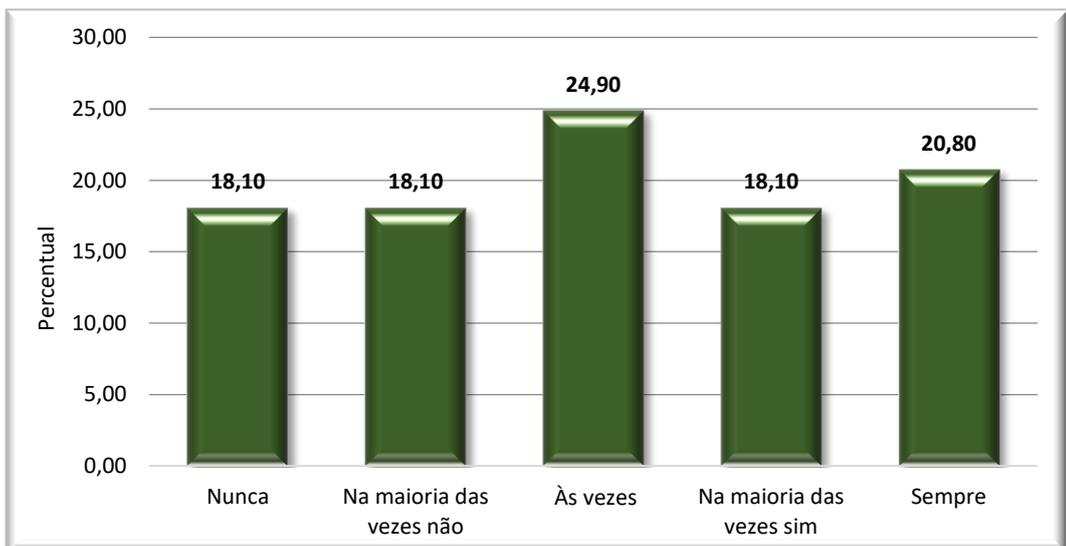
Gráfico 11 - Já solicitou ou sugeriu a compra de materiais de expediente reciclados para a sua unidade de trabalho?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Quanto à iniciativa de destinar resíduos para o processo de reciclagem, o estudo revela que a maior parte dos servidores “às vezes” costuma realizar a boa prática (**24,9%**), seguida dos que afirmam que “sempre” realizam a destinação (**20,8%**).

Gráfico 12 - Costuma destinar por iniciativa própria resíduos para o processo de reciclagem?



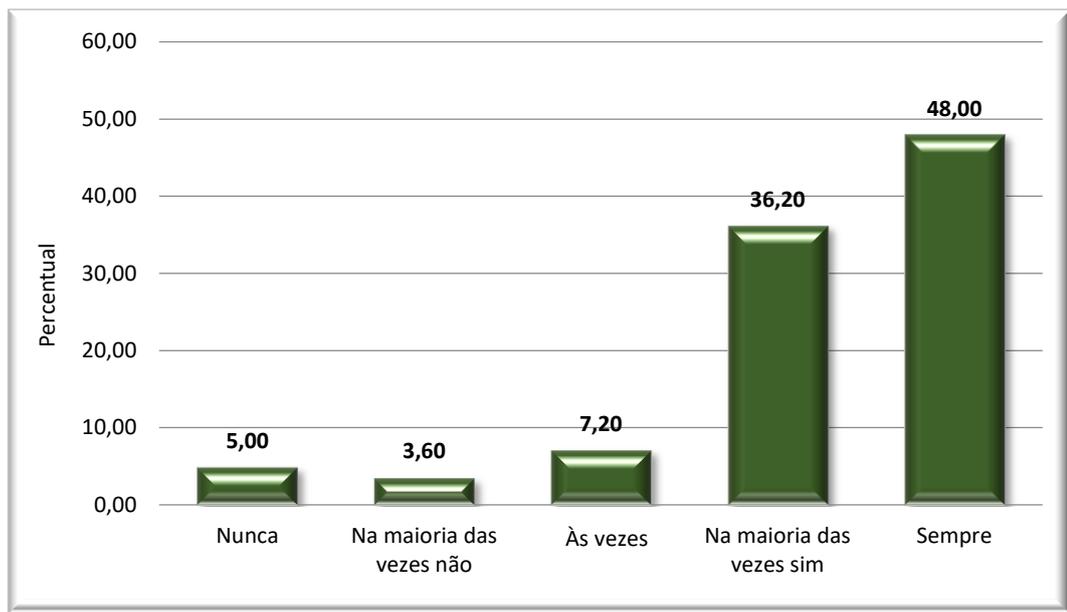
Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Para a primeira temática analisada, determinada como “**Coleta Seletiva e Reciclagem**”, a qual verifica se os servidores estão sensibilizados e capacitados para os processos envolvendo o descarte correto dos resíduos e iniciativas para a reciclagem, obtivemos um resultado de **42,3%** de servidores que afirmam praticar as ações voltadas para o tema com frequência, portanto, abaixo de 50%. Podemos concluir que a maioria dos servidores não está efetivamente sensibilizada e capacitada para a adoção de práticas relacionadas ao processo de coleta seletiva e reciclagem.

5.2.2.2 Temática: Redução de consumo de copos plásticos descartáveis

Sobre a substituição de copos plásticos, uma maioria significativa respondeu que “sempre” (**48%**) e na “maioria das vezes” (**36,2%**) substituem o produto por outro. A minoria respondeu que “na maioria das vezes não” substitui os copos por outros recipientes (**3,6%**).

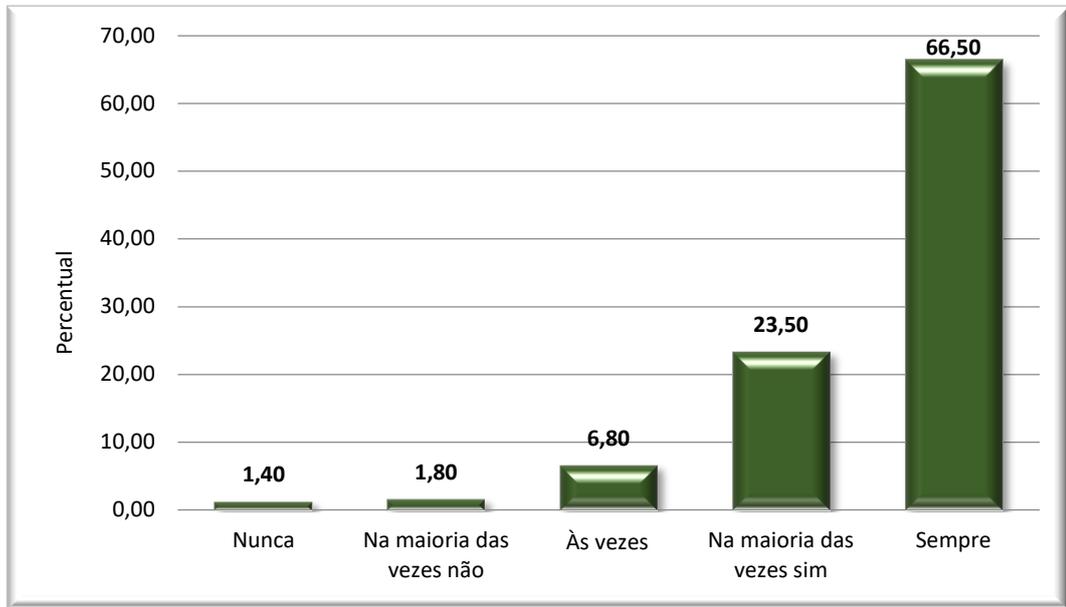
Gráfico 13 - Substitui copos descartáveis por outros recipientes com materiais de uso mais contínuo?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

O resultado mostra que os servidores que afirmam “sempre” utilizar o mesmo copo por maior tempo possível tiveram representação significativa entre as categorias (**66,5%**). Apenas **1,4%** dos servidores responderam que “nunca” se preocupam com essa prática.

Gráfico 14 - Preocupa-se em utilizar o mesmo copo descartável por maior tempo possível?



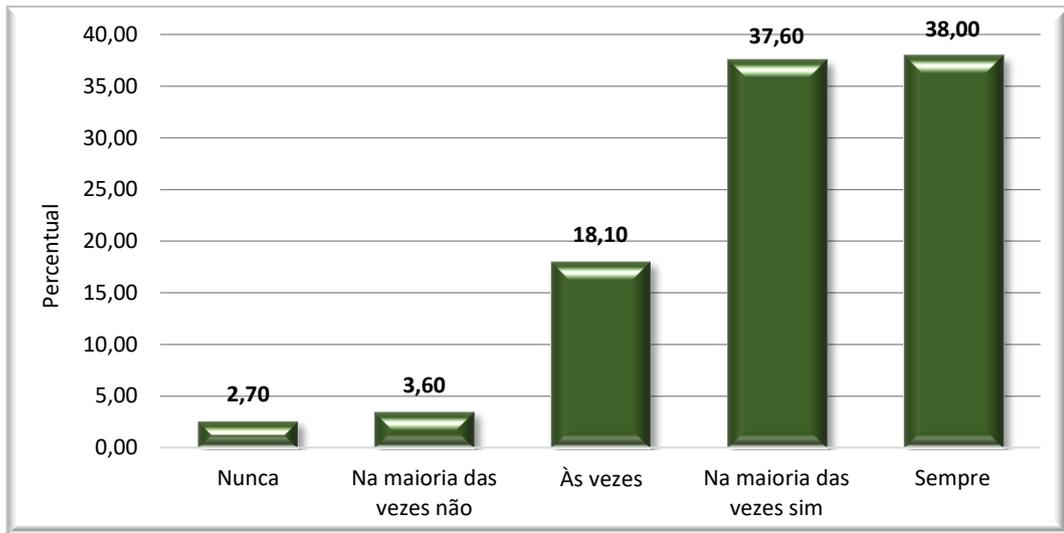
Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

No tocante à temática “**Redução de consumo de copos plásticos descartáveis**”, a qual verifica iniciativas dos servidores para reduzir o consumo de copos descartáveis, encontrou-se um resultado de **87,1%**. O resultado mostra que a maioria dos servidores está efetivamente sensibilizada e capacitada para a adoção de práticas relacionadas a essa temática.

5.2.2.3 Temática: Redução do consumo de papel

A maioria dos técnicos afirma “sempre” priorizar a tramitação de documentos por meio eletrônico (**38%**), seguida dos que indicam que “na maioria das vezes” também fazem a substituição (**37,6%**). Uma minoria afirma “nunca” priorizar essa prática (**2,7%**).

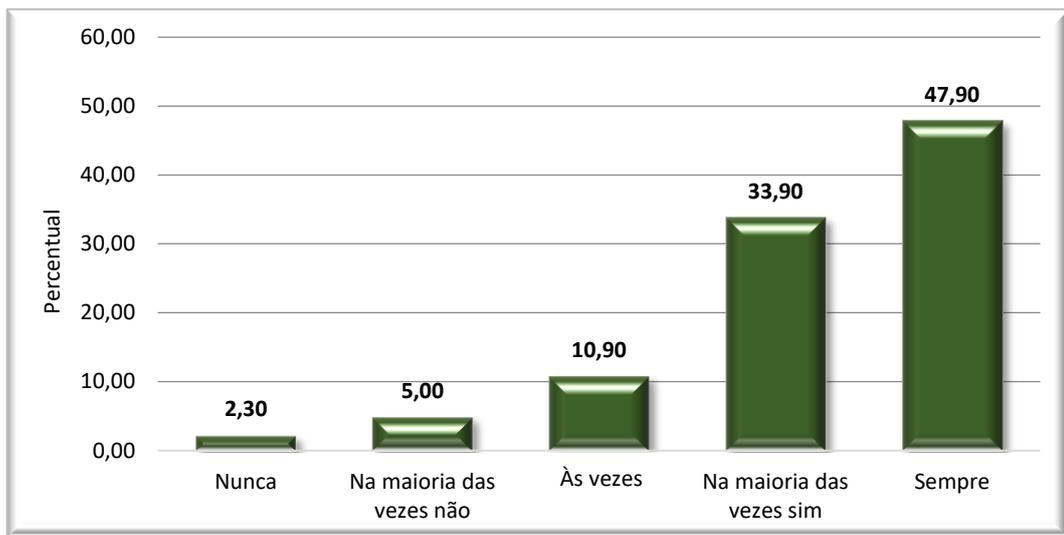
Gráfico 15 - Prioriza a tramitação de documentos por meio eletrônico em vez de papel impresso?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Grande parte dos respondentes indica que “sempre” imprime documentos na frente e no verso da folha (**47,9%**), seguida dos que afirmam que “na maioria das vezes” costumam imprimir desta forma (**33,9%**). A minoria afirma que “nunca” realiza essa prática (**2,3%**).

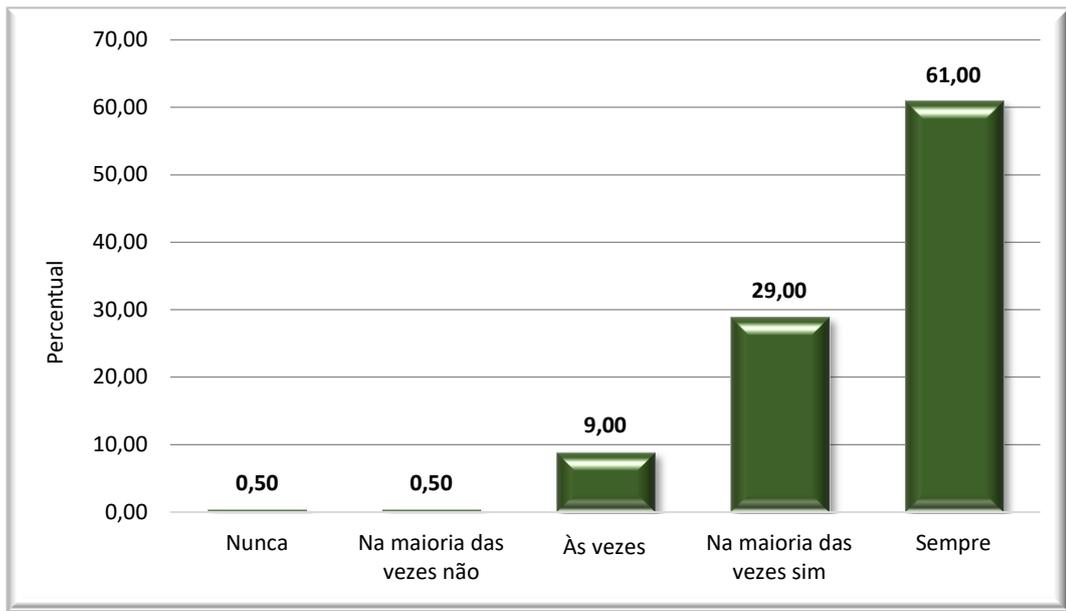
Gráfico 16 - Costuma imprimir documentos na frente e no verso da folha sempre que possível?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Os pesquisados, em sua maioria, afirmam que “sempre” reutilizam a folha de papel que foi impressa de forma errada, ou documento que não tem mais validade, como rascunho por exemplo (**61%**). Apenas **0,5%** dos servidores afirmam que “nunca” e “na maioria das vezes não” reutilizam a folha de papel.

Gráfico 17 - Costuma reutilizar a folha de papel que foi impressa de forma errada, ou documento que não tem mais validade?



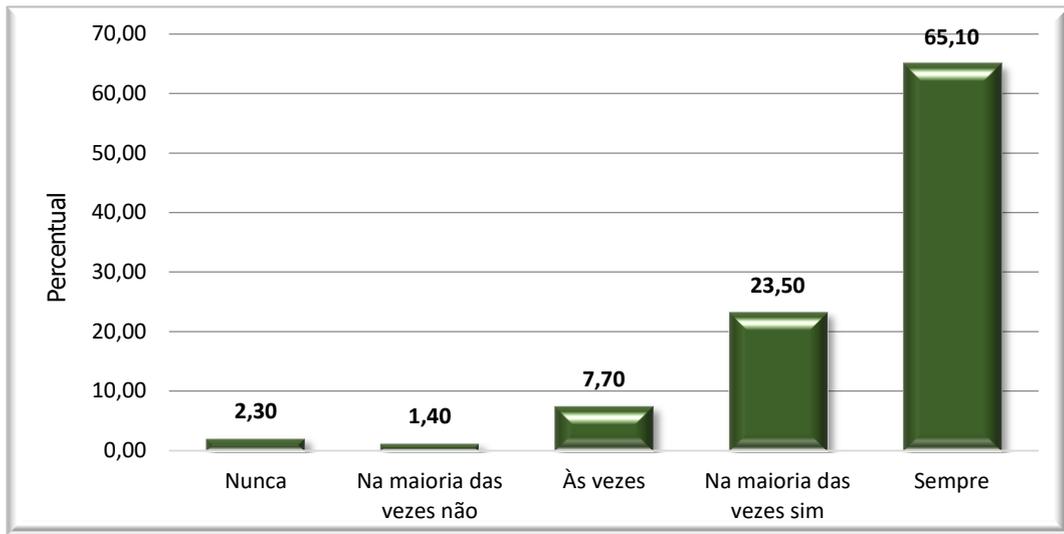
Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A temática “**Redução do consumo de papel**”, que verifica iniciativas dos técnicos para reduzir o consumo desnecessário de papel na instituição, obteve um percentual de **82,4%** de servidores conscientizados. Sendo assim, podemos afirmar que a maioria dos servidores está efetivamente sensibilizada e capacitada para questões relacionadas à redução do consumo de papel.

5.2.2.4 Temática: Redução do consumo de *toners* e cartuchos para impressoras

A maioria dos técnicos indica que “sempre” utiliza *toners* e cartuchos o máximo possível (**65,1%**), seguida dos que afirmam que “na maioria das vezes” praticam a ação (**23,5%**). A minoria respondeu que “na maioria das vezes não” esgotam o produto (**1,4%**).

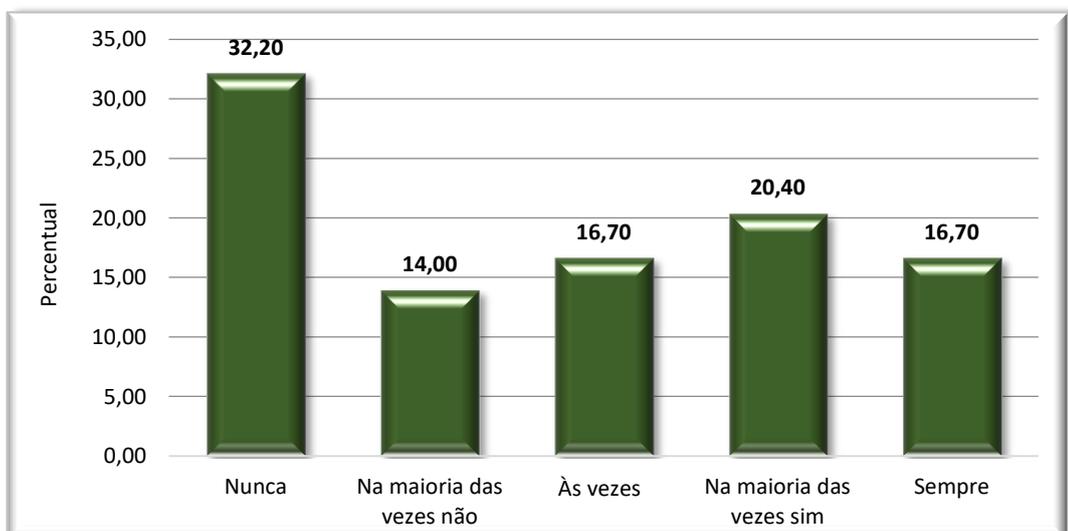
Gráfico 18 - Costuma utilizar *toners* e cartuchos da impressora o máximo possível?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A maioria dos técnicos atenta que “nunca” destinou ou sugeriu a destinação de *toners* e cartuchos vazios para recargas (**32,2%**), porém, essa percentagem vem seguida dos que afirmam que “na maioria das vezes” destinam ou sugerem a destinação (**20,4%**).

Gráfico 19 - Já destinou ou sugeriu a destinação de *toners* e cartuchos vazios para recargas?



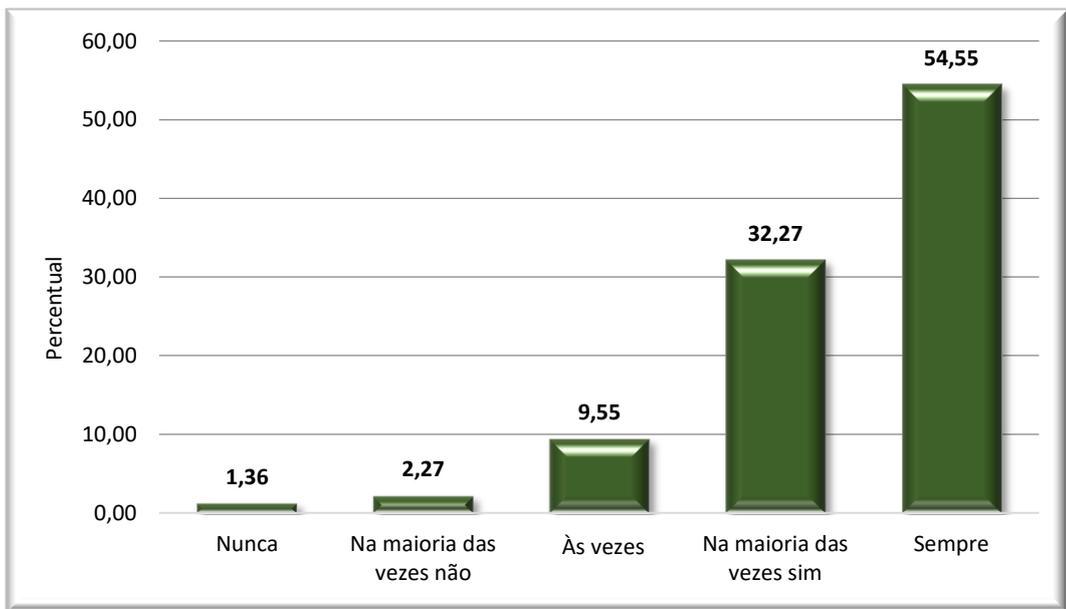
Fonte: elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Quanto à temática “**Redução do consumo de toners e cartuchos para impressoras**”, a qual verifica se os servidores costumam ter atitudes para reduzir o consumo e os gastos com materiais para impressão, o resultado revela que **62,8%** dos participantes costumam efetivar essas ações, mostrando-se sensibilizados e capacitados para essa temática.

5.2.2.5 Temática: Redução do consumo de energia elétrica

Nota-se que a maioria dos servidores afirma “sempre” desligar as luzes e os equipamentos eletrônicos quando se ausenta por longo período do seu local de trabalho (**54,5%**), seguida dos que afirmam que “na maioria das vezes” realizam a prática (**32,2%**). Apenas **1,3%** consideram “nunca” desligar os equipamentos.

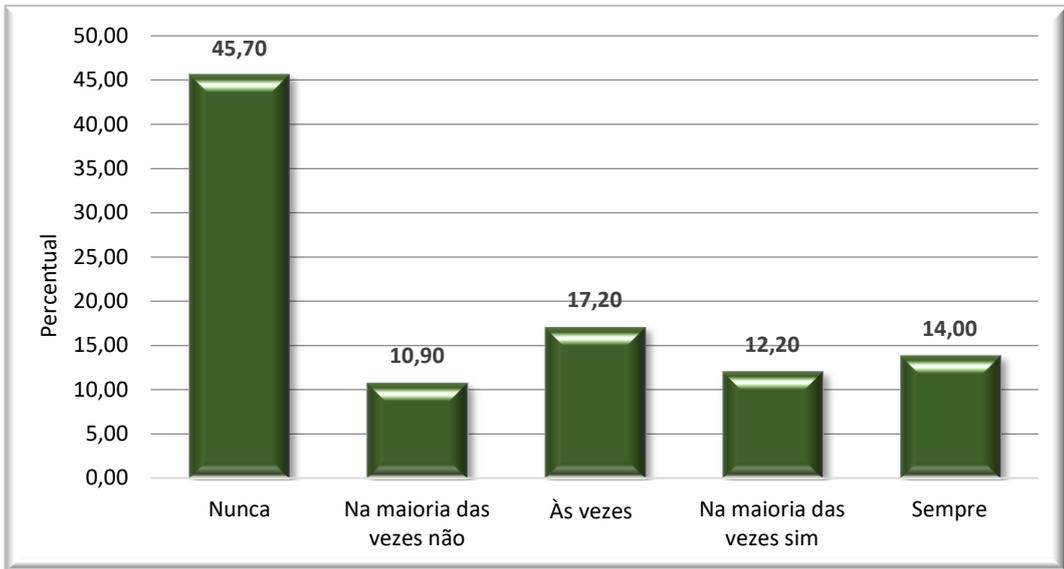
Gráfico 20 - Costuma desligar as luzes e equipamentos eletrônicos quando sabe que irá se ausentar por longo período do seu local de trabalho no horário de expediente?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A pesquisa mostra que a maioria dos servidores “nunca” procura verificar se as lâmpadas do seu local de trabalho são do tipo “econômica” (45,7%), seguidos dos que afirmam “às vezes” verificar (17,2%).

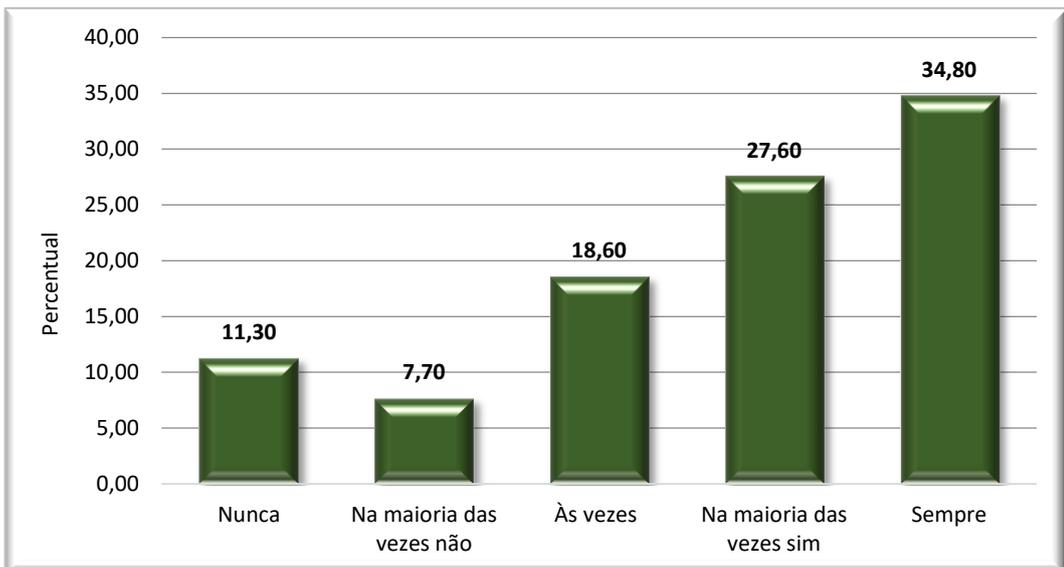
Gráfico 21 - Já procurou verificar se as lâmpadas do seu local de trabalho são do tipo “econômica”?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Os pesquisados, em grande parte responderam que “sempre” costumam aproveitar a luz natural no seu ambiente de trabalho quando possível (34,8%), seguidos dos que afirmaram que realizam a boa prática “na maioria das vezes” (27,6%). Uma menor parcela respondeu que “na maioria das vezes não” costuma aproveitar a luz natural (7,7%).

Gráfico 22 - Costuma aproveitar a luz natural no seu ambiente de trabalho sempre que possível?



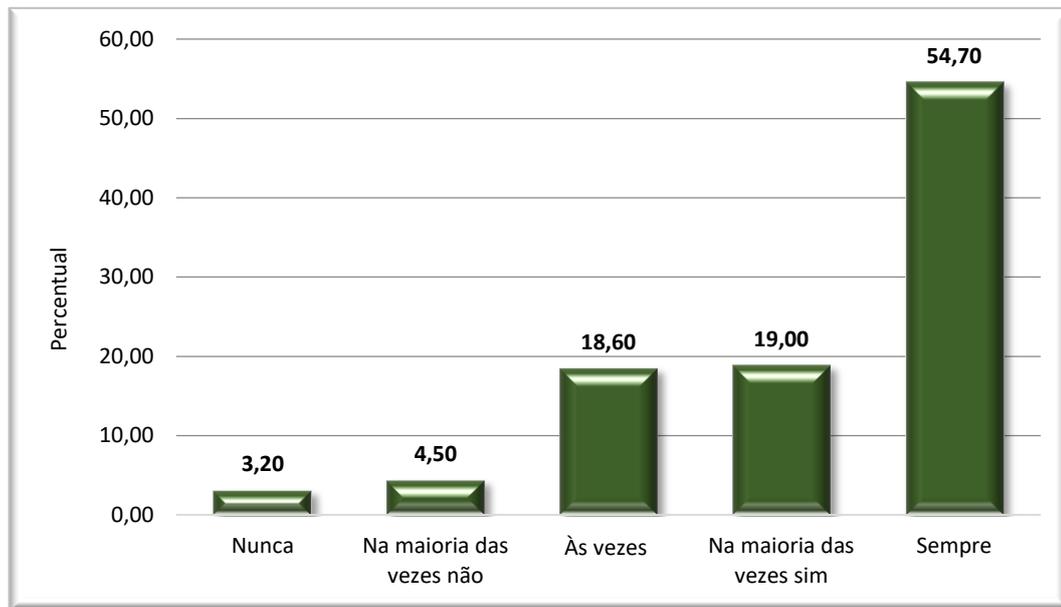
Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Para a temática “**Redução do consumo de energia elétrica**”, que busca identificar o grau de sensibilização e capacitação para práticas voltadas à redução de energia elétrica na instituição, obteve-se o resultado de **58,4%** de servidores que costumam praticar com frequência ações para a redução do consumo desse recurso, portanto, a maioria dos técnicos encontra-se sensibilizada e capacitada.

5.2.2.6 Temática: Redução do consumo de água

Um pouco a mais da metade dos servidores respondeu que “sempre” comunica aos seus superiores, ou ao setor responsável, quando percebe alguma torneira com defeito ou vazando água (**54,7%**), seguida dos que responderam “na maioria das vezes sim” (**19%**). A minoria afirma “nunca” adotar a prática (**3,2%**).

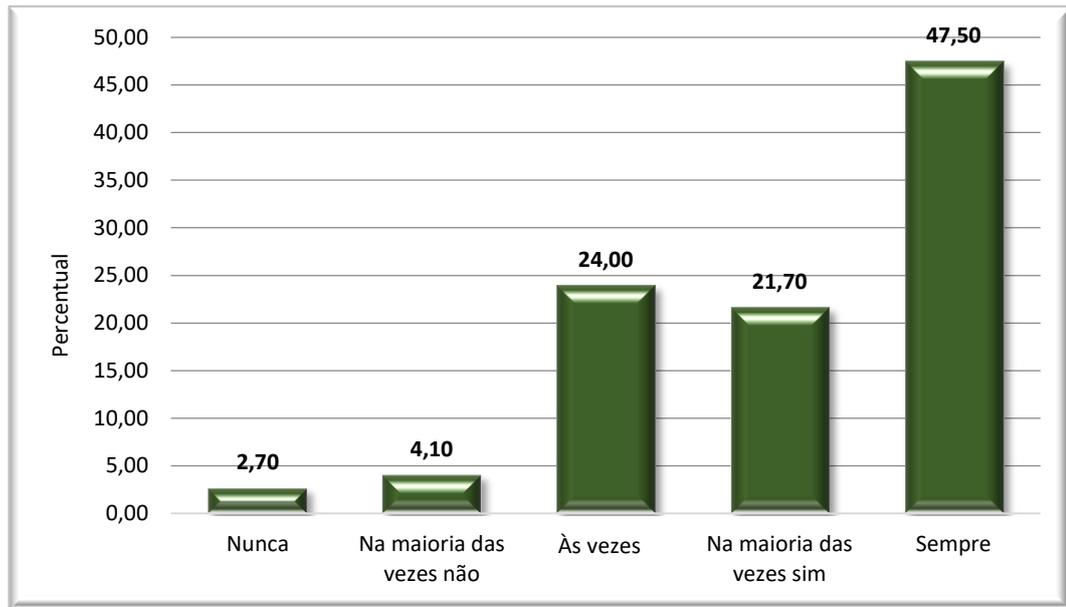
Gráfico 23 - Costuma comunicar aos seus superiores caso perceba alguma torneira com defeito ou vazando água?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Como mostra o gráfico 24, a maior parte dos técnicos afirma que “sempre” (47,5%) se preocupa em utilizar a quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento, seguida dos que responderam que “às vezes” (24,1%) se preocupam com essa prática. Uma pequena parte revela não ter essa atitude (2,7%).

Gráfico 24 - Ao ir ao banheiro, preocupa-se em utilizar a quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento (duas quantidades de água) sempre que possível?



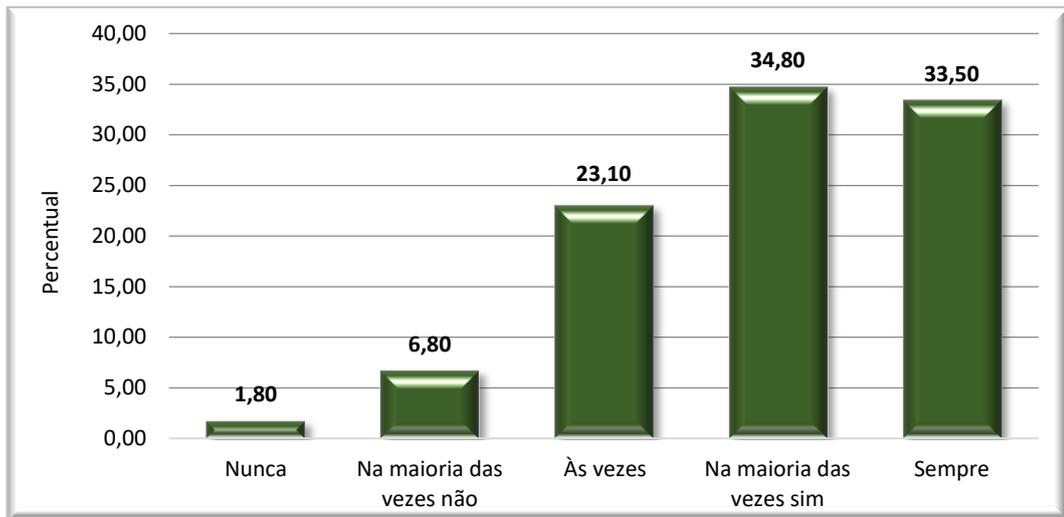
Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

No que diz respeito à temática “**Redução do consumo de água**”, a qual verifica o grau de conscientização para práticas que possam reduzir o consumo de água na universidade, maior parte dos pesquisados mostrou-se sensibilizada e capacitada, com um percentual de **71,4%** dos servidores.

5.2.2.7 Temática: Iniciativa do servidor para capacitação

“Na maioria das vezes” os servidores indicam se informar sobre qual a melhor maneira de realizar suas atividades organizacionais para evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição (**34,8%**), seguidos dos que fazem isso “sempre” (**33,5%**).

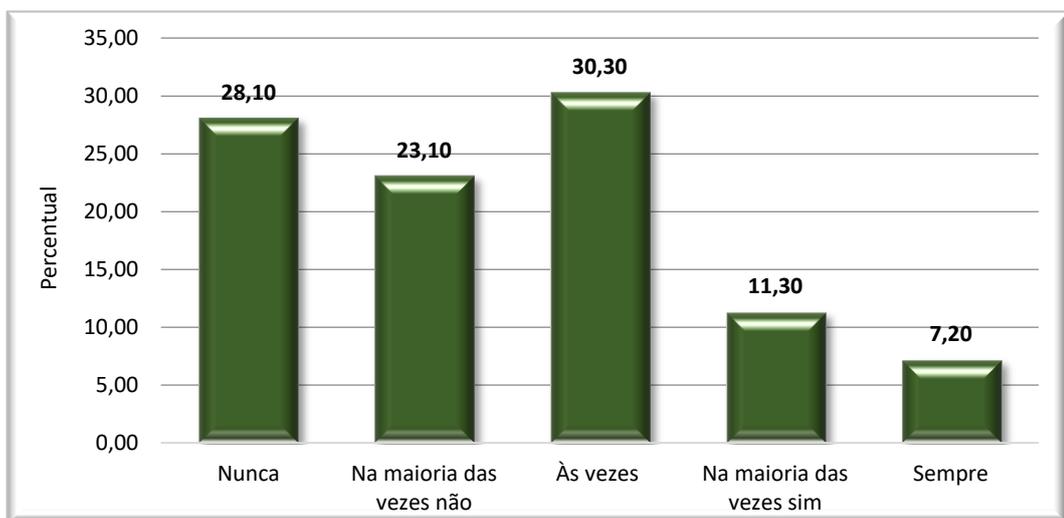
Gráfico 25 - Informa-se sobre qual a melhor maneira de realizar suas atividades organizacionais para evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Quanto à iniciativa do servidor em participar de cursos de capacitação voltados para temáticas sustentáveis, houve uma dispersão considerável entre as frequências referentes às categorias: “às vezes” (**30,3%**), “nunca” (**28,1%**) e “na maioria das vezes não” (**23,1%**).

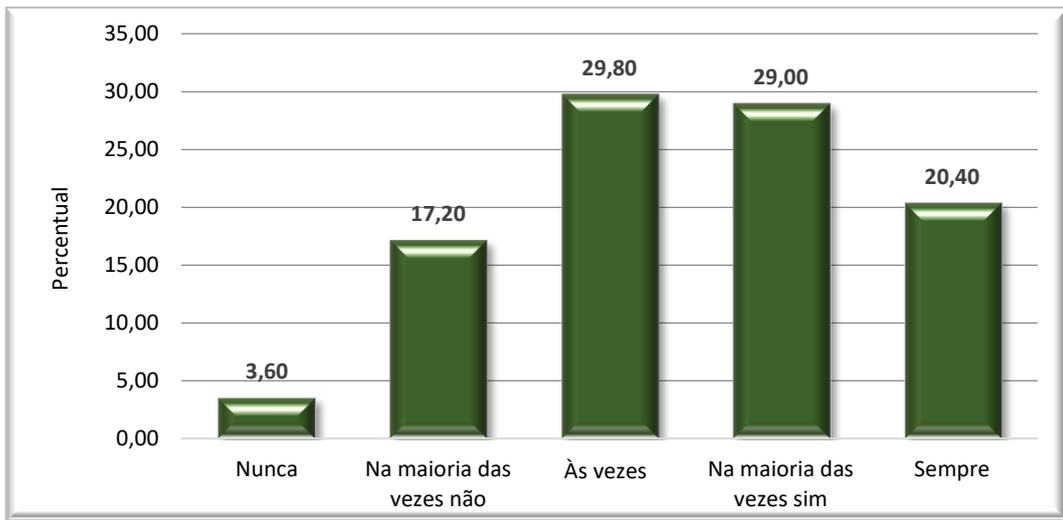
Gráfico 26 - Costuma participar de cursos de capacitação voltados para o tema “sustentabilidade” na instituição?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Maior parte dos servidores opinou que “às vezes” se interessa e busca por informações de como participar das programações da instituição (**29,8%**). Com um percentual bem próximo estão os servidores que afirmam que “na maioria das vezes” se interessam (**29%**). A minoria respondeu que “nunca” demonstrou interesse nesses eventos (**3,6%**).

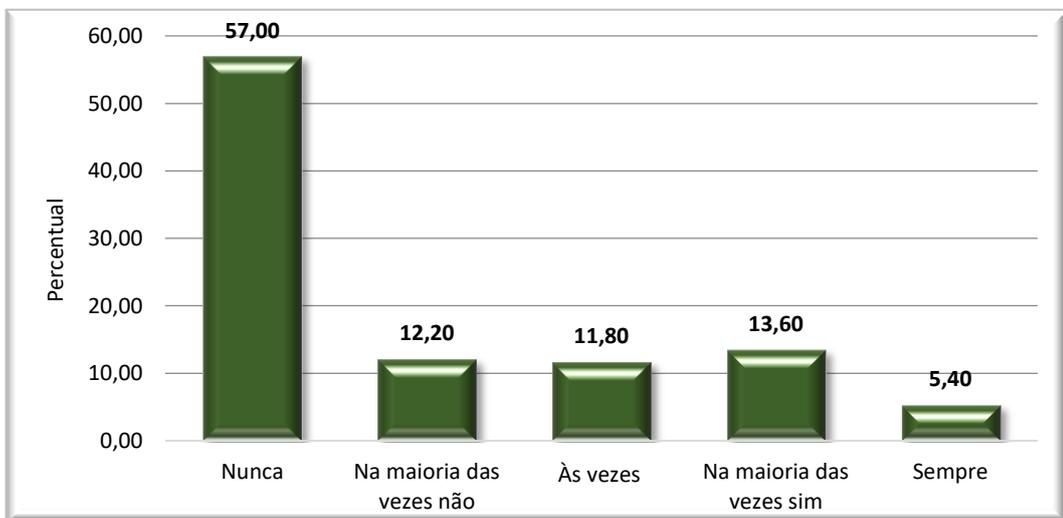
Gráfico 27 - Tem interesse e busca informações de como participar das programações da instituição voltadas para o tema “sustentabilidade”?



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Uma maioria significativa dos pesquisados respondeu que “nunca” (**57%**) sugeriu, na sua unidade de trabalho, alguma programação voltada para o tema “sustentabilidade”, seguidos dos que responderam que “na maioria das vezes” (**13,6%**) sugerem. Apenas **5,4%** afirmou que “sempre” sugerem essas programações.

Gráfico 28: Já sugeriu, na sua unidade de trabalho, alguma programação (projetos, palestras, oficinas) voltada para o tema “sustentabilidade”?



Fonte: elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Por fim, a temática “**Iniciativa do servidor para capacitação**”, a qual procurou verificar o grau de iniciativas do servidor para se capacitar em questões socioambientais na instituição, obteve o resultado de **38,8%**. Conclui-se, portanto, que a maioria dos servidores não costuma tomar iniciativas para capacitação relacionada ao tema na universidade.

Verificamos, assim, que os melhores resultados foram encontrados nas temáticas “Redução de consumo de copos plásticos descartáveis”, “Redução do consumo de papel”, “Redução do consumo de *toners* e cartuchos para impressoras”, “Redução do consumo de energia elétrica” e “Redução do consumo de água”, onde os servidores mostram-se efetivamente sensibilizados e capacitados a adotarem práticas sustentáveis para tais temáticas. Já as temáticas “Coleta Seletiva e Reciclagem” e “Iniciativa do servidor para capacitação” apresentaram resultados abaixo de 50%, revelando que os servidores ainda não estão efetivamente sensibilizados e capacitados para essas práticas.

5.2.3 Análise da percepção dos servidores sobre a governança socioambiental da UFPA

O terceiro objetivo da pesquisa pretendeu “*verificar o grau de efetividade da governança socioambiental da UFPA na percepção dos técnico-administrativos e propor melhorias direcionadas à gestão da instituição voltada para a sensibilização e capacitação dos seus servidores*”.

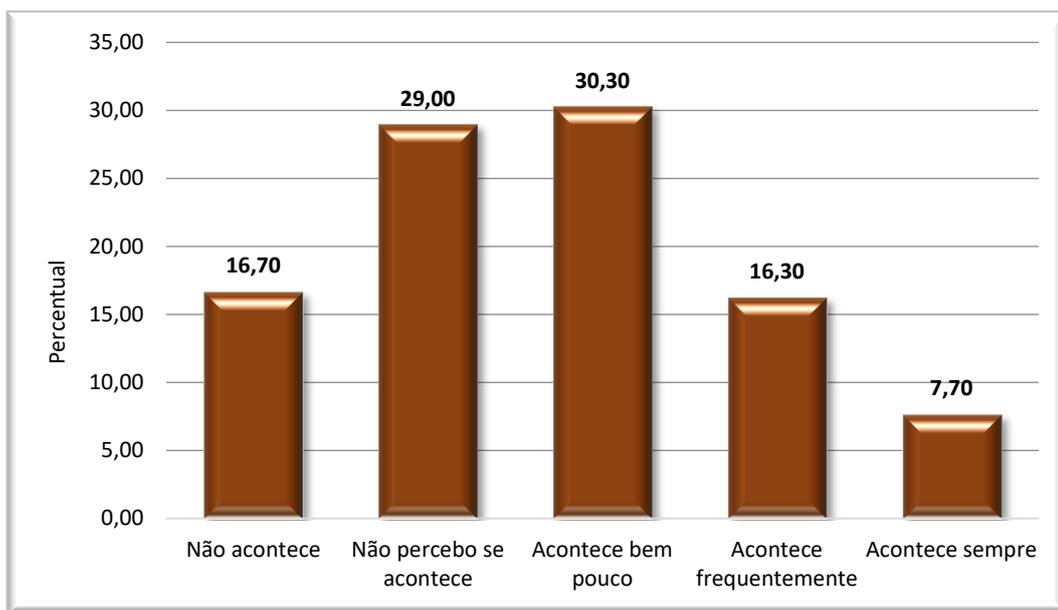
Para melhor avaliar os resultados sobre a efetividade da governança da UFPA, foi adotada a mesma metodologia utilizada para verificar o grau de sensibilização e capacitação dos servidores. Foi calculada a média estatística das frequências considerando as categorias “acontece frequentemente” e “acontece sempre”, em que a média acima de 50% corresponde a uma forte governança sobre a temática analisada; e abaixo de 50%, uma fraca governança.

Diante da pesquisa realizada, são apresentados os seguintes resultados sobre a percepção dos servidores referente à governança socioambiental da UFPA:

5.2.3.1 Temática: Capacidade de resposta da instituição

Segundo o gráfico 29 apresentado, a maior parte dos técnicos afirma que as ações socioambientais promovidas pela instituição os estimulam “bem pouco” a adotarem práticas sustentáveis na realização das suas atividades (**30,3%**), seguidos dos que “não percebem” que isso acontece (**29%**). A minoria respondeu que isso acontece “sempre” (**7,7%**).

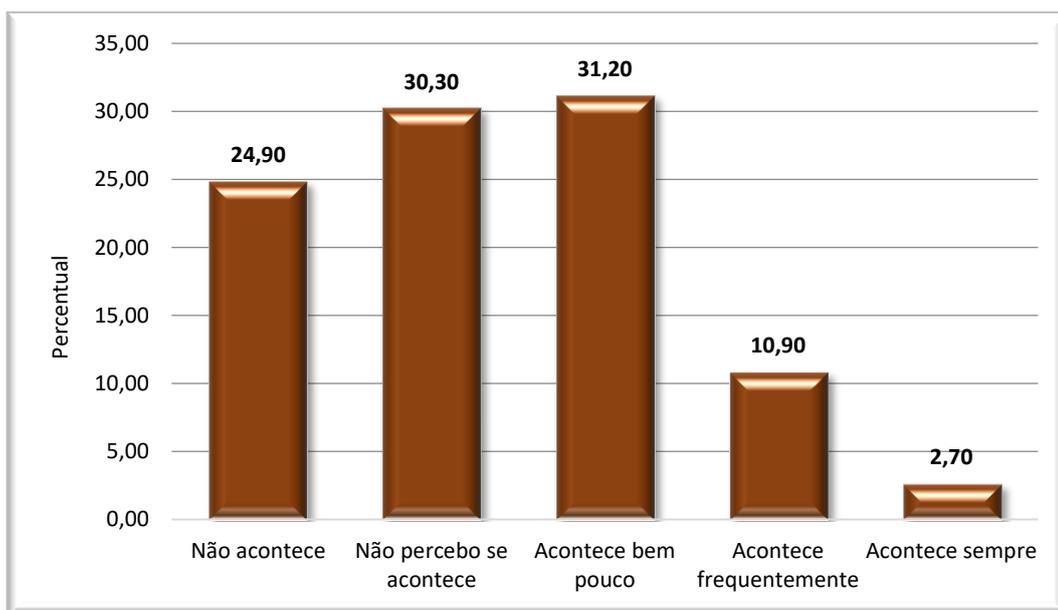
Gráfico 29 - Percebo que as ações socioambientais promovidas pela instituição me estimulam a adotar práticas mais sustentáveis na realização das minhas atividades diárias na instituição.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Quanto à percepção dos servidores se suas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição, houve uma distribuição de opiniões próximas entre as categorias “acontece bem pouco” (31,2%), “não percebo se acontece” (30,3%) e “não acontece” (24,9%). A minoria respondeu que “sempre acontece” (2,7%).

Gráfico 30 - Percebo que minhas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição.



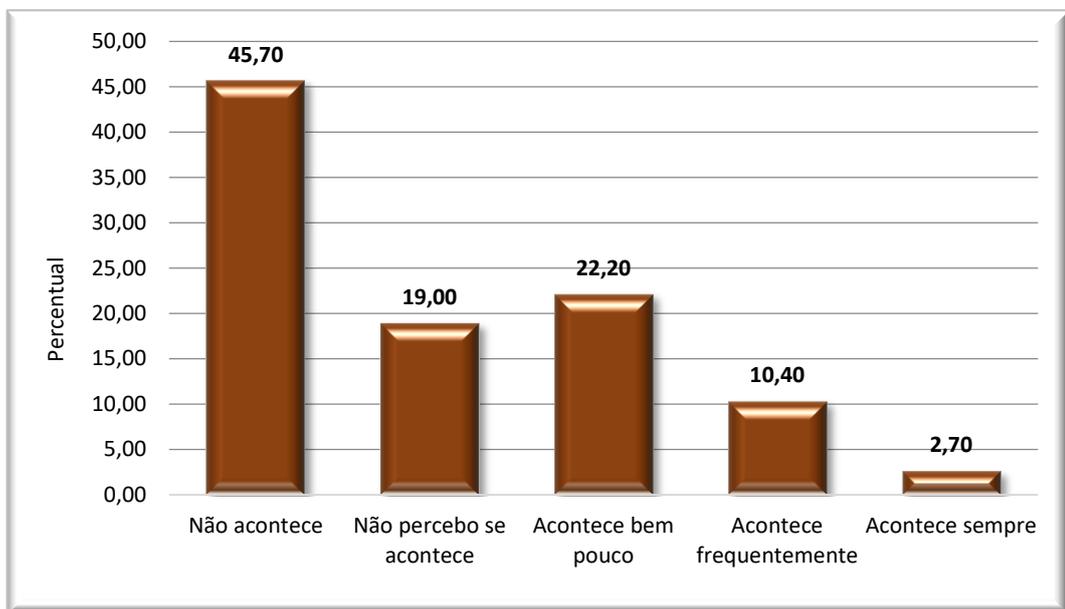
Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Para a temática “**Capacidade de resposta da instituição**”, a qual verifica se os servidores relacionam suas práticas sustentáveis com as programações socioambientais promovidas pela instituição, obteve-se o resultado de **18,8%** de servidores que consideram que as ações socioambientais da universidade lhes estimulam a adotar práticas mais sustentáveis na realização das atividades diárias e que igualmente consideram que suas atitudes são frutos dessas programações. Percebe-se, portanto, um percentual abaixo de 50%, caracterizando uma fraca governança sobre essa temática.

5.2.3.2 Temática: Liderança e Motivação

Uma parte considerável dos participantes afirma que “não recebe” incentivo e orientação das suas chefias para participar de eventos socioambientais na instituição (**45,7%**), seguidos dos que afirmam que essa prática “acontece bem pouco” (**22,2%**) e que “não percebem se isso acontece” (**19%**). A minoria percebe que isso “sempre acontece” (**2,7%**).

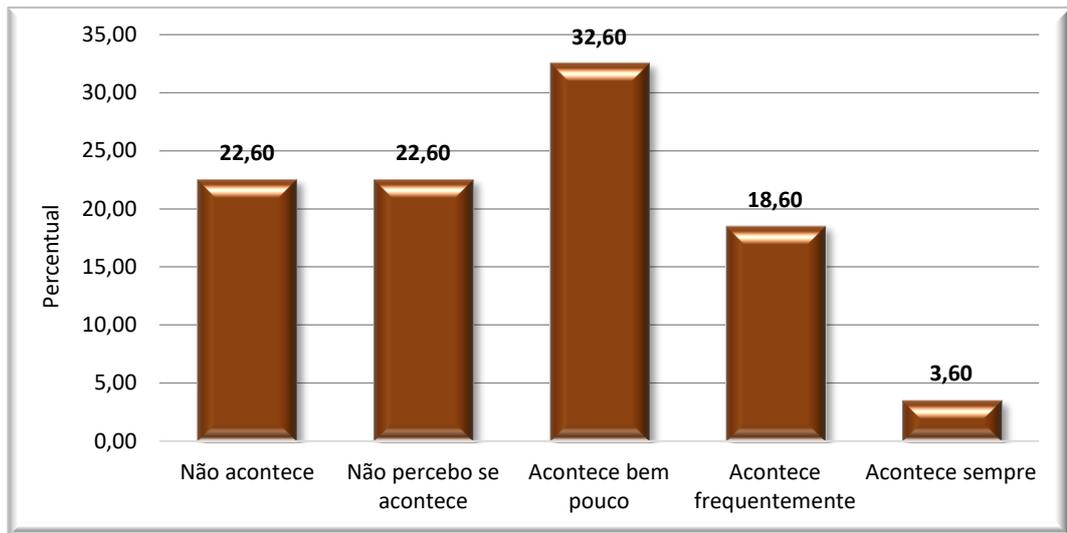
Gráfico 31 - Recebo incentivo e orientação de minhas chefias para participar das programações socioambientais da instituição.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Quanto à percepção de atitudes sustentáveis em suas chefias, a maioria dos servidores percebe que isso ocorre “bem pouco” (32,6%), seguidos dos que afirmam que essas atitudes “não acontecem” e dos que “não percebem se acontecem” (ambos com 22,6%). A minoria percebe que isso “acontece sempre” (3,6%).

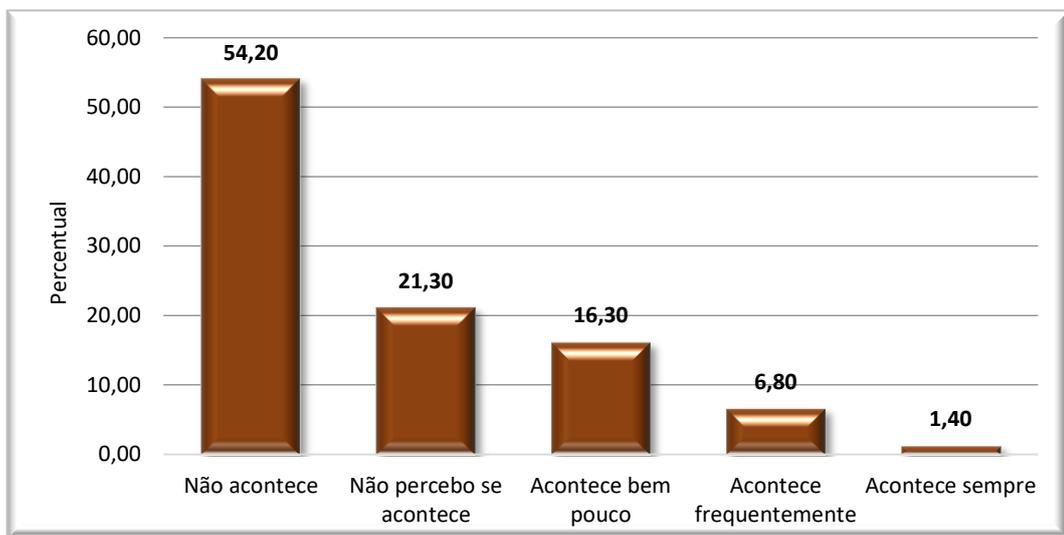
Gráfico 32 - Percebo em minhas chefias atitudes e práticas sustentáveis na realização das suas atividades diárias na instituição.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A maioria dos servidores afirma que suas chefias “não promovem” eventos sobre sustentabilidade na sua unidade de trabalho (54,2%). Uma parcela menor afirma que seus superiores “sempre” promovem eventos sobre o tema (1,4%).

Gráfico 33 - Minhas chefias promovem eventos sobre o tema “sustentabilidade” em minha unidade de trabalho.



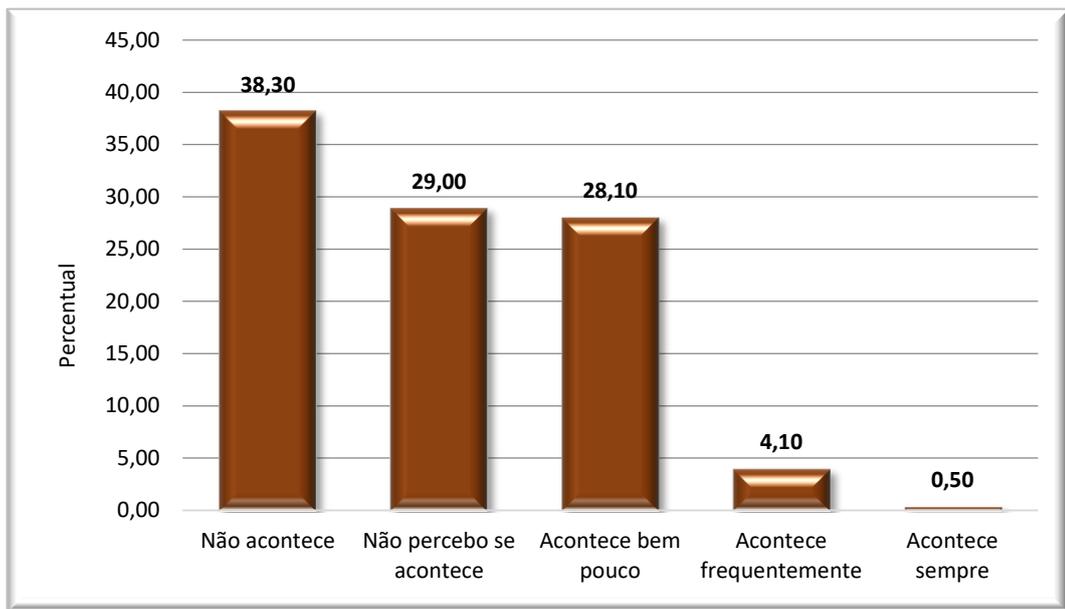
Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Quanto à temática “**Liderança e Motivação**”, que avalia iniciativas dos gestores para as questões socioambientais no ambiente de trabalho, o resultado revelou que apenas **14,5%** dos servidores consideram que são estimulados por seus gestores a participarem das programações da instituição e que estes manifestam atitudes sustentáveis na realização das suas atividades na instituição. Entende-se, à vista disso, que sobre a referida temática ocorre uma fraca governança.

5.2.3.3 Temática: Comunicação e transparência

Grande parte dos respondentes diz que “não recebe” cartilhas educativas ou informativos sobre sustentabilidade na instituição (**38,3%**), seguidos dos que afirmam que “não percebem” se a prática acontece (**29%**) e dos que consideram que “acontece bem pouco” (**28,1%**). Apenas **0,5%** percebem que a ação “acontece sempre”.

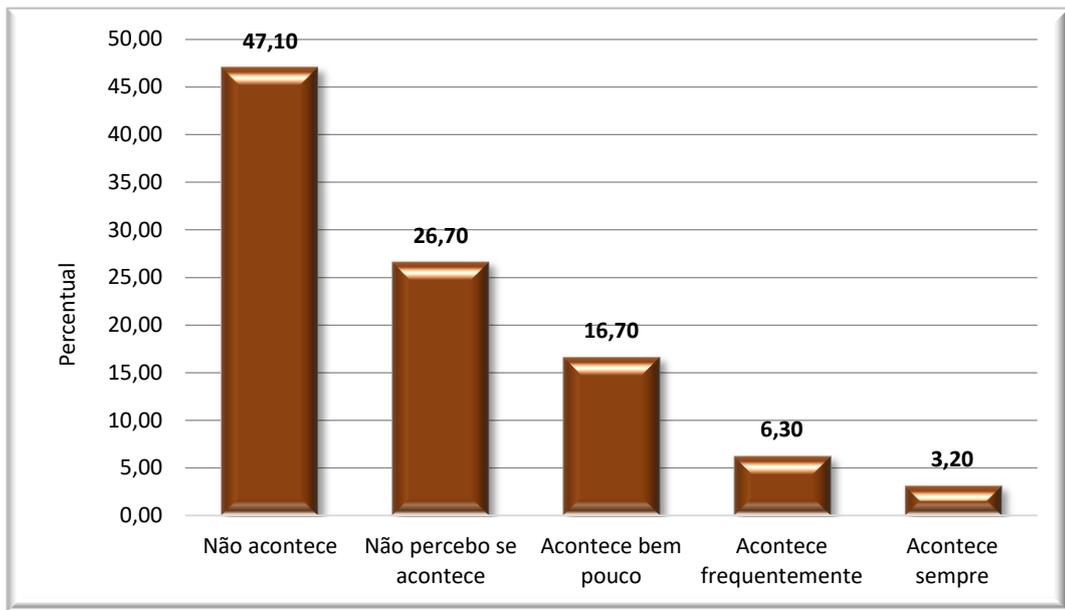
Gráfico 34 - Recebo da instituição cartilhas educativas ou informativos sobre sustentabilidade.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A maioria dos pesquisados informou que “não” costuma ser informada sobre os objetivos e metas da instituição relacionados à sustentabilidade, assim como os resultados alcançados (**47,1%**). Poucos alegaram que “sempre” recebem essas informações (**3,2%**).

Gráfico 35 - Sou informado(a) sobre os objetivos e metas da instituição relacionados à sustentabilidade, assim como os resultados alcançados.



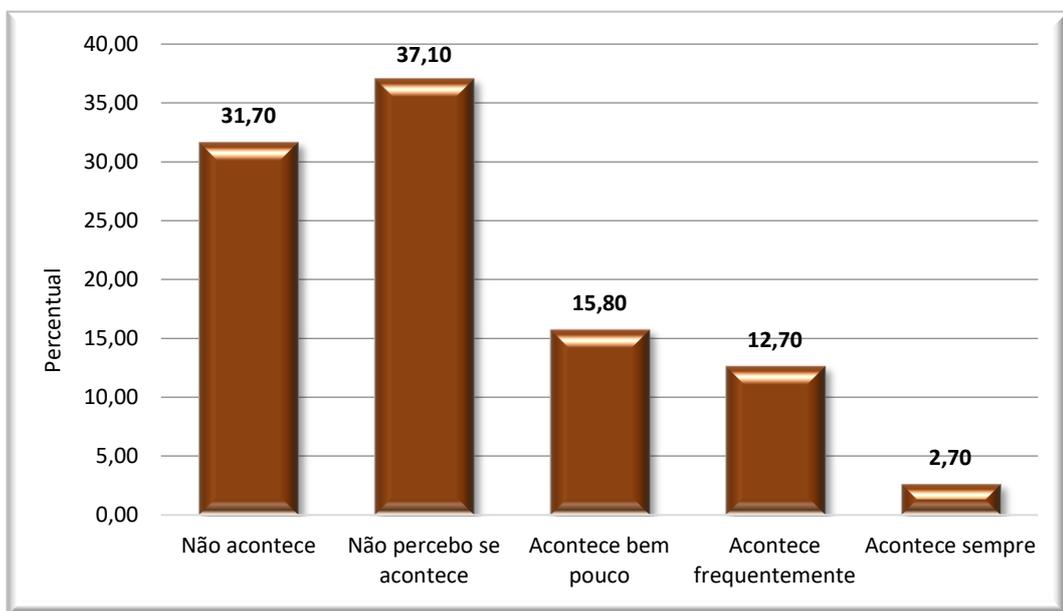
Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Sobre a temática “**Comunicação e transparência**”, a qual verifica se a instituição investe em informações a respeito das suas ações socioambientais e sobre sustentabilidade de modo geral, verificou-se que apenas **7%** dos pesquisados consideram que a universidade promove tais investimentos. Conclui-se, portanto, que para a temática “comunicação e transparência” a universidade apresenta uma fraca governança.

5.2.3.4 Controle e Avaliação

Grande parte dos técnicos afirma que “não percebe” se sua unidade de trabalho adota políticas de controle e avaliação para uso de recursos materiais e naturais (**37,1%**), seguidos dos que afirmam que essas políticas “não existem no seu local de trabalho” (**31,7%**). Uma parcela menor afirma que essas políticas “sempre” são adotadas na sua unidade de lotação (**2,7%**).

Gráfico 36 - Minha unidade de trabalho adota políticas de controle e avaliação para uso de recursos materiais e naturais.



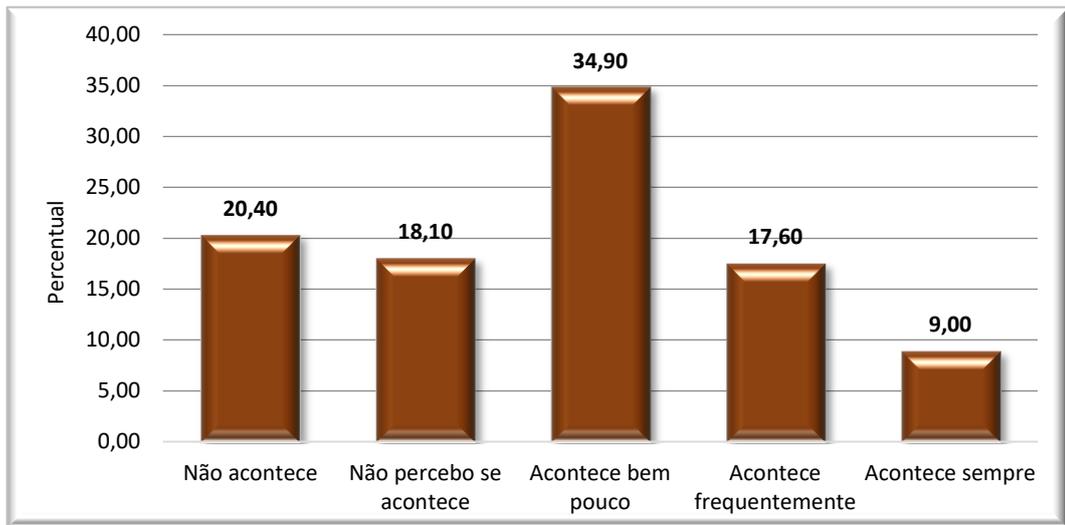
Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A respeito da temática “**Controle e avaliação**”, que permitiu verificar se as unidades de trabalho da instituição adotam políticas de controle e avaliação de recursos materiais e naturais na percepção dos servidores, **15,4%** dos participantes consideram que as unidades nas quais trabalham aplicam essas políticas. O percentual abaixo de 50% revela uma baixa governança sobre a temática.

5.2.3.5 Participação dos servidores

A maioria dos técnicos afirma que respondem “poucas” pesquisas verificando o seu interesse em participar de programações sobre sustentabilidade na instituição (**34,9%**). Os que afirmam que isso “sempre acontece” apresentaram um percentual de **9%**.

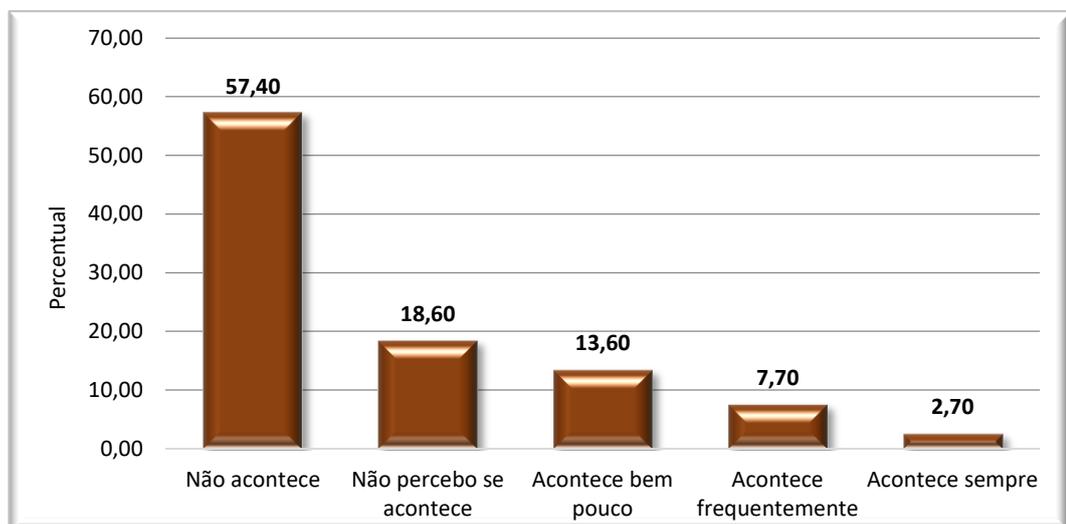
Gráfico 37 - Costumo responder pesquisas institucionais verificando meu interesse em participar de cursos e programações sobre sustentabilidade na instituição.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Uma maioria informou que “não” costuma ser convidada a contribuir para sua unidade de trabalho apresentando possíveis soluções para evitar desperdícios materiais e naturais (**57,4%**). Poucos pesquisados responderam que “sempre” são convidados a contribuir (**2,7%**).

Gráfico 38 - Costumo ser convidado(a) a contribuir para minha unidade de trabalho apresentando possíveis soluções para evitar desperdícios materiais e naturais.



Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Por fim, a temática “**Participação dos servidores**” procurou verificar se a instituição oferece oportunidades para que seus servidores participem dos processos de institucionalização das suas ações socioambientais. De acordo com o resultado alcançado, **18,5%** dos servidores percebem que a universidade investe na participação dos servidores para a implementação das programações socioambientais da instituição. O resultado revela uma fraca governança da universidade a respeito da referida temática.

Portanto, os resultados apresentados mostram que para todas as temáticas analisadas foram reconhecidas uma fraca governança, o que permite concluir que a universidade necessita realizar maiores investimentos nos seus processos de gestão para alcançar uma forte governança socioambiental na instituição, segundo a percepção de seus servidores técnico-administrativos.

5.4 Propostas de melhorias para sensibilização e capacitação dos servidores

Através do estudo realizado, percebemos que a UFPA vem aprimorando os seus serviços conforme o tema “desenvolvimento sustentável” ganha força no âmbito do ensino e da administração pública. Como contribuições da pesquisa, considerando os resultados obtidos e experiências adquiridas por outras instituições públicas brasileiras, serão apresentadas algumas propostas de melhorias, a fim de que possam contribuir para fortalecer a governança socioambiental da instituição e melhorar o processo de sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos.

1. Adesão formal à Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Aderir formalmente à A3P é ir além do “politicamente correto” quando se trata do compromisso socioambiental das instituições, é transmitir maturidade organizacional para a sociedade e objetivar uma visão institucional a qual integre mecanismos efetivos para a construção de uma cultura organizacional sustentável. A adesão formal à A3P requer a preparação da instituição para a implementação de um sistema de gestão ambiental integrado como qualquer outro SGA existente. Para tanto, é necessária a disponibilidade de servidores para compor uma comissão e, posteriormente, diagnosticar a instituição, planejar as ações, implementar, monitorar e avaliar sistematicamente essas ações. Além do que, é necessário estabelecer metas e prazos para o alcance de resultados, aumentando, desta forma, o compromisso com todas as fases de um ciclo de gestão socioambiental.

Várias instituições brasileiras que aderiram formalmente ao Programa A3P conseguiram alcançar resultados que superaram as expectativas em termos de redução de custos e benefícios ao meio ambiente, por meio da troca de experiências, o que torna possível a análise das melhores práticas socioambientais exercidas por instituições nacionais e internacionais. Podemos citar, como exemplo, o Banco Regional de Desenvolvimento de Extremo Sul (BRDE), na cidade de Florianópolis, que após aderir à agenda, no ano de 2015, conseguiu reduzir o volume de papel utilizado em 90%, com a adoção de um sistema eletrônico para tramitação de documentos dentro da instituição, contribuindo para a redução de custos com um dos materiais de expediente mais utilizado nos processos organizacionais. Outra iniciativa do BRDE, este localizado na cidade de Porto Alegre, agora voltada diretamente para a redução do desperdício de recursos naturais, foi a instalação de redutores de vazão de água em todas as torneiras da empresa, reduzindo em até três vezes o volume de água (CALHEIROS, 2017).

A Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP) fez uma revolução na gestão socioambiental do município ao implementar a Agenda de Sustentabilidade, a qual objetiva, entre outras práticas, estabelecer uma rotina de trabalho sustentável por meio da sensibilização dos servidores, o que levou a organização a ocupar a 3ª posição na premiação dos melhores projetos da A3P, na categoria “Uso/Manejo Sustentável dos Recursos Naturais”, no ano de 2016. Entre as principais práticas adotadas, estão: instalação de equipamentos hidráulicos, como detectores de vazamentos, que permitem economizar água, além de premiar empresas que adotaram as melhores práticas para a redução do consumo deste recurso; substituição de lâmpadas tradicionais por lâmpadas de LED; distribuição de nove mil canecas de materiais duráveis aos servidores, substituindo os copos plásticos descartáveis; compras de materiais de expediente reciclados; distribuição de adesivos sobre a conscientização da redução do consumo de água, de energia e de papel, objetivo este que faz parte de campanhas permanentes para a sensibilização e capacitação dos servidores, utilizando-se os mais diversos meios de comunicação (BRASIL, 2018a).

Outra instituição a conquistar a 3ª posição na disputa dos melhores projetos da A3P, no ano de 2012, foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Campus Passos (MG). A instituição investiu na reutilização de peças de computadores (que seriam descartadas possivelmente de forma inadequada), arrecadadas por doações de empresas da localidade. Essas peças foram utilizadas para restaurar computadores utilizados nos laboratórios de informática do próprio instituto, possibilitando também formar um estoque de peças para a manutenção dessas máquinas. A iniciativa não só possibilita a economia de

gastos com equipamentos, como também evita a contaminação do solo por meio do descarte inadequado de resíduos considerados perigosos, como é o caso do lixo eletrônico (BRASIL, 2018b).

As práticas apresentadas podem ser facilmente adaptadas ao universo universitário, como, por exemplo, a premiação por iniciativas sustentáveis, que pode resultar em um evento que reúna as melhores iniciativas apresentadas pelas unidades da instituição, promovendo a competição entre elas. Embora os exemplos citados não sejam para sugerir algum tipo de prática específica a ser adotada por uma instituição, uma vez que se deva considerar as peculiaridades organizacionais, mas ajudam a evidenciar a importância da implementação da A3P para as mudanças de hábitos no ambiente organizacional. O processo de interação, a troca de experiências e a competitividade que as premiações criam entre as organizações para a apresentação de novos projetos sustentáveis contribuem para a geração de novas tecnologias que possam promover maior eficiência na utilização dos recursos. Além do que, o principal objetivo da A3P é a sensibilização dos servidores para as questões socioambientais, desse modo, todas as práticas adotadas por uma organização só alcançarão resultados positivos se houver o engajamento de todos os servidores, isso é o que garantirá o sucesso do programa. Para Loyola (2008 apud ARAÚJO; LUDEWIGS; CARMO, 2015), a A3P se apresenta como um programa de propostas concretas, consistente e preparado para resistir às mudanças de governo, isso se comprova com o processo de aperfeiçoamento que o programa vem adquirindo ao longo dos anos.

2. Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Nas universidades brasileiras, ainda não existe uma cultura de adoção de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), embora o número de IES que passaram a adotar a Norma 14.001 venha aumentando nas últimas duas décadas, principalmente na região sul do país. A maior vantagem da adoção de um SGA em uma instituição é a integração das ações a partir do envolvimento de vários setores em um processo contínuo de melhorias de desempenho socioambiental. Ações isoladas, sem monitoramento e avaliação e sem um *feedback* das partes envolvidas, dificilmente irão contribuir para a efetividade dos resultados.

Vários estudos de caso demonstram que, por meio da implementação de um SGA, o nível de comprometimento e o número de práticas sustentáveis aumentam e se aprimoram concomitantemente com as melhorias nos processos de gestão da organização, porém, entre as grandes dificuldades encontradas para a sua implementação, está a conscientização dos

servidores, a qual deverá ser combatida com uma agenda de programações voltadas para a sensibilização e capacitação.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um bom exemplo de IES que adotou um SGA e que usufruem dos bons resultados decorrentes das ações implementadas. O SGA adotado pela instituição segue os padrões da Norma ISO 14.001 e contempla uma política socioambiental que inclui, principalmente, a manutenção do Programa de Educação Ambiental para os gestores das unidades. Entre as ações contidas no SGA, estão: projetos; fóruns; debates sobre a temática ambiental nas unidades; adesão formal à A3P desde o ano de 2009; criação de um formulário, no qual é possível enumerar as boas práticas sustentáveis adotadas por cada unidade da instituição; além do investimento na comunicação e transparência dos objetivos das ações, com apresentação dos resultados alcançados para toda a comunidade acadêmica. Já os cursos de capacitação em Gestão Ambiental da universidade objetivam formar agentes, monitores e certificadores ambientais, que podem ter acesso a materiais relacionados ao tema por meio da plataforma Moodle, ambiente virtual utilizado na Educação a Distância, entre outras práticas contidas no SGA¹⁷.

A adoção de um SGA em uma IES mostra-se como uma iniciativa bastante vantajosa, uma vez que as universidades apresentam estruturas organizacionais complexas e pouca percepção sistêmica. A criação de uma política que permita a integração das ações é primordial para o alcance de bons resultados e para se construir uma cultura sustentável na organização.

3. Investimentos em máquinas e equipamentos e novas tecnologias

Muitas vezes, os resultados de campanhas que visam à promoção da sustentabilidade organizacional não se apresentam satisfatórios em função da falta de estrutura física e instrumental para atender às medidas adotadas. A carência de máquinas e equipamentos modernos, que permitam maior eficiência dos recursos e impactos menos danosos ao meio ambiente, ainda é uma dura realidade nas universidades públicas brasileiras. Tais investimentos se concentram, na maioria das vezes, nos setores da alta direção, enquanto outros setores precisam improvisar com equipamentos obsoletos e/ou danificados e com baixo rendimento, o que faz com que os investimentos em cursos de capacitação para os servidores não atribuam significado em alguns casos.

¹⁷ Fonte: <http://www.ufrgs.br/sga>.

O investimento em equipamentos mais eficientes e sustentáveis, além de contribuir para a redução de gastos e beneficiar o meio ambiente, melhora o fluxo dos processos organizacionais, sendo que seus resultados podem ser sentidos a curto, médio e longo prazos. Tais medidas podem contemplar: a aquisição de impressoras que permitam imprimir na frente e verso da folha, reduzindo significativamente a quantidade de papel a ser utilizada, ou ainda, adquirir impressoras de grande porte e instituir centrais de impressão em cada unidade; a criação e/ou instalação de *softwares* e programas que possibilitem a tramitação da maioria dos documentos por meio virtual; a instalação de secadores de mãos automáticos nos banheiros; a substituição de descargas convencionais por descargas com válvulas de duplo acionamento, possibilitando economizar em até 75% do consumo de água; a instalação de bebedouros que não necessitem da utilização de copos ou outros recipientes, contribuindo para a redução do consumo de copos plásticos descartáveis; a substituição de lâmpadas tradicionais por lâmpadas de LED; a instalação de sensores de presença para iluminação; aquisição de lixeiras específicas para o descarte de *toners* e cartuchos dentro das unidades, uma vez que o descarte de tais materiais, quase sempre, é feito em lixeiras comuns, misturando-se a outros tipos de resíduos; além de outros investimentos.

Embora esses investimentos sejam muitas vezes prejudicados pela carência de recursos financeiros e algumas exigências referentes aos processos licitatórios, a aquisição de máquinas e equipamentos mais eficientes, assim como a aquisição de produtos e materiais de expediente mais sustentáveis, são indispensáveis para a promoção da sustentabilidade organizacional. É necessário aliar o conhecimento e as habilidades apreendidas pelos servidores por meio dos cursos de capacitação com a promoção de oportunidades para desenvolvê-las em seu ambiente de trabalho, oferecendo estruturas adequadas e buscando sempre a modernização da gestão.

4. Capacitação das lideranças

As lideranças precisam estar capacitadas para o atendimento de várias problemáticas no ambiente organizacional, mesmo contando com equipes especializadas para tais assuntos, e nesse contexto, inclui-se o desenvolvimento de competências para as questões socioambientais, muitas vezes deixadas à margem do processo de planejamento institucional. A manifestação de um comportamento que inclua práticas sustentáveis na realização das atividades organizacionais das lideranças é fundamental para a reprodução dessas atitudes por parte dos liderados. É comprovado por várias pesquisas sobre comportamento organizacional

que as lideranças são um dos principais fatores que determinam a cultura de uma organização, sendo assim, o investimento na mudança de hábito dos líderes irá contribuir para o estabelecimento de uma nova cultura organizacional preocupada com a sustentabilidade.

A sensibilização e capacitação das lideranças, em especial da alta cúpula, viabilizará o estabelecimento de uma gestão ecoeficiente, transparente e principalmente participativa, a qual permitirá a contribuição de toda a comunidade acadêmica, sobretudo dos servidores permanentes da instituição, para que possam dar continuidade nas ações de longo prazo implementadas pela gestão vigente.

5. Participação dos servidores em projetos

Embora haja amparo legal sobre a participação de servidores técnico-administrativos em projetos de ensino, pesquisa e extensão, a frequência de participação nesse tipo de iniciativa ainda é muito baixa nas universidades, além de ser pouco estimulada pela própria gestão das instituições. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atendendo à sua política de desenvolvimento pessoal e institucional, estimula a participação de seus servidores em projetos de pesquisa e extensão contidos em seu plano de capacitação para técnico-administrativos, nos quais temas como sustentabilidade e educação ambiental aparecem com um forte apelo na instituição, com a expectativa de que pelo menos 80% dos seus servidores tornem-se capacitados¹⁸.

Para Lara (2012), projetos como os de pesquisa e extensão permitem a capacitação para implementar novos métodos de gestão e de desenvolvimento econômico e social, que contemplem o meio ambiente para que não sofra tantos impactos negativos provenientes do sistema capitalista. Ressalta ainda, que as IES precisam colocar em atividade gerencial aquilo que é ensinado em seus cursos acadêmicos e programas de capacitação, para que a teoria e a prática possam caminhar juntas.

¹⁸ Fonte: <http://capacitacao.ufsc.br/files/2017/06/PAC-2017.pdf>.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As universidades apresentam-se como instituições singulares na promoção da sustentabilidade, sendo geradoras de alto conhecimento por meio da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, além dos mais diversos tipos de projetos orientados para o ensino, pesquisa e extensão. A Universidade Federal do Pará carrega uma grande responsabilidade no que condiz ao desenvolvimento sustentável da região amazônica, traduzindo isso na sua missão e visão institucional. Porém, para alcançar seus objetivos rumo à sustentabilidade, é necessário investir na sensibilização e capacitação dos seus servidores, para que possam adotar práticas mais sustentáveis na realização das suas atividades diárias na instituição.

Este estudo verificou se os servidores técnico-administrativos da UFPA estão devidamente sensibilizados e capacitados para realizar suas atividades de maneira sustentável, assim como averiguou se a governança da instituição sobre suas ações socioambientais está sendo efetiva para sensibilizar e capacitar esses servidores e contribuir para a construção de uma cultura de gestão sustentável na organização.

Atendendo aos objetivos específicos da pesquisa, constatou-se, inicialmente, que a universidade atende, por meio das suas ações, às práticas sustentáveis sugeridas pela A3P que visam conduzir à sensibilização e capacitação dos servidores. Tais práticas relacionam-se com as seguintes temáticas: coleta seletiva e reciclagem; campanhas para redução de consumo de copos plásticos descartáveis; campanhas para redução do consumo de energia elétrica e para o consumo de água; campanhas para redução do consumo de papel; campanhas para redução do consumo e reaproveitamento de *toners* e cartuchos para impressoras; e programações, como cursos, palestras e projetos, voltados para o tema da sustentabilidade.

Na verificação do grau de sensibilização e capacitação dos servidores para a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano na instituição, observou-se que os participantes apresentam atitudes sustentáveis consideráveis para promoção de uma cultura organizacional sustentável, principalmente as práticas referentes à redução do consumo de copos descartáveis, do consumo de papel e do consumo de água, as quais apresentaram os melhores resultados. No entanto, algumas práticas precisam ser estimuladas para que ocorram com maior frequência dentro e fora do ambiente de trabalho, como: a destinação de resíduos para o processo de reciclagem, assim como o seu descarte de forma correta; a destinação de *toners* e cartuchos para recargas; e iniciativas do servidor para participação em cursos de capacitação.

Ressalta-se também que um número considerável de servidores nunca participou, ou participam bem pouco, de cursos voltados para o tema sustentabilidade, assim como não

costumam tomar iniciativas para sugerirem programações relacionadas à sustentabilidade no seu local de trabalho, e desse modo, não usufruindo do seu direito à participação. Tal atitude pode estar relacionada à percepção de que a promoção desse tipo de evento deve ser uma iniciativa apenas da alta direção, ou setores responsáveis, uma vez que os servidores, de modo geral, não se consideram participantes dos processos de governança socioambiental da universidade.

Algumas outras iniciativas sustentáveis também apresentaram baixa frequência entre os participantes, como a verificação do uso de lâmpadas econômicas e o uso adequado de água em descargas com válvulas de duplo acionamento. A baixa frequência dessas iniciativas pode estar associada, entre outras razões, à recente valorização desses recursos no mercado, assim como à indisponibilidade desses produtos e equipamentos na maioria dos setores da universidade, como é o caso das descargas de duplo acionamento.

Quanto à percepção dos servidores sobre a governança socioambiental da universidade, os resultados mostraram que a maioria dos servidores considera que a instituição apresenta uma fraca governança socioambiental. Evidencia-se que os processos de comunicação e transparência das ações precisam ser mais valorizados, uma vez que a maioria dos servidores demonstrou não ter conhecimento dos objetivos e resultados das ações. Por mais que algumas ações possam ser específicas para determinado público, é importante a sua divulgação e a facilidade de acesso a elas, a fim de facilitar o processo de sensibilização dos servidores.

As políticas de controle e avaliação do uso de recursos materiais e naturais nas unidades também não são de conhecimento de grande parte dos servidores na instituição. A maioria considerou que não existem na sua unidade de trabalho ou mesmo não sabem se existem, o que pode resultar na falta de atenção desses servidores no combate ao desperdício de recursos na instituição.

Outro fator importante é a oportunidade de participação dos servidores no planejamento das ações, quanto a isso, a maioria respondeu que não são convidados a contribuir com sugestões para minimizar o desperdício de recursos materiais e naturais na sua unidade de trabalho. Esse resultado pode revelar um possível desatendimento da vertente ambiental por parte da direção das unidades, denotando que o tema pode não aparecer nas pautas de reunião ou nos principais debates internos, ou mesmo revelar uma possível centralização das decisões. A participação dos servidores não só favorece aqueles que já se apresentam capacitados e podem enxergar nessa iniciativa uma oportunidade de aplicar o conhecimento adquirido, como também estimula os servidores, de modo geral, a destinar

maior atenção para atitudes que possam combater o desperdício dos recursos no seu local de trabalho.

Portanto, obtivemos como resposta desta pesquisa a análise de que a maioria dos servidores técnico-administrativos da UFPA encontra-se sensibilizada e capacitada para a adoção de práticas sustentáveis na realização de suas atividades diárias na instituição, porém, ainda é prematuro associarmos esse resultado ao processo de governança socioambiental da universidade.

Como contribuição da pesquisa, algumas propostas de melhorias foram apresentadas com a finalidade de fortalecer a governança socioambiental da UFPA, tais como: a adesão formal ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que traz grandes vantagens em decorrência das trocas de experiências com outras instituições e do sentimento de competição promovido entre elas por meio das premiações criadas pelo programa; a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), a qual permitirá maior integração das ações para que não ocorram de maneira isolada; maiores investimentos em máquinas e equipamentos e novas tecnologias, pois é fundamental oferecer suporte tecnológico aos servidores, principalmente aos que participaram de cursos de capacitação, permitindo que o conhecimento adquirido seja aplicado; a capacitação das lideranças das unidades, uma vez que é comprovado, por várias pesquisas realizadas, que as lideranças são um dos principais fatores que contribuem para a efetivação de mudanças na cultura de uma organização; e maior participação dos técnico-administrativos em projetos como os de pesquisa e extensão, que embora essa participação seja amparada pela lei, ainda é pouco estimulada nas IFES brasileiras.

Algumas limitações foram encontradas no andamento da pesquisa, tais limitações referem-se ao baixo retorno de questionários respondidos pelos servidores, o qual comprometeu o número da amostra e resultou na retirada dos servidores lotados nos hospitais universitários e na escola de aplicação.

Por fim, pretende-se com os resultados extraídos deste estudo contribuir para o aprimoramento da gestão socioambiental da universidade por meio da conquista da conscientização e capacitação dos servidores públicos, destacando-se a formulação de estratégias de educação ambiental. Espera-se, portanto, a continuidade do estudo por meio de pesquisas complementares que possam enfatizar a problemática socioambiental na Universidade Federal do Pará e na Administração Pública brasileira, assim como ressaltar a importância da conscientização dos seus servidores nesse processo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. L.; LUDEWIGS, T.; CARMO, E. A. A Agenda Ambiental na Administração Pública: desafios operacionais e estratégicos. **Desenvolvimento em Questão**, v. 32, n. 13, p. 21-47, out./dez. 2015.
- AYRES, M.; AYRES JR, M.; AYRES, D. L.; SANTOS, A. S. **Bioestat 3.0**: Aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas. Belém: Sociedade Civil de Mamirauá, 291 p, 2003.
- BARBIERI, J. C. **Gestão Ambiental Empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade Social Empresarial e Empresa Sustentável**: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2016.
- BARBIERI, J. C.; SILVA, D. da. Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1-32, maio/jun. 2011.
- BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BRASIL. **AGENDA 21**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992 - Rio de Janeiro. Brasília: Senado Federal, 1995. 475p.
- _____. Decreto nº 9.203/17, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 nov. 2017.
- _____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.
- _____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Desafio da Sustentabilidade**, 2016. Disponível em: <http://desafiodasustentabilidade.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cartilha A3P**: Agenda ambiental na administração pública. 5. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf. Acesso em: 20 de setembro de 2017.
- _____. **Responsabilidade Socioambiental**, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

_____. **3º lugar 2012 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Campus Passos)**, 2018a. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/11114-uso-manejo-sustentavel-dos-recursos-naturais-3o-lugar-2016>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

_____. **Uso/Manejo Sustentável dos Recursos Naturais: 3º lugar 2016**, 2018b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/11114-uso-manejo-sustentavel-dos-recursos-naturais-3o-lugar-2016>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012**. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 nov. 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Governança Pública: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública**. Brasília: TCU, 2014.

CALHEIROS, Alessandra. **Sintonia com a Agenda Ambiental na Administração Pública**. 2017. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/especiais/em-sintonia-com-a-agenda-ambiental-na-administracao-publica>. Acesso em: 20.04.2018

CHAVES, D. A.; CASTELLO, R. do N. O Desenvolvimento Sustentável e a Responsabilidade Socioambiental Empresarial. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, S/N, 2013, Resende. **Anais...Resende: AEBD**, 2013, p. 14.

CONDURÚ, M. T.; PEREIRA, J. A. R. **Elaboração de Trabalhos Acadêmicos: normas, critérios e procedimentos**. Belém: EDUFPA, 2013.

CRUZ, A. B. S.; BENATTI, J. H. Gestão Pública e Sustentabilidade: uma análise comparativa entre o Programa da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P e o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS. **Papers do NAEA**. Belém, p. 1-21, dez. 2015. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/423>. Acesso em: 28 nov. 2017.

DIAS, A. L. **Gestão Ambiental na UFBA sob a perspectiva dos eixos temáticos da A3P**. 2014. 212f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2017.

ELKINGTON, J. **Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora LTDA, 2012.

FREITAS, C. L. de.; BORGERT, A.; PFITSCHER, E. D. Agenda Ambiental na Administração Pública: uma análise da aderência de uma IFES às diretrizes propostas pela A3P. In: CONGRESSO INTERNACIONAL IGLU, 2., Florianópolis, 2011. **Anais... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina**, 2011.

FREITAS, M. I. C. de. O papel do professor como agente de conscientização na busca do consumo sustentável. In: CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Org.). **Consumo Sustentável: conflitos entre necessidades e desperdício**. São Paulo: UNESP, 2007.

GONÇALVES, A. O conceito de governança. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 14, 2005, Fortaleza - CE. **Anais...** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

JABBOUR, A. B. L. de S.; JABBOUR, C. J. C. **Gestão Ambiental nas Organizações: fundamentos e tendências**. São Paulo: Atlas, 2013.

LARA, P. T. de R. Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 7, n. 7, p. 1646-1656, mar./jun. 2012.

LEFF, E. Cultura democrática, gestión ambiental y desarrollo sustentable en América Latina. **Cuadernos de Debate Internacional, Barcelona**: Icaria Editorial, n. 4, p. 47-55, 1992.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LIMA, G. F. da C. Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUIZ, L. C. et al. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: estudo aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**. Brasil, v. 5, n. 2, p. 54-62, abr./jun. 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, M. C. da C. Aplicação dos Princípios da Governança Corporativa ao Setor Público. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, p. 11-26, Abr./Jun. 2007.

MATIAS-PEREIRA, J. Gestão Pública, Governabilidade, Governança e *Accountability*. In: _____. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2012.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

_____. **Declaração Final da Conferência de Belgrado sobre Educação Ambiental**. Genebra: ONU, 1975.

_____. **Declaração Final da Conferência de Tbilisi sobre Educação Ambiental do planeta**. Genebra: ONU, 1977.

_____. **Declaração Final da Conferência Rio - 92 sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Genebra: ONU, 1992.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. Florianópolis: CAPES: UAB, 2012.

PACHECO, R. M.; PINTO, C. R. S. de C. Proposta de um Programa de Capacitação em Sustentabilidade para Servidores Públicos de Instituições Federais de Ensino superior. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, v. 6, n. 3, p. 696-712, out./dez. 2017.

PERINI, R. de L.; NASCIMENTO, L. F. M. do.; OLIVEIRA, S. M. de. Educação Socioambiental nos Cursos de Administração: uma análise dos currículos das instituições de Caxias do Sul – RS. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 16., 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos ...** Disponível em: <http://www.engema.org.br/16/>. Acesso em: 11 de maio de 2017.

PHILIPPI JR., A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. **Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade**. Barueri, SP: Manole, 2012.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. da. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: problemática, tendências e desafios**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, J. E. dos.; SATO, M. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006.

SORRENTINO, M.; PORTUGAL, S. Educação Ambiental: a emergência de um novo conceito e a necessidade de políticas públicas. In: PINTO, T. J. A. (Org.). **Sistema de Gestão Ambiental**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

TRIGUEIRO, A. **Mundo Sustentável**. Rio de Janeiro: Globo, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Institucional**, 2017a. Disponível em: <http://60anos.ufpa.br/>. Acesso em 10 out. 2017.

_____. **UFPA 60 anos**, 2017b. Disponível em: <http://60anos.ufpa.br/>. Acesso em 10 out. 2017.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 – 2025**. Belém: UFPA, 2016.

VEIGA, J. E da. **Para entender o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Ed. 34, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEGAS, S. de F. S. da S. **Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior**: um estudo na Universidade Federal Rural da Amazônia. 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade da Amazônia, Belém, PA, 2014.

VIEGAS, S. de F. S. da S.; CABRAL, E. R. Sustentabilidade na Educação Superior e Cultura Organizacional. In: COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE, 4., 2013, Belém. **Anais eletrônicos ...** Disponível em: <http://www6.unama.br/coloquio2013/index.php/historico.html>. Acesso em: 30 jan. 2018

VIEGAS, S. de F. S. da S. et al. Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: estudo da adesão e ação em uma universidade pública. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, Brasil, v. 4, n. 2, p. 7-28, jul./dez. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário de pesquisa para servidores



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PARA SERVIDORES TÉCNICO – ADMINISTRATIVOS

O presente questionário servirá para a realização de pesquisa a ser apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA e tem como objetivo **verificar o grau de sensibilização e capacitação dos servidores técnico-administrativos para a adoção de práticas sustentáveis na realização das suas atividades organizacionais diárias na instituição, assim como verificar o grau de efetividade da governança socioambiental da UFPA.**

Por sensibilização e capacitação entende-se:

A **sensibilização** é a consolidação da consciência de se adotar hábitos sustentáveis no seu cotidiano dentro e fora do seu ambiente de trabalho.

A **capacitação** permite o desenvolvimento de competências institucionais e individuais, fornecendo oportunidade para desenvolver atitudes para um melhor desempenho de suas atividades, ou seja, é pôr em prática o que foi consolidado com o processo de sensibilização.

Informações auxiliares:

1. Possui cargo efetivo: () Sim () Não
2. Classificação do cargo: () C () D () E () outros
3. Exerce Cargo de Direção ou Função Gratificada: () Sim () Não
4. Unidade de lotação: _____
5. Sexo: () Masculino () Feminino
6. Idade: () entre 18 e 25 anos () entre 26 e 35 anos () entre 36 e 45 anos () entre 46 e 55 anos () acima de 55 anos
7. Estado Civil: () Solteiro(a) () Casado(a) ou união estável () Divorciado(a) () Viúvo(a) () Outros
8. Escolaridade completa: () ensino fundamental () ensino médio () graduação () pós – graduação
9. Tempo de serviço na instituição: () até 3 anos () entre 4 e 10 anos () mais de 10 anos

PARTE 1 - Marque a frequência dos acontecimentos, listados abaixo, em seu ambiente de trabalho, sendo:

Nº	1 – Nunca	2 - Na maioria das vezes não	3 - Às vezes	4 - Na maioria das vezes sim	5 – Sempre	Respostas				
						1	2	3	4	5
1	Costuma separar os resíduos sólidos por tipologia (papel, plástico, vidro etc.) ao descartá-los?					1	2	3	4	5
2	Preocupa-se em descartar ou armazenar corretamente os resíduos considerados perigosos (Ex: lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, eletrônicos, cartuchos e toners)?					1	2	3	4	5
3	Já solicitou ou sugeriu a compra de materiais de expediente reciclados para a sua unidade de trabalho?					1	2	3	4	5
4	Costuma destinar, por iniciativa própria, resíduos para o processo de reciclagem?					1	2	3	4	5
5	Substitui copos plásticos descartáveis por outros recipientes com materiais de uso mais contínuo (Ex: copos de vidro, garrafinhas ou canecas)?					1	2	3	4	5
6	Preocupa-se em utilizar o mesmo copo descartável por maior tempo possível durante o seu expediente na instituição?					1	2	3	4	5
7	Prioriza a tramitação de documentos por meio eletrônico em vez de papel impresso?					1	2	3	4	5
8	Costuma imprimir documentos na frente e no verso da folha sempre que possível?					1	2	3	4	5

9	Costuma reutilizar a folha de papel que foi impressa de forma errada, ou documento que não tem mais validade, como rascunho por exemplo?	1	2	3	4	5
10	Costuma utilizar <i>toners</i> e cartuchos da impressora o máximo possível, substituindo-os somente quando a cor da tinta está apagando e comprometendo a sua visualização?	1	2	3	4	5
11	Já destinou ou sugeriu a destinação de <i>toners</i> e cartuchos vazios para recargas, possibilitando a sua reutilização?	1	2	3	4	5
12	Costuma desligar as luzes e equipamentos eletrônicos quando sabe que irá se ausentar por longo período do seu local de trabalho no horário de expediente?	1	2	3	4	5
13	Já procurou verificar se as lâmpadas do seu local de trabalho são do tipo “econômica” (Ex: lâmpadas de LED)?	1	2	3	4	5
14	Costuma aproveitar a luz natural no seu ambiente de trabalho sempre que possível?	1	2	3	4	5
15	Costuma comunicar aos seus superiores, ou ao setor responsável pela manutenção do prédio, caso perceba alguma torneira com defeito ou vazando água?	1	2	3	4	5
16	Ao ir ao banheiro, preocupa-se em utilizar a quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento (duas quantidades de água) sempre que possível?	1	2	3	4	5
17	Informa-se sobre qual a melhor maneira de realizar suas atividades organizacionais para evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição?	1	2	3	4	5
18	Costuma participar de cursos de capacitação voltados para o tema “sustentabilidade” na instituição?	1	2	3	4	5
19	Tem interesse e busca informações de como participar das programações da instituição voltadas para o tema “sustentabilidade”?	1	2	3	4	5
20	Já sugeriu, na sua unidade de trabalho, alguma programação (projetos, palestras, oficinas) voltada para o tema “sustentabilidade”?	1	2	3	4	5

PARTE 2 - Marque as afirmativas a respeito da sua percepção sobre a Governança da UFPA sobre suas ações socioambientais, sendo:

Nº	1 – Não acontece	2 – Não percebo se acontece	3 – Acontece bem pouco	4 – Acontece frequentemente	5 – Acontece Sempre	Respostas				
1	Percebo que as ações socioambientais promovidas pela instituição me estimulam a adotar práticas mais sustentáveis na realização das minhas atividades diárias na instituição.					1	2	3	4	5
2	Percebo que minhas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição.					1	2	3	4	5
3	Recebo incentivo e orientação de minhas chefias para participar das programações socioambientais na instituição.					1	2	3	4	5
4	Percebo em minhas chefias atitudes e práticas sustentáveis na realização das suas atividades diárias na instituição.					1	2	3	4	5
5	Minhas chefias promovem eventos sobre o tema “sustentabilidade” em minha unidade de trabalho.					1	2	3	4	5
6	Recebo da instituição cartilhas educativas ou informativos sobre sustentabilidade.					1	2	3	4	5
7	Sou informado(a) sobre os objetivos e metas da instituição relacionados à sustentabilidade, assim como os resultados alcançados.					1	2	3	4	5
8	Minha unidade de trabalho adota políticas de controle e avaliação para uso de recursos materiais e naturais.					1	2	3	4	5
9	Costumo responder pesquisas institucionais verificando meu interesse em participar de cursos e programações sobre sustentabilidade na instituição.					1	2	3	4	5
10	Costumo ser convidado(a) a contribuir para minha unidade de trabalho apresentando possíveis soluções para evitar desperdícios materiais e naturais.					1	2	3	4	5

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE B – Teste Qui-quadrado de Independência

Teste Qui-quadrado de Independência

O teste qui-quadrado de independência tem como principal objetivo analisar uma distribuição conjunta de duas variáveis qualitativas, descrevendo assim a associação que pode existir entre elas. Ou seja, neste trabalho o foco é verificar se existem alguns fatores pertencentes ao perfil dos participantes, coletados na primeira etapa de questionário, que podem estar associados ao grau de sensibilização e a capacitação dos técnicos, assim como podem influenciar em suas percepções a respeito da governança socioambiental da instituição.

A hipótese nula do teste corresponde às variáveis pertencentes ao perfil dos participantes que não influenciam na sensibilização e na capacitação dos técnicos e em suas percepções; e a hipótese alternativa, às que influenciam. O nível de significância (α) mais comumente usado na literatura é o de 5% (95% de probabilidade), ou seja, com base no p-valor (nível descritivo) e no nível de significância é tomada a decisão de rejeitar a hipótese nula ($p\text{-valor} < \alpha$) ou de não rejeitar ($p\text{-valor} > \alpha$). Além disso, caso os testes qui-quadrados gerados obtiverem mais de duas caixas com valor menor que 33,33%, passam então a ter resultados inapropriados e não podem ser utilizados, sendo representados nas tabelas por um traço (-).

Com o intuito de melhor ajustar os dados para gerar estatísticas suficientes, foram realizadas algumas recodificações nas categorias dos questionários 1 e 2. O questionário 1 contém as categorias: 1 – Nunca; 2 - Na maioria das vezes não; 3 - Às vezes; 4 - Na maioria das vezes sim; e 5 – Sempre. Essas categorias foram recodificadas para: **1 - Não pratico; 2 - Às vezes pratico; e 3 – Prático**. Da mesma forma foi feito no questionário 2, as categorias foram recodificadas de: 1 - Não acontece; 2 - Não percebo se acontece; 3 - Acontece bem pouco; 4 - Acontece frequentemente; e 5 - Acontece sempre; para: **1 - Não acontece; 2 - Acontece bem pouco; e 3 - Acontece**.

Inicialmente, foi verificado se existe ou não dependência entre a variável “Exerce Cargo de Direção ou Função Gratificação” e as variáveis da Parte 1 do questionário, como mostra a Tabela 1. Posteriormente, foi realizada a mesma análise com as variáveis da Parte 2 do questionário (Tabela 2).

Tabela 1 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Exerce Cargo de Direção ou Função Gratificada” com variáveis da Parte 1 do questionário.

Item	Variável	Exerce Cargo de Direção ou Função Gratificada
		p-valor
V1	Costuma separar os resíduos por tipologia ao descartá-los.	0,850
V2	Preocupa-se em descartar ou armazenar corretamente os resíduos considerados perigosos.	0,759
V3	Já solicitou ou sugeriu a compra de materiais de expediente reciclados.	0,960
V4	Costuma destinar resíduos para reciclagem.	0,406
V5	Substitui copos descartáveis por outros recipientes.	0,541
V6	Usa copo descartável por maior tempo possível.	-
V7	Prioriza a tramitação de documentos por meio eletrônico.	0,162
V8	Costuma imprimir documentos na frente e no verso da folha.	0,160
V9	Costuma reutilizar a folha de papel impressa de forma errada.	-
V10	Costuma utilizar <i>toners</i> e cartuchos o máximo possível.	-
V11	Já destinou ou sugeriu a destinação de <i>toners</i> e cartuchos vazios para recargas.	0,030*
V12	Costuma desligar as luzes e equipamentos quando sabe que irá se ausentar por longo período do seu local de trabalho.	-
V13	Verifica se as lâmpadas são do tipo econômica.	0,150
V14	Costuma aproveitar a luz natural no seu ambiente de trabalho.	0,517
V15	Comunica seus superiores sobre torneira com defeito ou vazando água.	0,542
V16	Utiliza a quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento.	0,389
V17	Informa-se sobre como evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição.	0,519
V18	Costuma participar de cursos de capacitação voltados para o tema sustentabilidade.	0,693
V19	Tem interesse de como participar das programações voltadas para o tema sustentabilidade.	0,504
V20	Já sugeriu, na sua unidade de trabalho, alguma programação voltada para o tema sustentabilidade.	0,895

***Nota:** Significativo ao nível de 5% ($\alpha = 0,05$)

Fonte: elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A **Tabela 1** mostra que o único item significante é o apresentado na variável 11 (V11), onde existe uma indicação de que o fato de exercer um cargo de direção ou função gratificada influencia na iniciativa de destinar *toners* e cartuchos vazios para recargas, com 95% de probabilidade. Esse resultado indica que dos 37,1% (Gráfico 19) de servidores que afirmam

destinar com frequência *toners* e cartuchos vazios para reutilização, boa parte desses respondentes exercem cargo de direção ou função gratificada.

Tabela 2 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Exerce Cargo de Direção ou Função Gratificada” com variáveis da Parte 2 do questionário.

Item	Variável	Exerce Cargo de Direção ou Função Gratificada
		p-valor
V21	Percebo que as ações socioambientais promovidas pela instituição me estimulam a adotar práticas mais sustentáveis	0,684
V22	Percebo que minhas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição.	0,048*
V23	Recebo incentivo e orientação de minhas chefias para participar das programações socioambientais na instituição.	0,856
V24	Percebo em minhas chefias atitudes e práticas sustentáveis.	0,989
V25	Minhas chefias promovem eventos sobre o tema “sustentabilidade” em minha unidade de trabalho.	0,792
V26	Recebo da instituição cartilhas educativas ou informativos sobre sustentabilidade.	0,591
V27	Sou informado(a) sobre os objetivos, metas e resultados das ações relacionados à sustentabilidade.	0,145
V28	Minha unidade de trabalho adota políticas de controle e avaliação para uso de recursos materiais e naturais.	0,399
V29	Costumo responder pesquisas verificando meu interesse em participar de programações sobre sustentabilidade.	0,449
V30	Sou convidado(a) a contribuir apresentando possíveis soluções para evitar desperdícios de recursos.	0,766

*Nota: Significativo ao nível de 5% ($\alpha = 0,05$)

Fonte: elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A **Tabela 2** indica que o item significativo ocorreu na variável 22 (V22), ou seja, exercer um cargo de direção ou com função gratificada influencia na percepção desses servidores que suas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição. Como já apresentado neste trabalho (Gráfico 30), apenas 13, 6% percebem que suas práticas sustentáveis são decorrentes das ações promovidas pela instituição, isso revela que grande parte desse percentual foi afirmada por servidores que ocupam cargo de direção ou função gratificada.

Tabela 3 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Sexo” com variáveis da Parte 1 do questionário.

Item	Variável	Sexo
		p-valor
V1	Costuma separar os resíduos por tipologia ao descartá-los.	0,652
V2	Preocupa-se em descartar ou armazenar corretamente os resíduos considerados perigosos.	0,121
V3	Já solicitou ou sugeriu a compra de materiais de expediente reciclados.	0,016*
V4	Costuma destinar resíduos para reciclagem.	0,929
V5	Substitui copos descartáveis por outros recipientes.	0,840
V6	Usa copo descartável por maior tempo possível.	-
V7	Prioriza a tramitação de documentos por meio eletrônico.	0,958
V8	Costuma imprimir documentos na frente e no verso da folha.	0,249
V9	Costuma reutilizar a folha de papel impressa de forma errada.	-
V10	Costuma utilizar <i>toners</i> e cartuchos o máximo possível.	-
V11	Já destinou ou sugeriu a destinação de <i>toners</i> e cartuchos vazios para recargas.	0,021*
V12	Costuma desligar as luzes e equipamentos quando sabe que irá se ausentar por longo período do seu local de trabalho.	-
V13	Verifica se as lâmpadas são do tipo econômica.	0,054
V14	Costuma aproveitar a luz natural no seu ambiente de trabalho.	0,857
V15	Comunica seus superiores sobre torneira com defeito ou vazando água.	0,686
V16	Utiliza a quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento.	0,013*
V17	Informa-se sobre como evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição.	0,736
V18	Costuma participar de cursos de capacitação voltados para o tema sustentabilidade.	0,813
V19	Tem interesse de como participar das programações voltadas para o tema sustentabilidade.	0,645
V20	Já sugeriu na sua unidade de trabalho alguma programação voltada para o tema sustentabilidade.	0,377

***Nota:** Significativo ao nível de 5% ($\alpha = 0,05$)

Fonte: elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Na **Tabela 3**, ocorreram três itens significantes: na variável 3 (V3), na variável 11 (V11) e na variável 16 (V16). Isso denota que o sexo influencia na iniciativa de comprar ou sugerir a compra de materiais de expediente reciclados, na iniciativa de destinar ou sugeriu a destinação de *toners* e cartuchos vazios para recargas e na utilização de quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento.

O resultado mostrou que 35,3% das mulheres e 40% dos homens costumam comprar ou sugerir a compra de materiais de expediente reciclados.

Quanto à iniciativa de destinar ou sugerir a destinação de *toners* e cartuchos vazios para recargas, com base na análise, 44% das mulheres afirmam que costumam destinar com frequência esses materiais para reutilização e 45,8% dos homens afirmam que costumam ter essa iniciativa.

Além disso, foi observado que o sexo influencia na conscientização sobre a quantidade de água utilizada em descargas com duplo acionamento. Resultados anteriores (Gráfico 24) mostraram que 69,2% dos pesquisados costumam com frequência utilizar a quantidade de água adequada, sendo que 76,4% das mulheres pesquisadas adquiriram essa conscientização e entre os homens observou-se um percentual de 57,6%.

Tabela 4 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Sexo” com variáveis da Parte 2 do questionário.

Item	Variável	Sexo
		p-valor
V21	Percebo que as ações socioambientais promovidas pela instituição me estimulam a adotar práticas mais sustentáveis	0,249
V22	Percebo que minhas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição.	0,081
V23	Recebo incentivo e orientação de minhas chefias para participar das programações socioambientais na instituição.	0,664
V24	Percebo em minhas chefias atitudes e práticas sustentáveis.	0,170
V25	Minhas chefias promovem eventos sobre o tema “sustentabilidade” em minha unidade de trabalho.	0,493
V26	Recebo da instituição cartilhas educativas ou informativos sobre sustentabilidade.	0,552
V27	Sou informado(a) sobre os objetivos, metas e resultados das ações relacionados à sustentabilidade.	0,496
V28	Minha unidade de trabalho adota políticas de controle e avaliação para uso de recursos materiais e naturais.	0,203
V29	Costumo responder pesquisas verificando meu interesse em participar de programações sobre sustentabilidade.	0,086
V30	Sou convidado(a) a contribuir apresentando possíveis soluções para evitar desperdícios de recursos.	0,591

Fonte: elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Com base na **Tabela 4**, não houve nenhum item significativo, ao nível de 5%, cruzado com a variável “Sexo”.

Tabela 5 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Tempo de Serviço na Instituição” com variáveis da Parte 1 do questionário.

Item	Variável	Tempo de Serviço na Instituição
		p-valor
V1	Costuma separar os resíduos por tipologia ao descartá-los.	0,151
V2	Preocupa-se em descartar ou armazenar corretamente os resíduos considerados perigosos.	0,670
V3	Já solicitou ou sugeriu a compra de materiais de expediente reciclados.	0,307
V4	Costuma destinar resíduos para reciclagem.	0,000*
V5	Substitui copos descartáveis por outros recipientes.	-
V6	Usa copo descartável por maior tempo possível.	-
V7	Prioriza a tramitação de documentos por meio eletrônico.	-
V8	Costuma imprimir documentos na frente e no verso da folha.	-
V9	Costuma reutilizar a folha de papel impressa de forma errada.	-
V10	Costuma utilizar <i>toners</i> e cartuchos o máximo possível.	-
V11	Já destinou ou sugeriu a destinação de <i>toners</i> e cartuchos vazios para recargas.	0,031*
V12	Costuma desligar as luzes e equipamentos quando sabe que irá se ausentar por longo período do seu local de trabalho.	-
V13	Verifica se as lâmpadas são do tipo econômica.	0,161
V14	Costuma aproveitar a luz natural no seu ambiente de trabalho.	0,263
V15	Comunica seus superiores sobre torneira com defeito ou vazando água.	-
V16	Utiliza a quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento.	-
V17	Informa-se sobre como evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição.	0,026*
V18	Costuma participar de cursos de capacitação voltados para o tema sustentabilidade.	0,109
V19	Tem interesse de como participar das programações voltadas para o tema sustentabilidade.	0,476
V20	Já sugeriu na sua unidade de trabalho alguma programação voltada para o tema sustentabilidade.	0,096

*Nota: Significativo ao nível de 5% ($\alpha = 0,05$)

Fonte: elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

A **Tabela 5** mostra que foram encontrados quatro itens significativos: a variável 4 (V4), a variável 11 (V11) e a variável 17 (V17). O que revela que o tempo de serviço na instituição influencia na iniciativa de destinar resíduos sólidos para reciclagem, na destinação de *toners* e cartuchos vazios para recargas e na iniciativa de se informar sobre como evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição. Isso significa que os servidores

que afirmaram trabalhar na instituição entre 4 e 10 anos e acima de 10 anos possuem maior conscientização para essas práticas sustentáveis.

Portanto, entre os 38,9% dos respondentes que afirmam que costumam destinar, por iniciativa própria, resíduos sólidos para reciclagem, os 47,1% que afirmam destinar com frequência *toners* e cartuchos vazios para recargas e os 68,3% que costumam se informar sobre como evitar desperdícios de recursos materiais e naturais, a maior parte desses servidores já trabalham há mais de 4 anos na instituição.

Tabela 6 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Tempo de Serviço na Instituição” com variáveis da Parte 2 do questionário.

Item	Variável	Tempo de Serviço na Instituição
		p-valor
V21	Percebo que as ações socioambientais promovidas pela instituição me estimulam a adotar práticas mais sustentáveis	0,582
V22	Percebo que minhas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição.	0,555
V23	Recebo incentivo e orientação de minhas chefias para participar das programações socioambientais na instituição.	0,270
V24	Percebo em minhas chefias atitudes e práticas sustentáveis.	0,041*
V25	Minhas chefias promovem eventos sobre o tema “sustentabilidade” em minha unidade de trabalho.	0,746
V26	Recebo da instituição cartilhas educativas ou informativos sobre sustentabilidade.	-
V27	Sou informado(a) sobre os objetivos, metas e resultados das ações relacionados à sustentabilidade.	0,852
V28	Minha unidade de trabalho adota políticas de controle e avaliação para uso de recursos materiais e naturais.	0,847
V29	Costumo responder pesquisas verificando meu interesse em participar de programações sobre sustentabilidade.	0,846
V30	Sou convidado(a) a contribuir apresentando possíveis soluções para evitar desperdícios de recursos.	0,714

***Nota:** Significativo ao nível de 5% ($\alpha = 0,05$)

Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Observa-se também que servidores com o maior tempo de serviço na instituição percebem com mais frequência atitudes e práticas sustentáveis nas suas chefias, como mostra a **Tabela 6**. Sendo assim, atesta-se que os 22,2% (Gráfico 32) dos pesquisados que conseguem perceber em suas chefias essas atitudes, já trabalham há mais de 4 anos na universidade.

Tabela 7 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Unidade de Lotação” com variáveis da Parte 1 do questionário.

Item	Variável	Unidade de Lotação
		p-valor
V1	Costuma separar os resíduos por tipologia ao descartá-los.	0,087
V2	Preocupa-se em descartar ou armazenar corretamente os resíduos considerados perigosos.	-
V3	Já solicitou ou sugeriu a compra de materiais de expediente reciclados.	-
V4	Costuma destinar resíduos para reciclagem.	0,327
V5	Substitui copos descartáveis por outros recipientes.	-
V6	Usa copo descartável por maior tempo possível.	-
V7	Prioriza a tramitação de documentos por meio eletrônico.	-
V8	Costuma imprimir documentos na frente e no verso da folha.	-
V9	Costuma reutilizar a folha de papel impressa de forma errada.	-
V10	Costuma utilizar <i>toners</i> e cartuchos o máximo possível.	-
V11	Já destinou ou sugeriu a destinação de <i>toners</i> e cartuchos vazios para recargas.	0,247
V12	Costuma desligar as luzes e equipamentos quando sabe que irá se ausentar por longo período do seu local de trabalho.	-
V13	Verifica se as lâmpadas são do tipo econômica.	-
V14	Costuma aproveitar a luz natural no seu ambiente de trabalho.	-
V15	Comunica seus superiores sobre torneira com defeito ou vazando água.	-
V16	Utiliza a quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento.	-
V17	Informa-se sobre como evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição.	-
V18	Costuma participar de cursos de capacitação voltados para o tema sustentabilidade.	-
V19	Tem interesse de como participar das programações voltadas para o tema sustentabilidade.	-
V20	Já sugeriu, na sua unidade de trabalho, alguma programação voltada para o tema sustentabilidade.	-

Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Na **Tabela 7**, não houve nenhuma significância entre os itens, ou seja, a variável “Unidade de Lotação” não influenciou no resultado de outras variáveis.

Tabela 8 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Unidade de Lotação” com variáveis da Parte 2 do questionário.

Item	Variável	Unidad e de Lotação
		p-valor
V21	Percebo que as ações socioambientais promovidas pela instituição me estimulam a adotar práticas mais sustentáveis	-
V22	Percebo que minhas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição.	-
V23	Recebo incentivo e orientação de minhas chefias para participar das programações socioambientais na instituição.	-
V24	Percebo em minhas chefias atitudes e práticas sustentáveis.	0,599
V25	Minhas chefias promovem eventos sobre o tema “sustentabilidade” em minha unidade de trabalho.	-
V26	Recebo da instituição cartilhas educativas ou informativos sobre sustentabilidade.	-
V27	Sou informado(a) sobre os objetivos, metas e resultados das ações relacionados à sustentabilidade.	-
V28	Minha unidade de trabalho adota políticas de controle e avaliação para uso de recursos materiais e naturais.	-
V29	Costumo responder pesquisas verificando meu interesse em participar de programações sobre sustentabilidade.	0,884
V30	Sou convidado(a) a contribuir apresentando possíveis soluções para evitar desperdícios de recursos.	-

Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Na **Tabela 8**, não houve nenhuma significância entre os itens, ou seja, a variável “unidade de lotação” não influenciou no resultado de outras variáveis.

Tabela 9 - Tabela de Referência Cruzada da variável “Escolaridade Completa” com variáveis da Parte 1 do questionário.

Item	Variável	Escolaridade
		p-valor
V1	Costuma separar os resíduos por tipologia ao descartá-los.	-
V2	Preocupa-se em descartar ou armazenar corretamente os resíduos considerados perigosos.	-
V3	Já solicitou ou sugeriu a compra de materiais de expediente reciclados.	-
V4	Costuma destinar resíduos para reciclagem.	0,186
V5	Substitui copos descartáveis por outros recipientes.	-
V6	Usa copo descartável por maior tempo possível.	-
V7	Prioriza a tramitação de documentos por meio eletrônico.	-
V8	Costuma imprimir documentos na frente e no verso da folha.	-
V9	Costuma reutilizar a folha de papel impressa de forma errada.	-
V10	Costuma utilizar <i>toners</i> e cartuchos o máximo possível.	-

V11	Já destinou ou sugeriu a destinação de <i>toners</i> e cartuchos vazios para recargas.	0,086
V12	Costuma desligar as luzes e equipamentos quando sabe que irá se ausentar por longo período do seu local de trabalho.	-
V13	Verifica se as lâmpadas são do tipo econômica.	-
V14	Costuma aproveitar a luz natural no seu ambiente de trabalho.	-
V15	Comunica seus superiores sobre torneira com defeito ou vazando água.	-
V16	Utiliza a quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento.	-
V17	Informa-se sobre como evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição.	-
V18	Costuma participar de cursos de capacitação voltados para o tema sustentabilidade.	-
V19	Tem interesse de como participar das programações voltadas para o tema sustentabilidade.	-
V20	Já sugeriu na sua unidade de trabalho alguma programação voltada para o tema sustentabilidade.	-

Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Também foi verificado se a escolaridade influencia ou não no grau de sensibilização e capacitação dos servidores, e com base na **Tabela 9**, não houve nenhum item significativo.

Tabela 10 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Estado Civil” com variáveis da Parte 1 do questionário.

Item	Variável	Estado Civil
		p-valor
V1	Costuma separar os resíduos por tipologia ao descartá-los.	0,867
V2	Preocupa-se em descartar ou armazenar corretamente os resíduos considerados perigosos.	-
V3	Já solicitou ou sugeriu a compra de materiais de expediente reciclados.	-
V4	Costuma destinar resíduos para reciclagem.	0,186
V5	Substitui copos descartáveis por outros recipientes.	-
V6	Usa copo descartável por maior tempo possível.	-
V7	Prioriza a tramitação de documentos por meio eletrônico.	-
V8	Costuma imprimir documentos na frente e no verso da folha.	-
V9	Costuma reutilizar a folha de papel impressa de forma errada.	-
V10	Costuma utilizar <i>toners</i> e cartuchos o máximo possível.	-
V11	Já destinou ou sugeriu a destinação de <i>toners</i> e cartuchos vazios para recargas.	0,086
V12	Costuma desligar as luzes e equipamentos quando sabe que irá se ausentar por longo período do seu local de trabalho.	-
V13	Verifica se as lâmpadas são do tipo econômica.	-

V14	Costuma aproveitar a luz natural no seu ambiente de trabalho.	-
V15	Comunica seus superiores sobre torneira com defeito ou vazando água.	-
V16	Utiliza a quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento.	-
V17	Informa-se sobre como evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição.	-
V18	Costuma participar de cursos de capacitação voltados para o tema sustentabilidade.	-
V19	Tem interesse de como participar das programações voltadas para o tema sustentabilidade.	-
V20	Já sugeriu, na sua unidade de trabalho, alguma programação voltada para o tema sustentabilidade.	-

Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Na Tabela 10, não houve nenhuma significância entre os itens, ou seja, a variável “Estado Civil” não influenciou no resultado de outras variáveis.

Tabela 11 - Tabela de Referência Cruzada entre a variável “Estado Civil” com variáveis da Parte 2 do questionário.

Item	Variável	Estado Civil
		p-valor
V21	Percebo que as ações socioambientais promovidas pela instituição me estimulam a adotar práticas mais sustentáveis	-
V22	Percebo que minhas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição.	-
V23	Recebo incentivo e orientação de minhas chefias para participar das programações socioambientais na instituição.	-
V24	Percebo em minhas chefias atitudes e práticas sustentáveis.	0,239
V25	Minhas chefias promovem eventos sobre o tema “sustentabilidade” em minha unidade de trabalho.	-
V26	Recebo da instituição cartilhas educativas ou informativos sobre sustentabilidade.	-
V27	Sou informado(a) sobre os objetivos, metas e resultados das ações relacionados à sustentabilidade.	-
V28	Minha unidade de trabalho adota políticas de controle e avaliação para uso de recursos materiais e naturais.	-
V29	Costumo responder pesquisas verificando meu interesse em participar de programações sobre sustentabilidade.	0,287
V30	Sou convidado(a) a contribuir apresentando possíveis soluções para evitar desperdícios de recursos.	-

Fonte: Elaborado pela autora utilizando dados da pesquisa.

Os testes qui-quadrados gerados na Tabela 11 para a variável “Escolaridade Completa” relacionada com as variáveis da Parte 2 do questionário, obtiveram mais de duas

cazelas com valor menor que 33,33%, sendo assim, a utilização de tal resultado é considerada inapropriada.

O teste qui-quadrado evidenciou alguns fatores que podem estar relacionados com as atitudes sustentáveis dos servidores e com a percepção deles sobre a governança socioambiental da UFPA. Por meio dessa técnica, observou-se que grande parte dos servidores que costuma destinar *toners* e cartuchos para recargas e que percebe que suas atitudes sustentáveis são frutos das ações socioambientais promovidas pela instituição, são os que ocupam cargo de direção ou função gratificada.

A variável “Sexo” também apresentou influência nas atitudes dos participantes, revelando que os participantes do sexo masculino manifestam algumas iniciativas com mais frequência do que os participantes do sexo feminino, como: comprar ou sugerir a compra de materiais de expediente reciclados, destinar ou sugerir a destinação de *toners* e cartuchos vazios para recargas. Já a utilização de quantidade de água adequada em descargas com duplo acionamento foi predominantemente afirmada pelo sexo feminino.

Outra variável que apresentou influência sobre o comportamento dos servidores corresponde ao “Tempo de Serviço na Instituição”. Os servidores com maior tempo de serviço na universidade, acima de 4 anos, apresentaram maior preocupação com as seguintes iniciativas: destinar resíduos sólidos para reciclagem, destinar *toners* e cartuchos vazios para recargas e se informar sobre como evitar desperdícios de recursos materiais e naturais da instituição. Além do mais, esses servidores também percebem com mais frequência atitudes sustentáveis nas suas chefias.